Resende Machado de Araújo e outros (2º recte) e João Menezes Sobrinho e outros (3º recte). Recdo.(s): Maria do Socorro Silva Oliveira e Outros. Adv.: Edimar Fernando Mendonça de Souza e outro.

AC nº 127.557-SP (7439318) - Recte.: União Federal. Recda.: Buzzy Ind. Com. de Roupas Ltda. Adv.: Luiz Miga e outros.

AC nº 127.821-RS (6841376) - Recte.: União Federal. Recda.: Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda. Adv.: Gilson José Rasador e outros.

AC nº 128.606-AM (9620656) - Recte.: União Federal. Recda.: Springer National da Amazônia S/A. Adv.: Aldo Sedra Filho e outros.

AC nº 131.237-BA (9664068) - Recte.: União Federal. Recdo.(s): Artur Pe dreira de Cerqueira e Outros. Adv.: Divani Queiroz Alves e outros.

AC nº 134.581-SP (6686591) - Recte.: União Federal. Recda.: Elastic S/A Ind. de Artefatos de Borracha. Adv.: Celso Botelho de Moraes e outros.

AC nº 135.650-SP (7599218) - Recte.: União Federal. Recdo.: Pan Plastic Indl. Ltda. Adv.: João Carlos Nicoiella e outro.

AC nº 136.527-SP (6742629) - Recte.: União Federal. Recda.: Plan Construtora Ltda. Adv.: Roberto Faria de Sant'Anna e outros.

AC nº 138.450-DF (9931821) - Recte.: União Federal. Recda.: Usina Itaiquara de Açúcar e Álcool S/A. Adv.: Spencer Daltro de Miranda Filho.

AC nº 140.542-SC (88/3397) - Recte.(s): União Federal e Caixa Econômica Federal-CEF. Adv.: João Menezes Sobrinho e outros (2º recte). Recorridos: Enedir Moysés Martins e Cônjuge. Adv.: João Zanotto Filho.

AC nº 140.493-SC (88/2862) - Recte.(s): União Federal e Caixa Econômica Federal-CEF. Adv.: João Menezes Sobrinho e outros (2º recte). Recorridos: Maria Nilda Ferreira Lopes e Cônjuge. Adv.: João Zanotto Filho e outros.

AC nº 148.446-RJ (88/206085) - Recte.: União Federal. Recdo.: Altamir de Souza Moreira. Adv.: Alfredo José de Godoi Macedo e outros.

AC nº 150.035-RJ (88/254683) - Recte.: União Federal. Recdo.(s): Adalia Lima Torres e Outros. Adv.: Adriana Fidalgo Serpa e outro.

AC nº 160.811-PR (88/532640) - Recorrente: Tarquínio Joslin Santos-Espólio. Adv.: Hugo Mósca e outros. Recdo.: DNER. Adv.: Nelson Nunes Alves.

AC nº 161.505-MG (88/550061) - Recte.(s): Raimundo Sérgio Barbosa do Amaral e Outro. Adv.: Fortunato José da Cunha. Recda.: Caixa Econômica Federal-CEF. Adv.: José Marcelo de Freitas e outros.

Tribunal Superior do Trabalho

Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA NONA SESSÃO PLENA ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de março do ano de um mil novecentos e oitenta e nove, às treze horas e trinta minutos, realizou-se a Nona Sessão Plena Ordinária, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro Prates de Macedo, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Marcelo Pimentel, Barata Silva, Guimarães Falcão, Orlando Teixeira da Costa, José Ajuricaba, Fernando Vilar, José Carlos da Fonseca, Aurélio Mendes de Oliveira, Ermes Pedro Pedrassani, Antônio Amaral, Wagner Pimenta, Almir Pazzianotto e os Juizes Convocados Alcy Nogueira e José Luiz Vasconcellos; o Digníssimo Vice-Procurador-Geral da Justiça do Trabalho, Doutor Hegler José Horta Barbosa; e a Secretária do Tribunal Pleno, Doutora Neide A. Borges Ferreira. - Havendo quorum regimental, declarada aberta a Sessão, a que deixaram de comparecer, por motivo justificado, o Excelentíssimo Senhor Juiz Convocado Elpidio Ribeiro dos Santos Filho. - Lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. - No expediente tomadas as seguintes deliberações:

"RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 14/89 - CERTIFICO E DOU FÉ que o Egrégio Tribunal, em Sessão Plena Ordinária, hoje realizada, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Prates de Macedo, Guimarães Falcão, Barata Silva, Marcelo Pimentel, Marco Aurélio, Orlando Teixeira da Costa, José Ajuricaba, Ermes Pedro Pedrassani, Wagner Pimenta, Almir Pazzianotto, Fernando Vilar, José Carlos da Fonseca, Aurélio Mendes de Oliveira e Antonio Amaral, ao apreciar proposta do Excelentíssimo Senhor Ministro Marco Aurélio, RESOLVEU, por unanimidade, que os processos a que esteja vinculado o Presidente do Tribunal, mediante lançamento de "visto", quer como relator, quer como revisor não serão rediscutidos, somente o sendo aqueles que, sem o visto, retornem do Ministério Público após emissão de parecer e que, da Turma ou do Pleno, se não remetidos ao Distribuidor, para a providência devida, sem observância de vinculação a Órgão."

"RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 15/89 - CERTIFICO E DOU FÉ que o Egrégio Tribunal, em Sessão Plena Ordinária, hoje realizada, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Prates de Macedo, Guimarães Falcão, Barata Silva, Marcelo Pimentel, Marco Aurélio, Orlando Teixeira da Costa, José Ajuricaba, Ermes Pedro Pedrassani, Wagner Pimenta, Almir Pazzianotto, Fernando Vilar, José Carlos da Fonseca, Aurélio Mendes de Oliveira e Antônio Amaral, RESOLVEU, por unanimidade, suspender tempo

rariamente a distribuição do Pleno, exceto Mandado de Segurança, Ha beas Corpus e os de Competência Originária."

Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Ministro Prates de Macedo passa à leitura do seguinte telex:

"Tenho a honra de convidar V.Exa. e demais Ministros desse Tribunal e Exmas. Senhoras para a missa de ação de graças a ser celebrada no Santuário Dom Bosco, dia 14 do mês corrente, às 10hs, por motivo de minha posse e do Ministro Aldir Passarinho, respectivamente na Presidência e Vice-Presidência do Supremo Tribunal Federal. Cordiais saudações: Ministro Nêri da Silveira."

Na oportunidade, o Excelentíssimo Senhor Ministro Prates de Macedo comunica que há, também, um convite para a posse do Almirante-de-Esquadra Raphael de Azevedo Branco e Dr. Aldo da Silva Fagundes, nos cargos de Presidente e de Vice-Presidente, respectivamente, do Superior Tribunal Militar, a realizar-se no dia 16 de março, às 15hs.

A seguir o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto proferiu as seguintes palavras:

"Sr. Presidente, creio que praticamente em todo o mundo comemora-se, hoje, o "Dia Internacional da Mulher". Esta adesão universal das comemorações deste dia já reflete a importância da data e todo o seu significado. A Justiça do Trabalho, especialmente em nosso País, é muito enriquecida pela presença do elemento feminino não apenas entre os funcionários e os serventuários da Justiça. No Tribunal Superior do Trabalho, a mulher se constitui numa esmagadora maioria, como também entre os integrantes da Procuradoria e da Magistratura. Tenho a convicção, Sr. Presidente, de que, em data certamente muito próxima - como já acontece em vários Tribunais Regionais -, teremos também no Tribunal Superior do Trabalho a presença da mulher Magistrada. Eu não poderia, de forma alguma, calar, em meu sentimento de alegria, a minha manifestação de júbilo pela data, sobretudo quando a mulher, em nosso País e no mundo, tem crescente a sua participação em todos os círculos e em todas as atividades. Daí por que, Sr. Presidente, requeiro fique consignado na Ata dos trabalhos da assentada deste dia a manifestação de alegria do Tribunal - pelo menos a minha - por essa comemoração. Quero associar-me a todas as comemorações, solidarizando-me com todas as manifestações de alegria e de júbilo pela comemoração, hoje, do "Dia Internacional da Mulher."

O Excelentíssimo Senhor Ministro Prates de Macedo, Presidente, associou-se à manifestação, em nome do Tribunal, externando sua alegria pelo "Dia Internacional da Mulher."

Também associou-se a esse registro o Dr. Hegler José Horta Barbosa, Vice-Procurador-Geral, em nome da Procuradoria-Geral:

"O Ministério Público associa-se a essa manifestação, porque também na Procuradoria-Geral, como aqui, se a mulher ainda não predomina está prestes a fazê-lo. Nesse último concurso, tivemos o ingresso de várias Procuradoras, e, realmente, essa ascensão da mulher deve ser louvada." Logo em seguida, o Excelentíssimo Senhor Ministro Orlando Teixeira da Costa, associou-se à manifestação do Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto, acrescentando registro sobre a inauguração do centro de negociações da FIESP/CIESP:

O Sr. Ministro Orlando Teixeira da Costa - Sr. Presidente, inicialmente, associa-me às manifestações do eminente Ministro Almir Pazzianotto a respeito do "Dia Internacional da Mulher". A meu ver, trata-se de um justo registro ao qual me associo, dentre outros motivos, porque, no que pertine à Justiça do Trabalho, tenho a honra de ser originário de um Tribunal Regional do Trabalho que, pela primeira vez no Brasil, teve como Presidente uma mulher. E, hoje, também quem o preside é uma Juíza de Carreira. Mas o pronunciamento que quero fazer diz respeito a uma outra matéria: na data de ontem, a Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo promoveram, a meu ver, uma importante inauguração, tão importante que não pode passar despercebida. Casualmente, tomei conhecimento dessa obra ontem inaugurada. No ano passado, fui convidado pelo Sr. Mário Amato a participar de um seminário naquela Federação, onde se debateu a respeito de problemas de prescrição na Constituição. Em dado momento, S.Exa. exibiu aos presentes a obra que estava sendo executada, qual seja, o Centro de Negociações e Treinamento em Relações Sindicais. A meu ver, essa Instituição tem uma finalidade altamente elogiável, porque se equaciona perfeitamente com o espírito da atual Carta Magna. Ela se destina, conforme está implícito em seu título, a treinamento e a espaço para negociações. Eu não saberia dizer, exatamente, quantos são os auditórios destinados a esta finalidade. Foi-nos mostrada a planta na ocasião, e, se não me engano, são cerca de seis a oito auditórios amplos para que, concomitantemente, se realizem, ali, várias negociações coletivas de categorias profissionais vinculadas à indústria do Estado de São Paulo. Ora, destinar um espaço físico a este fim significa contribuir para o prestígio da negociação coletiva no Brasil, e a Constituição dá ênfase especial à negociação. Por estas razões, proponho que se registre em Ata este fato e, caso este Pleno entenda pertinente - acho que o é -, que se cumprimente a Federação e Centro de Indústrias do Estado de São Paulo por essa inauguração, que irá, inclusive, contribuir para o apaziguamento dos interlocutores sociais que, até hoje, têm solucionado os seus litígios na Justiça do Trabalho, mas que, com o implemento e o estímulo à negociação, podem ter o nosso trabalho bastante aliviado. Este, o registro que eu gostaria de fazer, se possível com as congratulações do Pleno às entidades que inauguraram a referida Instituição.

Logo após o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba comunica já estar em condições de proferir voto no Processo RO-DC-205/85, cuja conclusão do julgamento fora suspensa em sessão anterior.

Passou-se então a ORDEM DO DIA:

Processo RO-DC-741/84, da 5a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo, sendo Recorrentes Sindicato dos Médicos no Estado da Bahia, Federação do Comércio do Estado da Bahia e Federação das Indústrias do Estado da Bahia e Recorridos Os Mesmos. (Advogados: Ulisses Riedel de Resende, Carlos Alberto da Costa Lino e Ernani Bartolomeu Durand). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Fernando Vilar, tendo o Tribunal resolvido, I- Por unanimidade, acolher a preliminar de deser

ção do Recurso da Federação do Comércio do Estado da Bahia, argüida em contra-razões oferecida pelo Sindicato Suscitante. II- Recurso da Federação das Indústrias do Estado da Bahia: Sem divergência, rejeitar as seguintes preliminares: nulidade da decisão, por cerceamento de defesa; carência de ação, por ilegitimidade ativa "ad causam" do suscitante

te e ilegitimidade passiva. III- Recurso do Sindicato dos Médicos no Estado da Bahia: unanimemente, dar provimento parcial ao recurso para adaptar a cláusula atinente à estabilidade à gestante ao Precedente do TST, com a seguinte redação: "cria-se a estabilidade provisória à empregada até 90 (noventa) dias após o término da licença previdenciária." IV- Recurso da Federação das Indústrias do Estado da Bahia: 1- Dar provimento parcial ao recurso para: a) adaptar a cláusula alusiva à dispensa ao Precedente do Tribunal Superior do Trabalho, a seguir: "defer-se a garantia de emprego por 90 (noventa) dias a partir da data da publicação deste acórdão." vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Almir Pazzianotto, José Ajuricaba e Aurélio Mendes de Oliveira, que negavam provimento; b) unanimemente, adaptar a cláusula referente à comunicação ao Sindicato do número dos prestadores de serviços e dispensados ao Precedente do Tribunal Superior do Trabalho, a saber: "determina-se a remessa, ao Sindicato profissional, uma vez por ano, da relação dos empregados pertencentes à categoria suscitante"; c) sem divergência, quanto à cláusula atinente ao livre acesso do Sindicato, adaptá-la ao Precedente do Tribunal Superior do Trabalho, assegurando o livre acesso dos dirigentes sindicais nos intervalos relativos ao descanso e alimentação, para desempenho de suas funções, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja; d) unanimemente, adaptar a cláusula que versa sobre multa - obrigações de fazer ao Precedente do Tribunal Superior do Trabalho, impondo multa por descumprimento das obrigações de fazer no importe equivalente a 20% (vinte por cento) do valor mínimo de referência, em favor do empregado prejudicado; e) sem discrepância, instituir a cláusula alusiva à estabilidade do delegado sindical, de acordo com o Precedente do Tribunal Superior do Trabalho com a seguinte redação: "Instituir figura do representante sindical a ser eleito por empregados da própria empresa, em razão de um representante para 50 (cinquenta) empregados integrantes da referida categoria, outorgando aos mesmos a garantia de emprego, nos termos do artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho"; 2- Sem divergência, dar provimento ao recurso para excluir a cláusula que versa sobre abono de falta para atualização e aperfeiçoamento científico profissional do médico; 3- unanimemente, negar provimento ao recurso quanto às seguintes cláusulas: horas extras, salário do admitido para o lugar do dispensado, fornecimento de instrumental e multa e prazo para homologação de rescisões; 4- Por unanimidade, considerar prejudicado o recurso no tocante à cláusula relativa à estabilidade da gestante.

Processo RO-DC-205/85.7, da 4a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo, sendo Recorrentes Associação Hospital de Caridade de Santo Angelo e Outros e Recorridos Sindicato dos Profissionais de Enfermagem Técnicos, Duchistas, Massagistas, Empregados de Hospitais e Casas de Saúde de Ijuí e Outras. (Advogado: Allan Edison Moreno Fonseca). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Fernando Vilar, tendo o Tribunal resolvido, 1- Por maioria, rejeitar a preliminar de nulidade argüida de ofício pelo Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, relator, vencido o proponente que provia o recurso para, anulando o acórdão regional, devolver os autos ao Tribunal Regional do Trabalho de origem, para que julgue o dissídio coletivo quanto às recorrentes; 2- No mérito, sem divergência, dar provimento ao recurso para excluir a cláusula referente à reposição salarial.

Processo RO-DC-755/84, da 4a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo, sendo Recorrentes Centrais Elétricas de Carazinho S/A - Eletrocar e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Termo e Hidroelétricas do Estado do Rio Grande do Sul e Recorridos Os Mesmos. (Advogados: Oscar Breno Stahnke e Alino da Costa Monteiro). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Américo de Souza e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Fernando Vilar, tendo o Tribunal resolvido, CLÁUSULA PRIMEIRA DO ACORDO DE FLS. 214/215: "A suscitada assegura a categoria profissional representada pelo suscitante, as vantagens deferidas pela decisão normativa revisada, exceção feita das cláusulas referentes ao "aumento por produtividade" e referente ao "adicional de horas extras". Homologar, unanimemente, e fazer integrar a este Acórdão, exceto quanto ao aumento por produtividade e adicional de horas extras conforme acordado. CLÁUSULA SEGUNDA DO ACORDO DE FLS. 214/215: "As cláusulas avençadas no presente acordo terão vigência no período que se estende de 01.08.1983 a 31.07.1984". Homologar unanimemente. Impedido o Excelentíssimo Senhor Ministro Ernes Pedro Pedrassani.

Processo RO-DC-662/84, da 4a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo, sendo Recorrente Empresa Jornalística Caldas Júnior Ltda e Recorrido Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado do Rio Grande do Sul. (Advogados: Mário Seixas Aurvalle e Carlos Alberto Pires de Miranda). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Fernando Vilar, tendo o Tribunal resolvido, 1º) A unanimidade, rejeitar a preliminar de inconstitucionalidade do v. acórdão regional. 2º) Dar provimento parcial ao recurso quanto ao fornecimento de uniformes, para determinar sua gratuidade, desde que exigido o seu uso pelo empregador, unanimemente. 3º) Dar provimento parcial ao recurso quanto ao empregado acidentado, para assegurar-lhe 180 (cento e oitenta) dias de estabilidade no emprego, contados após a alta do órgão Previdenciário, unanimemente. 4º) Dar provimento parcial ao recurso quanto à cláusula relativa aos Atestados Médicos e Odontológicos, para assegurar eficácia aos mesmos fornecidos por profissionais do Sindicato Suscitante, para o fim de abono de faltas ao serviço com exceção daquelas que se referirem aos primeiros quinze dias de afastamento e desde que existente convênio do Sindicato com o INANPS, unanimemente. 5º) Dar provimento parcial ao recurso quanto à cláusula relativa ao Quadro de Avisos, para deferir a afixação na empresa de quadro do Sindicato, para comunicações de interesse da categoria profissional, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja, unanimemente. 6º) Dar provimento parcial ao recurso quanto ao Desconto Assistencial Sindical, para subordiná-lo à não oposição do trabalhador, manifestada perante a empresa, até 10 (dez) dias antes do primeiro pagamento reajustado, unanimemente. 7º) A unanimidade, dar provimento ao recurso para excluir da sentença normativa as seguintes cláusulas: a) Integração das horas extras e noturnas por sua média física, no pagamento de férias e gratificações natalinas; b) Diárias de viagens; c) Salário dos motoristas com carteiras apreendidas; d) Mensalidade Sindical. 8º) Por maioria, dar provimento ao recurso para excluir da sentença

normativa a cláusula relativa à Estabilidade do Delegado Sindical, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Fernando Vilar (revisor) e Juiz Convocado Alcy Nogueira que negavam-lhe provimento. 9º) A unanimidade, negar provimento ao recurso quanto às seguintes cláusulas: a) Horas extras; b) Adicional noturno; c) Cópias de documentos. Falou pelo recorrido o Doutor Ulisses Riedel de Resende.

Processo RO-DC-395/87.6 da Nona Região, relativo a Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo, sendo Recorrente Procuradoria Regional do Trabalho da Nona Região e Recorridos Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional de Ponta Grossa e Associação Atlética Banco do Brasil e Outros. (Advogados: Sueli Aparecida Urbano e Angela Sígolo Teixeira). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio Mendes de Oliveira e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Ernes Pedro Pedrassani, tendo o Tribunal resolvido: 1º) unanimemente, negar provimento ao recurso quanto ao reajuste salarial. 2º) por maioria, negar provimento ao recurso quanto à produtividade, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Marcelo Pimentel, José Ajuricaba e Wagner Pimenta, que o proviam para excluir a cláusula e os Excelentíssimos Senhores Ministros José Carlos da Fonseca e Antônio Amaral, que davam provimento, para reduzir o índice a 2% (dois por cento).

Processo RO-DC-353/87.9 da Terceira Região, relativo a Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo, sendo Recorrente Construtora Mendes Júnior S/A e Recorrida Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplenagem no Estado de Minas Gerais. (Advogado: Henrique César Mourão). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio Mendes de Oliveira e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Ernes Pedro Pedrassani, tendo o Tribunal resolvido, por maioria, dar provimento ao recurso, para determinar o retorno dos autos à origem a fim de que o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho se pronuncie sobre a ilegalidade da greve e demais aspectos versados no recurso, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Orlando Teixeira da Costa, Almir Pazzianotto, Fernando Vilar e Alcy Nogueira (Juiz Convocado) que negavam-lhe provimento.

Processo RO-DC-576/85.2 da Quarta Região, relativo a Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo, sendo Recorrentes Iochpe S/A - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Habitasul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, Sul Brasileiro S/A - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Maisonnave Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, Distribuidora de Valores Mobiliários Fininvest S/A e Crefisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e Recorridos Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito de Porto Alegre, Sindicato dos Corretores de Seguros e Capitalização no Estado do Rio Grande do Sul, Acionária Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Outras. (Advogados: Lucila Serra, Francisco J. da Rocha, Eduardo C. Muller, Luiz S. Costa, Flávio do C. e Silva, Vera Maria Reis da Cruz e José Tôres das Neves). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio Mendes de Oliveira, tendo o Tribunal resolvido: I- Por unanimidade, rejeitar as seguintes preliminares: a) deserção dos recursos interpostos pelas suscitadas Habitasul e Crefisul, argüida em contra-razões; b) inépcia da inicial, redargüida pelas suscitadas Maisonnave Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e Distribuidora de Valores Mobiliários Fininvest S/A; c) falta de quorum, redargüida pelas suscitadas Maisonnave Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e Distribuidora de Valores Mobiliários Fininvest S/A; II- Recurso da IOCHPE S/A - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários: 1 - Unanimemente, dar provimento ao recurso para excluir as seguintes cláusulas: quinquênios, ajuda-alimentação, expediente das empresas, dia do securitário, férias proporcionais, e cursos/ajuda; 2 - Sem divergência, dar provimento parcial ao recurso para: a) adaptar a cláusula referente ao admitido para o lugar do dispensado à Instrução Normativa nº 1/82 do TST, no sentido de garantir ao empregado admitido para a função de outro dispensado sem justa causa, salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais; b) adaptar a cláusula atinente ao salário mínimo profissional à Instrução Normativa nº 01/82 do TST, deferindo o salário normativo, na base de 1/6 da última correção senestral, pelo fator 1.0 (um ponto zero), a incidir sobre o salário mínimo vigente na data da propositura do dissídio; c) quanto à cláusula referente a frequência livre aos diretores de sindicatos, conforme precedente do TST, assegurar a frequência livre dos dirigentes sindicais para atenderem realizações de assembleias e reuniões sindicais devidamente convocadas e comprovadas; d) conceder a cláusula alusiva ao abono de faltas ao estudante na forma do Precedente do TST, no sentido de transformar em licença não remunerada os dias de prova, desde que avisado o empregador com 72 horas de antecedência e mediante comprovação; e) adaptar a cláusula que versa sobre estabilidade ao alistando ao Precedente do TST, para garantir estabilidade no emprego ao trabalhador desde a data da incorporação no serviço militar até 30 dias após a baixa, f) adaptar a cláusula relativa à estabilidade ao delegado sindical ao Precedente do TST, que prevê a instituição da figura do representante sindical a ser eleito por empregados da própria empresa, em razão de um representante para 50 empregados integrantes da referida categoria, outorgando aos mesmos a garantia de emprego, nos termos do art. 543 da CLT; g) conceder a cláusula atinente à estabilidade provisória/aposentadoria ao Precedente do TST, a saber: "defer-se a garantia de emprego para optantes ou não pelo regime do FGTS, durante os 12 (doze) meses que antecederem a data em que o empregado adquira direito à aposentadoria voluntária"; h) quanto à cláusula que versa sobre seguro de acidente pessoal, conceder, nos termos do Precedente do TST, seguro de vida para garantir a indenização nos casos de morte ou invalidez permanente, decorrente de assalto, consumado ou não, desde que no exercício das funções, em favor do empregado e seus dependentes, junto à Previdência; i) adaptar a cláusula relativa ao desconto assistencial ao Precedente do TST, a saber: "subordina-se o desconto assistencial sindical à não oposição do trabalhador, manifestada perante a empresa, até 10 (dez) dias antes do primeiro pagamento reajustado", com ressalvas do Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio Mendes de Oliveira; j) Conceder, a cláusula referente ao abono de falta de um dia por ano para empregados, na forma do Precedente do TST, com a seguinte redação: "garantia aos empregados do recebimento de salários no dia em que tiverem que se afastar para o recebimento do PIS". 3 - Unanimemente, negar provimento ao recurso quan

to às seguintes cláusulas: reajuste salarial, horas extras, dispensa do cumprimento do aviso prévio e fornecimento de atestados de afastamento e salário, III - Recurso da Habitasul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A: 1 - Sem divergência, adaptar a cláusula atinentemente à estabilidade para a gestante, ao precedente do TST, criando estabilidade provisória à empregada até 90 dias após o término da licença previdenciária; 2 - Por unanimidade, considerar prejudicado o restante do recurso. IV - Recurso do Sul Brasileiro S/A - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários: Unanimemente, considerar prejudicado em sua totalidade o referido recurso; V - Recurso da Maissonave - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A. Sem discrepância, considerar integralmente prejudicado o referido recurso; VI - Recurso da Distribuidora de Valores Mobiliários Fininvest S/A: Por unanimidade, considerá-lo totalmente prejudicado; VII - Recurso da Crefisul Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Sem divergência, considerar prejudicado inteiramente o recurso. Impedido o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão. Falou pelos Recorridos o Doutor José Tôres das Neves.

Processo ED-AG-E-RR-7494/86.1, da 2ª. Região, relativo a Embargos de Declaração Opostos à Decisão do Egrégio Tribunal Pleno, sendo Embargante Capuano Imóveis e Engenharia S/C Ltda e Embargado Fernando de Aguiar Magano. (Advogados: Paulo S. Pimenta e Jair José Spuri). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Orlando Teixeira da Costa, tendo o Tribunal resolvido, unanimemente, rejeitar os presentes embargos declaratórios. Impedido o Excelentíssimo Senhor Ministro Wagner Pimenta. Observação: Refeito o relatório para composição de quorum na forma do artigo 157 § 4º alínea "c" do Regimento Interno.

Processo ED-AG-E-RR-4357/87, da 2ª. Região, relativo a Embargos de Declaração Opostos à Decisão do Egrégio Tribunal Pleno, sendo Embargante Norvina Honorata dos Santos e Embargado Inst. Assist. Médica ao Serv. Público Est. - IAMSPE. (Advogados: Paulo S. Pimenta e Viyian Hossne de Godoy). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Orlando Teixeira da Costa, tendo o Tribunal resolvido, rejeitar os embargos declaratórios, unanimemente.

Processo RO-DC-505/85.2, da 5ª. Região, relativo a Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo, sendo Recorrente Banco do Brasil S/A e Recorridos Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado de Sergipe e Banco América do Sul S/A e Outros. (Advogados: Maurício Moreira Sampaio e José Tôres das Neves). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca e Revisor Almir Pazzianotto, tendo o Tribunal resolvido, recurso do Banco do Brasil - Suscitado - dar provimento ao recurso pela preliminar para excluir do feito o Banco do Brasil, unanimemente. Falou pelo primeiro Recorrido o Doutor José Tôres das Neves.

Processo RO-DC-435/85.7, da 1ª. Região, relativo a Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo, sendo Recorrente Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional do Município do Rio de Janeiro - SENALBA/Rio e Recorrido Automóvel Club do Brasil. (Advogados: Alino da Costa Monteiro e Rosali Rebelo da Silva). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio Mendes de Oliveira, tendo o Tribunal resolvido, 1 - Por maioria, dar provimento parcial ao recurso para deferir a taxa de 4% a título de produtividade, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros José Carlos da Fonseca e Antônio Amaral, que proviam para reduzir a referida taxa a 2%, e os Excelentíssimos Senhores Ministros Almir Pazzianotto, Wagner Pimenta e José Luiz Vasconcellos (Juiz Convocado) que negavam provimento; 2 - Por unanimidade, dar provimento parcial ao recurso para instituir a cláusula atinente ao aviso prévio com a seguinte redação: "Conceder 60 dias de aviso prévio, a todos os trabalhadores com mais de 45 anos de idade, demitidos injustamente; 3 - Sem discrepância, dar provimento ao recurso para incluir a cláusula relativa às horas extras, conforme o pedido.

Processo RO-DC-770/85.8, da 8ª. Região, relativo a Recurso Ordinário em Dissídio Coletivo, sendo Recorrentes Banco do Brasil S/A, Finasa Administração e Planejamento S/A, Cia. de Habitação do Estado do Pará - COHAB, Bradesco Amazônia S/A - Crédito Imobiliário, Cia. Itaú de Investimentos, Crédito e Financiamento, Francred S/A - Crédito Financiamento e Investimento, Econômico Amazônia S/A - Crédito Imobiliário, e Fininvest S/A - Crédito Financiamento e Investimento e Recorridos Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Pará e Território Federal do Amapá e Socilar Crédito Imobiliário S/A e Outros. (Advogados: José Coriolano da Silveira, Carlos Balbino Potiguar, João Roberto A. das Neves, Marco Aurélio de A. Buarque, Hélio Carvalho Santana, Paulo Rubio de Souza Meira, José Maria de Souza Andrade e Carlos Ferro, José Tôres das Neves e Wady Dahas Rossy). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Fernando Vilar, tendo o Tribunal resolvido, I - Por maioria, rejeitar a preliminar de deserção argüida da Tribuna pelo douto patrono do sindicato recorrido, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Barata Silva; Guimarães Falcão; Fernando Vilar; José Luiz Vasconcellos e Alcy Nogueira (Juizes Convocados) que acolhiam a referida preliminar; II - Suspender o julgamento do feito, em virtude do término da sessão, após haver se declarado apto a votar o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão, que havia solicitado vista em mesa dos autos. Os Excelentíssimos Senhores Ministros Almir Pazzianotto, relator, e Fernando Vilar, revisor acolhiam o pedido de extensão dos benefícios acordados e homologados pelo Tribunal Regional do Trabalho em todos os seus termos constantes do acórdão de fls. 398/401, para todos os seus efeitos, e o Excelentíssimo Senhor Ministro Orlando Teixeira da Costa, considerando não ser a hipótese de extensão, homologava a adesão, para que fosse aplicado também ao Bradesco Amazônia S/A - o acordo homologado pelo Tribunal Regional do Trabalho. Observação: O Excelentíssimo Senhor Vice-Procurador-Geral Doutor Hegler José Horta Barbosa complementou oralmente seu parecer, opinando pela deserção dos recursos, argüida da Tribuna, conforme item I desta certidão. Falou pela COHAB o Doutor José F. Boselli e pelo Econômico Amazônia S/A o Doutor José Maria de Souza Andrade e falou pelo Sindicato Recorrido o Doutor José Tôres das Neves.

- Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Sessão às dezoito horas e trinta minutos. E, para constar, eu, Secretária do Tribunal Pleno, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Minis-

tro Presidente e por mim subscrita. - Brasília, aos oito dias do mês de março do ano de um mil novecentos e oitenta e nove.

MINISTRO PRATES DE MACEDO
Presidente do Tribunal

NEIVA A. BORGES FERREIRA
Secretária do Tribunal

ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e oitenta e nove, às treze horas e trinta minutos, realizou-se a Décima Sexta Sessão Plena Ordinária, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro Prates de Macedo, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Marcelo Pimentel, Barata Silva, Guimarães Falcão, Marco Aurélio, Orlando Teixeira da Costa, José Ajuricaba, Fernando Vilar, José Carlos da Fonseca, Ermes Pedro Pedrassani, Antonio Amaral, Almir Pazzianotto e Juizes Convocados Alcy Nogueira, Elpidio Ribeiro dos Santos Filho e José Luiz Vasconcellos; o Digníssimo Subprocurador Geral da Justiça do Trabalho, Doutor Valter Otaviano da Costa Ferreira; e a Secretária do Tribunal Pleno, Doutora Neide A. Borges Ferreira. - Haverá do quorum regimental, declarada aberta a Sessão, a que deixaram de comparecer, por motivo justificado, os Excelentíssimos Senhores Ministros Aurélio Mendes de Oliveira e Wagner Pimenta. - Lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. - No expediente, tomada a seguinte deliberação:

"RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 30/89 - AMPLIAÇÃO DE TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. CERTIFICO E DOU FÉ que o Egrégio Tribunal, em Sessão Plena Ordinária, hoje realizada, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Prates de Macedo, Guimarães Falcão, Barata Silva, Marcelo Pimentel, Marco Aurélio, Orlando Teixeira da Costa, José Ajuricaba, Ermes Pedro Pedrassani, Almir Pazzianotto, Fernando Vilar, José Carlos da Fonseca e Antônio Amaral, ao examinar proposta do Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel e: Considerando a proposta do Tribunal Regional da Nona Região para o aumento do número de seus juizes, OF.DF. Nº 040/89, de 14 de fevereiro de 1989; Considerando o movimento judiciário apresentado pelo Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região nos últimos 3 (três) anos que revelou um aumento de 100% (cem pontos percentuais) na quantidade de processos; Considerando que no ano de 1988, o Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região teve 9.163 (nove mil, cento e sessenta e três) processos para julgar, solucionando 5.494 (cinco mil, quatrocentos e noventa e quatro); Considerando que apenas 10 (dez) Juizes recebem distribuição, o que deu para cada um 916 (novecentos e dezesseis) processos no ano de 1988; Considerando que a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar 35, de 14.03.79) recomenda a majoração do número de Juizes nos Tribunais quando o total de processos ao ano ultrapassar a 300 (trezentos) por Juiz (Art. 106 § 1º); RESOLVEU, por unanimidade: a) Autorizar o aumento da composição do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região, com sede em Curitiba, de doze para dezoito Juizes, criando seis novos cargos de Juiz, sendo quatro de Juiz Togado e duas funções de Juiz Classista Temporário, uma para a representação dos trabalhadores e outra para a dos empregadores; b) Autorizar a criação do cargo de Corregedor Regional a ser exercido por um dos Juizes Togados integrante da composição do Tribunal Regional do Trabalho, excetuados os Juizes Presidente e Vice-Presidente; c) Autorizar a criação de seis cargos de Assessor de Juiz, código DAS-102; um cargo de Secretário de Turma, código DAS 101; vinte e um cargos de Técnico Judiciário, código TRT 9º-AJ-021; onze cargos de Auxiliar Judiciário, código TRT-9º-AJ-023; nove cargos de Atendente Judiciário, código TRT-9º-AJ-025, e, seis cargos de Agente de Segurança Judiciária, código TRT-9º-AJ-024; e d) Autorizar o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho a enviar ao Congresso Nacional o Anteprojeto-de-lei propondo a criação de cargos de Juiz Togado e Juiz Classista e ainda dos cargos de Direção e Assessoramento Superiores, código TRT-9º-DAS-100 e de Atividade de Apoio Judiciário, código TRT-9º-AJ-20."

- Passou-se, então, à ORDEM DO DIA:
Processo E-RR-4130/85.5, da 2ª. Região, relativo a Embargos Opostos à Decisão da Egrégia Primeira Turma, sendo Embargante Antônio Blassioli e embargado Banco do Brasil S/A. (Advogados: Sid Riedel de Figueiredo e Márcio Netto Baeta). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio Amaral, tendo o Tribunal resolvido, preliminarmente, determinar o desentranhamento dos documentos de fls. 1085/1087, devolvendo-os à parte, unanimemente. Não conhecer os embargos por violação ao artigo 153, § 3º da Constituição Federal de 1969, unanimemente. Por maioria, conhecer os embargos por violação ao artigo 896, § 4º da CLT, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros José Ajuricaba, relator, Orlando Teixeira da Costa, Ermes Pedro Pedrassani, Almir Pazzianotto e José Luiz Vasconcellos (Juiz Convocado) que não os conheciam. No mérito, à unanimidade, acolhê-los, para restabelecer o v. acórdão regional. À unanimidade, não conhecer os embargos por contrariedade aos Enunciados 126, 208 e 221. Redigirá o acórdão o Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio Amaral. Justificará o voto vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba. Falou pelo Embargante o Doutor Sid Riedel de Figueiredo.

Processo E-RR-7052/83, da 8ª. Região, relativo a Embargos Opostos à Decisão da Egrégia 3ª. Turma, sendo Embargante Empresa de Navegação da Amazônia S/A - ENASA e Embargado Santana Costa. (Advogados: Victor Rus somano Júnior, Ulisses Borges de Resende e Ulisses Riedel de Resende). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio Amaral, tendo o Tribunal resolvido, por maioria, conhecer os embargos por violação ao artigo 896 da CLT, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Orlando Teixeira da Costa, Almir Pazzianotto, Fernando Vilar, Alcy Nogueira (Juiz Convocado) e Elpidio Ribeiro dos Santos Filho (Juiz Convocado) que não os conheciam. No mérito, ainda por maioria, acolhê-los, para excluir da condenação todas as verbas deferidas pela aplicação das Convenções Coletivas de fls. 34/42 e seus reflexos, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Almir Pazzianotto, Orlando Teixeira da Costa, Fernando Vilar, Alcy Nogueira (Juiz Convocado) e Elpidio Ribeiro dos Santos Filho (Juiz Convocado). Falou pelo Embargante o Doutor Victor Russoma no Júnior.

Processo E-RR-1306/86.6, da 8a. Região, relativo a Embargos Opostos à Decisão da Egrégia 3a. Turma, sendo Embargante Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Embargado Carlos Tadeu Borges de Matos. (Advogados: Victor Russomano Júnior e Antonio Zacarias Lindoso). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Fernando Vilar, tendo o Tribunal resolvido, à unanimidade, conhecer os embargos por divergência jurisprudencial. No mérito, por maioria, acolhê-los, para julgar improcedente a ação, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Orlando Teixeira da Costa, Alcy Nogueira (Juiz Convocado) e Elpidio Ribeiro dos Santos Filho (Juiz Convocado) que os rejeitavam. Falou pelo Embargante o Doutor Victor Russomano Júnior.

Processo E-RR-9533/85.3, da 12a. Região, relativo a Embargos Opostos à Decisão da Egrégia 1a. Turma, sendo Embargante União Federal e Fundação Legião Brasileira de Assistência - LBA e Embargados João Pedro da Silva e Outros. (Advogados: José Alberto Couto Maciel e Altair da Silva va Cascaes Sobrinho). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca, tendo o Tribunal resolvido, por maioria, conhecer os embargos por violação ao artigo 896 da CLT alíneas "a" e "b", vencido parcialmente o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, relator, que os conhecia apenas pela violação a alínea "a" do citado artigo e, os Excelentíssimos Senhores Ministros José Carlos da Fonseca, revisor, Orlando Teixeira da Costa, Alcy Nogueira (Juiz Convocado) e Elpidio Ribeiro dos Santos Filho (Juiz Convocado) que não os conheciam. No mérito, à unanimidade, acolhê-los para, declarando a incompetência da Justiça do Trabalho, decliná-la em favor da Justiça Federal do Estado de Santa Catarina. Redigirá o acórdão o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva. Falou pelos Embargantes o Doutor José Alberto Couto Maciel. Processo RO-AR-105/83, da 3a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Ação Rescisória, sendo Recorrente Sindicato Rural de Ubá e Recorrida Francisca Regina Barbosa. (Advogados: Ramon Lago e Dandeth Rodrigues). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marco Aurélio, tendo o Tribunal resolvido, negar provimento ao recurso, unanimemente.

Processo RO-MS-960/86.3, da 2a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, sendo Recorrente Nelson Gozzo e Recorrida Exma. Sra. Juiza Presidente da 44a. JcJ de São Paulo. (Advogados: Pedro Luiz Leão Velloso Ebert). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Fernando Vilar, tendo o Tribunal resolvido, negar provimento ao recurso, unanimemente.

Processo AG-ES-25/89.3, relativo a Agravo Regimental em Efeito Suspensivo, sendo Agravante Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Termoeletrica do Estado do Ceará e Agravada Companhia Energética do Ceará - COELCE. (Advogados: Pedro Luiz Leão Velloso Ebert, Joaquim J. X. Aguiar e Hugo Gueiros Bernardes). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Prates de Macedo, tendo o Tribunal resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

Processo E-RR-3144/83, da 3a. Região, relativo a Embargos Opostos à Decisão da Egrégia 2a. Turma, sendo Embargante Rede Ferroviária Federal S/A e Embargado Ubaldino Fonseca Pinto. (Advogados: Selma Moraes Lages e Jorge Estefane Baptista de Oliveira). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Fernando Vilar e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Orlando Teixeira da Costa, tendo o Tribunal resolvido, por maioria, não conhecer os embargos quanto ao incorreto enquadramento - prescrição -, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Barata Silva, José Luiz Vasconcellos (Juiz Convocado), Marco Aurélio, José Ajuricaba e José Carlos da Fonseca que os conheciam por violação ao artigo 896 da CLT. À unanimidade, não conhecer os embargos quanto ao reenquadramento - equiparação salarial.

Processo RO-AR-210/83, da 3a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Ação Rescisória, sendo Recorrentes Espólio de Nabil Carmo Nicolau Couri e Mateus Pinto da Costa e Recorridos Os Mesmos. (Advogados: Mauro Thibau da Silva Almeida e Geraldo Cezar Franco). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marco Aurélio, tendo o Tribunal resolvido, por maioria, não conhecer o recurso do Réu vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Orlando Teixeira da Costa, Fernando Vilar, Alcy Nogueira (Juiz Convocado) e Elpidio Ribeiro dos Santos Filho (Juiz Convocado) que os conheciam. À unanimidade, negar provimento ao recurso do Autor pela preliiminar de inépcia da inicial.

Processo RO-MS-951/86.7, da 2a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, sendo Recorrente Ruy Rodrigues de Souza e Recorrido Exmo. Sr. Juiz Presidente da 20a. JcJ de São Paulo. (Advogado: Ruy Rodrigues de Souza). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Fernando Vilar e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca, tendo o Tribunal resolvido, negar provimento ao recurso, unanimemente.

Processo RO-MS-198/87.8, da 2a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, sendo Recorrente Massa Falida de Eletro Máquinas Anel S/A - Indústria e Comércio de Motores e Máquinas Elétricas, Recorrido Exmo. Sr. Juiz Presidente da 22a. JcJ de São Paulo e Litis consortes José Carlos Pionte e Outros. (Advogados: Roberto A. C. de C. Bittencourt e Marcílio D. Lima). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio Amaral, tendo o Tribunal resolvido, suspender o julgamento do presente processo, em virtude de pedido de vista regimental formulado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio Amaral, revisor, após o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, relator, proferir o recurso, para conceder a segurança.

Processo RO-MS-192/87.4, da 1a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, sendo Recorrente Offshore Logistics do Brasil Serviços Industriais e Marítimos, Recorrido Juiz Presidente da 13a. Junta de Conciliação e Julgamento do Rio de Janeiro e Terceiros Interessados Thomas Joseph Jones e Outro. (Advogados: Marco Antonio G. Rebelo e Jomar de Vassimon Freitas). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio Amaral, tendo o Tribunal resolvido, dar provimento ao recurso, para conceder a segurança, unanimemente.

- Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Sessão às dezoito horas e trinta minutos. E, para constar, eu, Secretária do Tribunal Pleno, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Minis-

tro Presidente e por mim subscrita. - Brasília, aos seis dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e oitenta e nove.

MINISTRO PRATES DE MACEDO
Presidente do Tribunal

NEIDE A. BORGES FERREIRA
Secretária do Tribunal

ATA DA SEGUNDA SESSÃO PLENA EXTRAORDINÁRIA

Aos três dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e nove, às treze horas e trinta minutos, realizou-se a segunda Sessão Plena Extraordinária, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro Prates de Macedo, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Marcelo Pimentel, Barata Silva, Guimarães Falcão, Marco Aurélio, Orlando Teixeira da Costa, José Ajuricaba, Fernando Vilar, José Carlos da Fonseca, Ermes Pedro Pedrassani, Antonio Amaral e Almir Pazzianotto; o Digníssimo Vice Procurador-Geral da Justiça do Trabalho, Dr. Hegler José Horta Barbosa; e a Secretária do Tribunal Pleno, Dra. Neide A. Borges Ferreira. - Havendo quorum regimental, declarada aberta a sessão, a que deixaram de comparecer, por motivo justificado, os Excelentíssimos Senhores Ministros Aurélio Mendes de Oliveira e Wagner Pimental. - Lida e aprovada a ata da sessão anterior. - Inicialmente, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente passou à leitura do seguinte telex: "Tenho a elevada honra de convidar Vossa Excelência e demais Ministros dessa Egrégia Corte, para assistir à solenidade de entrega de Medalhas da Ordem do Mérito Judiciário Militar, a realizar-se às dez horas do próximo dia quatro de abril, neste Tribunal. Atenciosamente. Raphael de Azevedo Branco, Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar". Os Excelentíssimos Senhores Ministros Fernando Vilar, Guimarães Falcão, José Ajuricaba e Marco Aurélio confirmaram suas presenças à referida solenidade.

- O Excelentíssimo Senhor Ministro Orlando Teixeira da Costa registre a presença, no Plenário do Dr. Arthur Francisco Seixas dos Anjos, Juiz integrante do TRT da 8a. Região, que foi, inclusive, ex-Presidente daquele Tribunal.

- Em seguida, tomadas as seguintes deliberações:
"RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 22/89 - CERTIFICADO E DOU FÉ que o Egrégio Tribunal, em Sessão Plena Extraordinária, hoje realizada, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Prates de Macedo, Guimarães Falcão, Barata Silva, Marcelo Pimentel, Marco Aurélio, Orlando Teixeira da Costa, José Ajuricaba, Ermes Pedro Pedrassani, Almir Pazzianotto, Fernando Vilar, José Carlos da Fonseca e Antônio Amaral, ao considerar proposta da Comissão Especial para adaptar o Tribunal Superior do Trabalho à Lei 7.701 de 22.12.88, RESOLVEU, por maioria, aprovar a alínea "a" do item 7 e por unanimidade o seguinte: "1) DA SEÇÃO ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS - A Seção de Dissídios Individuais será integrada: a) pelo Ministro Presidente do Tribunal, pelo Vice-Presidente e pelo Corregedor-Geral; b) pelos Ministros Presidentes das Turmas, por um Ministro Togado (1º na antiguidade), por um Ministro Classista de empregados (1º na antiguidade) e um Ministro Classista de empregadores (1º na antiguidade). 2) DA SEÇÃO ESPECIALIZADA EM DISSÍDIOS COLETIVOS - A Seção de Dissídios Coletivos será integrada: a) pelo Ministro Presidente do Tribunal, pelo Vice-Presidente e pelo Corregedor-Geral; b) pelos quatro Ministros Togados, subsequentes ao Ministro Decano, excluídos os Presidentes de Turmas, um Ministro Classista de empregados (2º na antiguidade) e um Ministro Classista de empregadores (2º na antiguidade). 3) DAS TURMAS - O Tribunal terá três (3) Turmas compostas, cada qual, por três Ministros Togados e dois Ministros Classistas. As Turmas serão compostas pelos seis (6) Ministros Togados que não estejam integrando as seções especializadas, sendo dois em cada uma, e pelos seis (6) Ministros Classistas mais modernos, observada a categoria de representação. O 3º Ministro Togado a integrar cada Turma será o seu Presidente a ser eleito na forma determinada no item seguinte. 4) DA PRESIDÊNCIA DAS TURMAS - a) O Ministro Togado Presidente de cada Turma será eleito pelo Tribunal Pleno na mesma data em que for eleita a administração do Tribunal, em escrutínio distinto e imediatamente subsequente, com mandato de dois anos, vedada a reeleição. Terminado o mandato, o Ministro Presidente da Turma ocupará seu lugar nas seções especializadas ou na própria Turma, observada sua antiguidade no Tribunal; b) Os Presidentes de Turmas não participarão da distribuição de processos de competência destas, concorrendo, no entanto, à distribuição dos embargos de que cogita a alínea "b" do artigo 894 da CLT; c) Os Presidentes de Turmas despacharão os Embargos Infringentes, relatando os Agravos Regimentais interpostos aos seus despachos denegatórios, na seção de Dissídios Individuais. 5) DA ANTIGUIDADE DOS MINISTROS, EXCLUSIVAMENTE PARA A COMPOSIÇÃO DAS SEÇÕES E TURMAS - Excluídos o Ministro Presidente, o Vice-Presidente, o Corregedor-Geral e os Presidentes de Turmas, a antiguidade é considerada a partir do Ministro Togado mais antigo em ordem decrescente. A dos Ministros Classistas também em ordem decrescente em cada categoria (patronal e de empregados). Alterada a ordem de antiguidade por qualquer razão, haverá a automática movimentação dos Ministros entre as seções especializadas e Turmas. 6) DA PRESIDÊNCIA DAS SEÇÕES ESPECIALIZADAS E SUBSTITUIÇÕES - O Presidente do Tribunal será o Presidente das Seções Especializadas, cabendo a substituição, sucessivamente, ao Vice-Presidente, ao Corregedor-Geral e aos Ministros Togados, observada, quanto a estes, a antiguidade, todos com direito a voto, inclusive o Presidente da sessão, cujo voto será prevalente em caso de empate. 7) DO FUNCIONAMENTO DAS SEÇÕES ESPECIALIZADAS - a) As seções especializadas só poderão funcionar presentes 06 (seis) Ministros pelo menos; (aprovada por maioria); b) Para compor o "quorum" das seções especializadas poderão ser chamados Ministros Togados ou integrantes da outra seção especializada ou das Turmas; c) Na hipótese de afastamento de Ministro Togado integrante de qualquer das Seções Especializadas por período superior a 30 (trinta) dias, será chamado o Ministro Togado mais antigo integrante das Turmas, sendo que a vaga deste será preenchida, na Turma, por Juiz de TRT convocado; d) Em se tratando de Ministro Classista, é obrigatória a convocação do respectivo suplente, ou de Juiz Classista de TRT, quando a ausência não for meramente eventual, observando-se no caso das Seções Especializadas, a regra pertinente aos Togados; e) As Seções Especializadas funcionarão, obrigatoriamente, uma vez por semana no mínimo. 8) DA IMEDIATA IMPLANTACÃO DAS SEÇÕES ESPECIALIZADAS - As

Seções Especializadas serão imediatamente implantadas, com a composição prevista nos itens 1, 2 e 6 e Disposições Transitórias, mantidas as vinculações dos Ministros como Relator ou Revisor referente aos processos distribuídos, ressalvada a situação do Presidente do Tribunal, objeto da Resolução Administrativa nº 14/89, publicada no Diário da Justiça de 13/03/89. 9) DA DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS - O Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral não participarão da distribuição. 10) DA PERMUTA - Mediante aprovação do Tribunal Pleno, os Ministros poderão permutar, inclusive com envolvimento dos integrantes das Turmas, observando-se em cada caso, sucessivamente, a antiguidade, de tal forma que este critério, a não ser em caso de recusa, sempre prevaleça. 11) DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - 1) Enquanto o Tribunal não estiver com a composição plena de 27 (vinte e sete) Ministros, será observado o seguinte: a) O Ministro Vice-Presidente permanecerá na Presidência da 1ª Turma, participando apenas da distribuição dos processos de competência desta, excluídos os Agravos de Instrumento; b) Os Ministros que integram as Seções Especializadas permanecerão compondo as Turmas, participando da distribuição dos processos de competência destas observada a atual situação regimental dos Presidentes de Turmas; c) A distribuição de processos de competência das Seções será feita aos Ministros Togados e Classistas com observância da respectiva vinculação à seção especializada que integrarem e das normas regimentais atualmente em vigor; d) O Ministro Togado, remanescente, da 1ª Turma, observada a atual composição, integrará a seção de Dissídios individuais, participando, também, da distribuição vinculada de processos de competência desta seção; e) Os Ministros Classistas mais modernos da atual composição, terceiros na antiguidade da representação de empregados e de empregadores integrarão a seção de Dissídios Coletivos, participando, também, da distribuição de processos de competência desta seção; f) O Juiz de Tribunal Regional convocado para substituir Ministro Togado ou Classista comporá o "quorum" mínimo da seção especializada a que pertencia o substituído, mas só participará da distribuição de processos de competência das Turmas; g) A Secretaria do Tribunal Pleno terá o encargo de secretariar as seções especializadas, organizando as pautas de julgamento sob a direção do Ministro Presidente do Tribunal; 2) Até que seja liquidado o atual resíduo de processo que aguardam pauta na Secretaria do Pleno, as Seções Especializadas funcionarão, pelo menos, duas vezes por semana. 12) DA VIGÊNCIA - A presente Resolução vigorará a partir da data em que publicada no Órgão Oficial. RECOMENDAÇÃO: O Tribunal Pleno recomenda ao Ministro Presidente que organize as pautas da Seção de Dissídios Coletivos intercalando processos antigos com os processos em que foi concedido o efeito suspensivo após o advento da Lei nº 7.701, de 22/12/88, de tal forma que se observe, no julgamento dos recursos, o prazo máximo de 120 dias, referido na aludida lei".

"RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 23/89 - CERTIFICO E DOU FÉ que o Egrégio Tribunal, em Sessão Plena Extraordinária, hoje realizada, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Prates de Macedo, Guimarães Falcão, Barata Silva, Marcelo Pimentel, Marco Aurélio, Orlando Teixeira da Costa, José Ajuricaba, Ermes Pedro Pedrassani, Fernando Vilar, José Carlos da Fonseca e Antônio Amaral, ao apreciar proposta do Excelentíssimo Senhor Ministro Marco Aurélio, RESOLVEU, por unanimidade: GARAGEM REGULAMENTAÇÃO 1. DO NÚMERO DE VAGAS. A utilização das vagas existentes ocorrerá com observância da distribuição abaixo, conforme plantas elaboradas e que ficarão arquivadas na Diretoria-Geral: a) Edifício Sede: 037 vagas; b) Anexo I: 034 vagas; c) Anexo II: 034 vagas. TOTAL DE VAGAS: 105 vagas. 2. DA UTILIZAÇÃO DAS VAGAS. 2.1 Dos Gabinetes dos Ministros. A cada um dos Gabinetes caberá duas vagas, sendo uma destinada à guarda do veículo que estiver servindo ao Ministro e a outra utilizável à livre discricão deste. 2.1.1 Da individualização das vagas. 2.1.1.1 As vagas, dispostas duas a duas, serão individualizadas, mediante colocação de plaquetas que conterão a referência ao Gabinete respectivo. 2.1.1.2 Observar-se-á, tanto quanto possível, a antiguidade do Ministro, bem como a localização do Gabinete. 2.1.1.3 Na hipótese de não ser possível a designação de ambas as vagas no mesmo local - Edifício Sede ou em um dos Anexos, preferirá, na localização, a mais próxima possível ao Gabinete, aquela a ser utilizada, diretamente, pelo Ministro. 2.1.2 Do total de vagas atribuídas aos Gabinetes. Serão atribuídas aos Gabinetes o total de 55 vagas, ou seja, duas por Gabinete, com exceção da Presidência, à qual corresponderão três vagas. 2.2 Dos demais carros oficiais. Observar-se-á a preferência de localização das vagas dos Gabinetes 2.1.1.2 - serão destinadas 24 vagas à guarda-de-veículos oficiais, assim distribuídas: a) Diretor-Geral 1 Opala; b) Secretaria-Geral da Presidência 1 Opala; c) Secretaria do Tribunal Pleno 1 Opala; d) Secretaria de Coordenação Judiciária 1 Opala; e) Secretaria de Coordenação Administrativa 1 Opala; f) Secretaria de Coordenação Financeira 1 Opala; g) Carros-reservas dos Ministros 3 Opalas; h) Carros-reservas da Administração 4 Opalas i) Carros diversos - Volkswagen e Kombi 9 veículos j) Ambulância 1 Caravan; l) Caminhão 1 F-4.000; 2.2.1 da individualização das vagas pertinentes aos carros oficiais. As vagas serão individualizadas, mediante colocação de plaquetas que as identifiquem. 2.3 Dos demais vagas. As demais vagas existentes, em número igual a 26, serão utilizadas pelos servidores do Tribunal, observando-se, na distribuição e no uso: 2.3.1 A titularidade de função DAS, inclusive em Gabinete, a gradação neste e o respectivo tempo de exercício. 2.3.2 Para o fim previsto no item anterior, o Diretor-Geral fará publicar, no Boletim Interno, a lista de antiguidade dos servidores. 2.3.3 O Servidor será credenciado mediante cartão a ser emitido pela Diretoria-Geral que contendo nome do usuário e a placa do carro, deverá permanecer neste, em lugar visível. A exibição também é obrigatória no caso da substituição de que cogita o item seguinte. 2.3.4 Ressalvada a hipótese de substituição temporária, a vaga não poderá ser utilizada por servidor diverso. 2.3.5 O servidor que contar com carro oficial não concorrerá à utilização de vaga. 2.3.6 A perda da função DAS implicará devolução automática do cartão pertinente à vaga. 3. Das disposições gerais. 3.1. Não será permitida a permanência na garagem de carros estranhos à presente regulamentação, exceto de autoridade que estejam em visita ao Tribunal. 3.2 Caberá ao Diretor dos Serviços Gerais a responsabilidade pelo exato cumprimento desta regulamentação, devendo comunicar, por escrito, ao Diretor-Geral qualquer irregularidade ocorrida".

"RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 24/89 - CERTIFICO E DOU FÉ, que o Egrégio Tribunal, em Sessão Plena Extraordinária, hoje realizada, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Prates de Macedo, Guimarães Falcão, Barata Silva, Marcelo Pimentel, Marco Aurélio, Orlando Teixeira da Costa, José Ajuricaba, Ermes Pedro Pedrassani, Fernando Vilar, José Carlos

da Fonseca e Antônio Amaral, RESOLVEU, por unanimidade, restituir os autos do Processo TRT - 4a. Adm. nº 4452/88, que trata do pedido de aposentadoria formulado pelo Excelentíssimo Senhor Juiz do Trabalho, Presidente da CJJ de Passo Fundo - RS, Doutor Harri Marmitt, à origem com base no disposto no artigo 96 item I, alínea "c" da Constituição Federal"

"RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 25/89 - CERTIFICO E DOU FÉ, que o Egrégio Tribunal em Sessão Plena Extraordinária, hoje realizada, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros, Prates de Macedo, Guimarães Falcão, Barata Silva, Marcelo Pimentel, Marco Aurélio, Orlando Teixeira da Costa, José Ajuricaba, Ermes Pedro Pedrassani, Fernando Vilar, José Carlos da Fonseca e Antônio Amaral, RESOLVEU, por unanimidade, autorizar a redistribuição dos processos de Dissídios Coletivos Originários e a designação de novo revisor, nos processos em que funcionem os Excelentíssimos Senhores Ministros Vieira de Mello, Wagner Pimenta, Hélio Regato e Norberto Silveira de Souza".

"RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 27/89 - CERTIFICO E DOU FÉ, que o Egrégio Tribunal, em Sessão Plena Extraordinária, hoje realizada, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Prates de Macedo, Guimarães Falcão, Barata Silva, Marcelo Pimentel, Marco Aurélio, Orlando Teixeira da Costa, José Ajuricaba, Ermes Pedro Pedrassani, Fernando Vilar, José Carlos da Fonseca e Antônio Amaral, RESOLVEU, por unanimidade, autorizar o encaminhamento, ao Congresso Nacional, de proposta de criação de mais um Cargo de Juiz, que será o de Corregedor, e a criação de mais 3 (três) cargos de assessor no Tribunal Regional do Trabalho, da Décima Segunda Região".

"RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 28/89 - CERTIFICO E DOU FÉ, que o Egrégio Tribunal em Sessão Plena Extraordinária, hoje realizada, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Prates de Macedo, Guimarães Falcão, Barata Silva, Marcelo Pimentel, Marco Aurélio, Orlando Teixeira da Costa, José Ajuricaba, Ermes Pedro Pedrassani, Fernando Vilar, José Carlos da Fonseca e Antônio Amaral, considerando a divisão do Tribunal em Seções Especializadas, RESOLVEU, por unanimidade, retirar de pauta todos os processos que se encontravam com julgamento marcado".

- Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Sessão às dezoito horas e trinta minutos. E, para constar, eu, Secretária do Tribunal Pleno, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente e por mim subscrita. - Brasília, aos três dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e nove.

MINISTRO PRATES DE MACEDO
Presidente do Tribunal

NEIVA A. BORGES FERREIRA
Secretária do Tribunal

PROCESSO AI-5900/87 (C/J RO-DC-834/87.5)

AGRAVANTE: SANEAMENTO DE GOIÁS S/A -SANEAGO
Advogado: Dr. Pedro Márcio Mundim de Siqueira e Carlos Eduardo Caputo Bastos
AGRAVADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS NO ESTADO DE GOIÁS
Advogado: Dr. Ulisses Borges de Resende
D E S P A C H O - proferido pelo Exmº Sr. Ministro Relator na petição- TST-nº4455/89.3 -
"Sim. Junte-se.
Como requer".
Brasília, 16 de março de 1989.

MINISTRO BARATA SILVA
Relator

PROCESSO Nº TST-E-RR-2283/82 - TRT 6a. REGIÃO.

Embargante: BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A.
Advogado : Dr. Lino Alberto de Castro.
Embargada : RITA ALVES DO AMARAL.
Advogado : J. Fornellos Filho.

D E S P A C H O

1. Remeta-se o processo ao Serviço de Taquigrafia, a fim de serem anexadas as notas do julgamento.
2. À Secretaria do Pleno para a publicação devida.

Brasília, 21 de abril de 1989

MINISTRO MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO
Redator Designado

PROC. Nº TST-E-RR-039/83 - TRT-2ª Região

Embargante: BANCO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE SÃO PAULO S/A
Advogado : Dr. Rogério Avelar
Embargado : WALDOMIRO SANCHES
Advogado : Dr. Francisco Fernando de Arruda

D E S P A C H O

1. Remeta-se o processo ao Serviço de Taquigrafia, a fim de serem anexadas as notas do julgamento.
2. À Secretaria do Pleno para a publicação devida.

Brasília, 21 de abril de 1989

MINISTRO MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO

PROCESSO Nº TST-RO-AR-0182/87.1 - TRT 1a. Região.

Recorrente: BANESPA S.A. CORRETORA DE CÂMBIO E TÍTULOS.
Advogado : Dr. Hugo Gueiros Bernardes.
Recorrido : PAULO ANTONIO FRANCISCO DE CASTRO.
Advogado : Dr. A. D. Meirelles Quintella.

D E S P A C H O

1. Remeta-se o processo ao Serviço de Taquigrafia, a fim de serem anexadas as notas do julgamento.
2. À Secretaria do Pleno para a publicação devida.

Brasília, 21 de abril de 1989.

MINISTRO MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO

Primeira Turma

PROC. nº TST-E-AI-4211/88.1

EMBARGANTE : NAPOLEÃO JACOB

ADVOGADO : Dr. Rubem José da Silva

EMBARGADO : BANCO DO BRASIL

ADVOGADO : Dr. Antonio Carlos de Martins Mello

D E S P A C H O

Trata-se de Embargos opostos contra acórdão que negou provimento a Agravo de Instrumento; incidência do Enunciado 183 da Súmula da Jurisprudência predominante deste Tribunal.

Não admito.

Publique-se.

Brasília, 20 de abril de 1989

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO

Presidente da Turma

Proc. nº TST - E-ED-RR-9251/85.9

Embargante: BAYER DO BRASIL S/A

Advogado : Dr. Victor Russomano Jr.

Embargado : FARNCISCO ANTÔNIO CUOZZO

Advogado : Dr. Luiz Lopes Burmeister

D E S P A C H O

Em acórdão anterior, às fls. 795/797 a egrégia 1ª Turma conheceu do Recurso de Revista da Reclamada, quanto a prescrição, salário fixo e validade do contrato experimental e, no mérito, deu-lhe provimento para determinar o retorno dos autos ao TRT, de origem, para apreciação da matéria alusiva à prescrição, por entender que, no caso, não houve a preclusão.

Cumprindo tal decisão, o Regional examinou a matéria e acolheu a tese da prescrição total da ação, quanto a pretensão relativa ao pagamento do salário fixo, cumulativamente com as comissões, e determinou a remessa dos autos a 1ª Turma deste Tribunal, para apreciação do mérito das questões atinentes ao salário fixo e validade do contrato de experiência, cujo julgamento ficara sobrestado por esta corte. Não houve, assim, interposição de Recurso de Revista, por iniciativa das partes, impugnando essa nova decisão regional. Quando do retorno dos autos, a egrégia Turma proferiu decisão assim ementada:

"Prejudiciabilidade"

"Decisão de Turma do TST que determina o retorno dos autos ao TRT para exame de prescrição e declara conhecido o recurso quanto a duas parcelas cujo julgamento, no mérito, por depender da decisão regional sobre a prescrição, será efetuado quando do retorno dos autos ao TST. Declarada a prescrição pelo Tribunal "a quo" tem-se como prejudicado o julgamento de mérito assim referido, pois, fulminada a pretensão com o reconhecimento daquela prescrição. Revista prejudicada (fls. 819)."

Não conformada, a empresa opôs Embargos Declaratórios, objetivando o exame do tema relativo a comissões, além de outros, cujo exame entendeu não ter sido alcançado pela prejudicialidade do exame da Revista (fls. 825/826).

Tais Declaratórios foram rejeitados, ao fundamento de que o Regional declarou a prescrição, inclusive quanto às comissões, e, assim, o restante da Revista estava realmente prejudicada (fls. 830/831).

Ainda irresignada, a empregadora oferece embargos ao Pleno, articulando com violência ao artigo 832 da CLT, 128, 460 e 535, do CPC, e 59, LV, da Constituição Federal. Indica também, arestos à divergência.

Não prospera o inconformismo da embargante. De início, afasta-se a possibilidade de ofensa ao artigo 832 da CLT, porquanto a decisão prolatada pela Turma atende aos requisitos legais, tanto é que, ao julgar os Embargos Declaratórios, deixou consignado que a pretensão relativa às comissões fora declarada prescrita pelo Regional. Dessa decisão, conforme já salientado, não houve recurso. Como, então, reconhecer a apontada violência aos artigos 128 e 460, do CPC e 59 LV, da Carta Magna ou ainda, entender caracterizado o conflito de teses, se os arestos paradigmáticos partem de premissa, segundo a qual houve julgamento "citra petita"? Ademais, impossível vislumbrar-se a pretendida vulneração ao artigo 535, do CPC, uma vez que se trata de norma de natureza técnica, que dispõe tão somente sobre as hipóteses de cabimento dos embargos declaratórios. Em nenhum momento, a egrégia Turma negou vigência ao seu conteúdo.

Na pior das hipóteses os aludidos dispositivos legais foram razoavelmente interpretados, o que atrairia a incidência do Enunciado 221.

Pelo exposto, não admito os embargos.

Publique-se.

Brasília 25 de abril de 1989

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO

Presidente da Turma

PROC. Nº TST-E-RR- 1183/87.7

Embargante: MAURO COSME GOMES DE ANDRADE

Advogado : Dr. Sid Riedel de Figueiredo

Embargado : INSTITUTO BRASILEIRO DE INVESTIGAÇÕES CARDIOVASCULARES-IBIC

Advogado : Dr. José Manuel Rodrigues Lopes

D E S P A C H O

Versam os presentes autos sobre rescisão de contrato, com base em mora contumaz.

A Revista não foi conhecida, por faltar-lhe os requisitos de admissibilidade, incitados no art. 896, da CLT.

O Reclamante opõe Embargos Declaratórios às fls. 126/130 e, nos Embargos Declaratórios, às fls. 134/135.

Embargos do Reclamante às fls. 148/159, com base no art. 894 "b" consolidado, alegando infringência ao art. 896, da CLT, por vulneração dos arts. 818 e 843, § 1º, da CLT; arts. 536, 333 e 535, do CPC, bem como dos arts. 153, § 3º e 5º, XXXVI, respectivamente da Constituição Federal de 1967 e 1988. Diz contrariadas as Súmulas 184 e 278, ambas des-

ta egrégia Corte. Argüi as preliminares de nulidade, por cerceamento de defesa, intempestividade dos Embargos Declaratórios do Reclamado e, coisa julgada. Questiona sobre a juridicidade ou não da modificação de um acórdão através de Embargos Declaratórios. Acosta à Revista, arestos que entende divergentes, às fls. 98/99.

Entendeu a egrégia 1ª Turma, não prosperar a arguição de nulidade, por cerceamento de defesa, tendo em vista a decisão do Regional por encontrar-se a Reclamada sob intervenção judicial e por não ter o Reclamante cogitado da prova pericial e mais, indispensáveis outras provas, em razão da confissão do Recorrido (fls. 75).

Quanto à intempestividade, entendeu tratar-se de matéria preclusa, em face do não questionamento da matéria; quanto à coisa julgada entendeu não haver vulneração quanto aos arts. 153, § 3º e 5º, XXXVI da Constituição Federal de 1967 e 1988, respectivamente. No que se refere ao questionamento da juridicidade ou não, dos efeitos modificativos do acórdão pelos Embargos Declaratórios, entendeu a egrégia 1ª Turma (fls. 139/141), ser possível conferir-se tal efeito, embora só tenha pertinência, em determinados casos, ressaltando porém, que a tese não se enquadra à hipótese dos autos, fls. 145.

Da violação do artigo 536 do CPC e contrariedade ao Enunciado 184 do Colendo TST.

A Reclamada opôs Embargos de Declaração que foram conhecidos e providos com efeito modificativo do julgado.

Alegou o Reclamante na Revista que os Embargos Declaratórios da Reclamada eram intempestivos.

O Reclamante alega que não poderia ter suscitado a intempestividade dos Embargos Declaratórios da Reclamada por que se trata de ato praticado sem o conhecimento da outra parte.

Realmente é isto o que ocorre, mas quando o Reclamante teve ciência do acolhimento pelo Regional dos declaratórios da Reclamada com efeito modificativo, opôs seus próprios Embargos Declaratórios (fls. 81/85) mas nada alegou sobre a intempestividade, incidindo em preclusão.

Quando recorreu de Revista a fls. 95/101 o Reclamante, pela primeira vez, alegou a intempestividade dos Embargos Declaratórios da Reclamada, quando deveria ter feito a alegação quando opôs seus próprios declaratórios.

A matéria estava preclusa e não houve ofensa ao artigo 536 do CPC nem contrariedade ao Enunciado 184 e sim sua aplicação.

Da nulidade por cerceamento de defesa.

Revista do Reclamante não conhecida.

Alegação de ofensa ao artigo 896 da CLT.

O Reclamante alega que vem requerendo prova testemunhal, indeferida sob protesto.

O acórdão do Regional usou como fundamento para a rejeição da preliminar de cerceamento de defesa que eram dispensáveis outras provas em razão da confissão do Reclamante.

Não se pode vislumbrar em tal decisão ofensa direta ao artigo 153, § 15, da Carta Magna anterior, nem especificidade nos arestos de fls. 98/99.

Da violação do artigo 818 da CLT e 333 do CPC.

A matéria pertine ao pedido de salários vencidos. Alega o Reclamante que houve a mora salarial.

A decisão do Regional foi no sentido de que a situação da empresa a impossibilitava de se defender plenamente, cabendo aos empregados requererem prova pericial para caracterizar, com segurança, a situação da mora contumaz alegada contra a Reclamada.

Data venia, estamos diante de um caso típico de inversão do ônus da prova. O Regional adotou a teleológica tese de que os empregados é que tem que provar a mora contumaz do empregador, quando este alega que pagou os salários por meio de "vales" sem provar sua alegação.

A Revista neste ponto merecia conhecimento pela ofensa ao art. 818 da CLT, viabilizando os Embargos ao Pleno.

Da violação do art. 843, § 1º, da CLT.

Alega-se que o preposto do Reclamado teria incorrido em confissão quando afirmou que não tem conhecimento dos fatos.

A matéria não foi questionada no Regional, incidindo a preclusão.

Do efeito modificativo dos Embargos em hipótese não autorizada em lei. Revista não conhecida.

Ofensa aos arts. 896 da CLT e 535 do CPC e contrariedade ao Enunciado 278.

Alega o Reclamante que o enunciado entende cabível o efeito modificativo por Embargos Declaratórios dependendo da natureza da omissão, que não aconteceu no caso em exame.

A Revista neste aspecto não merecia conhecimento, pois fundada em acórdão de 1968, anterior à vigência do atual CPC.

Além disso, o acórdão do TRT gerou dúvidas pois mandou excluir da condenação parcela que nela não estava incluída. Nada mais adequado do que colocar o julgamento em sua verdadeira realidade.

Da ofensa à coisa julgada. Violação do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal de 1988 (art. 153 § 3º, da Carta Anterior) o fundamento, neste aspecto decorre da mesma alegação de que os Embargos Declaratórios eram intempestivos, matéria preclusa, como decidido.

Assim, embora entenda fundamentado o Recurso de Embargos por ofensa ao art. 818 da CLT, quanto ao ônus da prova da mora salarial, admito amplamente o recurso.

Publique-se.

Brasília, 06 de abril de 1989.

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO

Presidente da Turma

PROC. Nº TST-E-RR- 3872/87.6

Embargantes: TITO NATIVIDADE SMIDT E OUTROS

Advogada : Drª Paula Frassinetti Viana Atta

Embargada : COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA -CEEE

Advogada : Drª Ester Willians Bragança

D E S P A C H O

Insurgem-se os Reclamantes contra o acórdão da egrégia 1ª Turma de fls. 496/497, completado pelo acórdão dos declaratórios de fls. 505/506 que não conheceu da Revista, interpondo Embargos com fulcro no art. 894, letra b, da CLT, arguindo a violação ao art. 896, letra a, da CLT e suscitando o dissenso jurisprudencial, acosta aresto que entende divergente.

Entendeu a egrégia 1ª Turma que a aferição da declaração do acórdão Regional de que o pleito dos obreiros estava prescrito, era matéria fática que atraía, portanto, a incidência do Enunciado nº 126, tornando impossível ao exame nesta instância revisional, pois tendo o Regional entendido que a alteração ocorrera há cerca de 18 anos antes da interposição da reclamatória, os obreiros alegaram que apesar de terem transcorridos 18 anos, o prejuízo necessário para configurar a infringência ao art. 468 consolidado só ocorrera no último biênio o que ensejou a interposição desta reclamatória.

Na verdade, assiste razão a egrégia 1ª Turma neste aspecto, pois tal averiguação ensejaria revolvimento das provas dos autos, prática esta vedada pelo Enunciado 126, da Súmula desta Corte.

Quanto ao dissenso jurisprudencial suscitado na Revista, a análise do acórdão Regional de fls. 426/430 nos mostra que o seu relator ao confirmar a prescrição do direito de ação declarado na r. sentença, fundamentou in verbis: "Além disso, embora já assinalado, os autores afirmam que a empregadora não vem cumprindo os critérios danorma 3.3.1.0 pagando-lhe diárias em valores inferiores aos nela previstos, com fundamento em normas posteriores.

Portanto, são inovatórias as razões recursais quando pretendem que não cogitaram, nem alegaram que os valores pagos e previstos na Resolução 269/66 fossem inferiores aos da norma 3.3.1.0, sendo inviável a fixação do prazo prescricional a contar de 1966, com o advento da Resolução 269. Diz ele agora, que "atualmente" fora do biênio prescricional, os valores vêm sendo inferiores, contudo tal afirmação não ocorreu em sua inicial que, neste particular foi genérica e abrangente, fazendo o juízo concluir que "as normas editadas após a 3.3.1.0, provocaram as diferenças requeridas.

Sem dúvidas, nas razões de apelo, há inovações".

Ao alegar o dissenso jurisprudencial, os Reclamantes acostaram arestos, que ao serem analisados, demonstram-se inservíveis à configuração do alegado dissenso, senão vejamos: o 1º de fls. 444/445 funda-se no fato de que a empresa não estava cumprindo norma mais benéfica ao empregado, benefício este a que o mesmo tinha direito; o 2º de fls. 447/450 trata da natureza parcial da prescrição que incide sobre parcelas; o 3º de fls. 452/455 trata também da prescrição parcial que incide sobre prestações periódicas; o 4º de fls. 457/458 trata de caso em que ocorreu a transformação do regime jurídico da Reclamada os direitos do obreiro adquiridos no antigo regime lhe são assegurados no novo regime e que a mudança no critério de resgate de diárias, é com prejuízo renovado mês a mês. Semelhantes teses se repetem nos arestos de fls. 461/463 fls. 465/469 e fls. 471/474.

Conclui-se, portanto, que os arestos acostados à Revista não são específicos e não o sendo, não viabilizam o conhecimento da mesma conformidade a iterativa jurisprudência desta Corte, conforme enunciado 296 da Súmula do TST.

Quanto ao aresto acostado nas razões de Embargos à fl. 515, ressaltamos novamente, que a egrégia 1ª Turma ao não conhecer da Revista o fez ao teor do Enunciado 126 da Súmula do TST, não sendo possível portanto configurar a divergência de teses adotadas.

Assim, ante a fundamentação deste despacho, que abordou todos os aspectos argüidos nas razões de Embargos, não tendo restado configurada a alegada violação ao art. 896 da CLT, nem tão pouco a divergência jurisprudencial, não admito os presentes Embargos.

Publique-se.

Brasília, 14 de abril de 1989

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente da Turma

Proc. nº TST-E-ED-RR-4542/87.8

Embargante: HABITASUL CRÉDITO IMOBILIÁRIO S/A

Advogado : Dr. José Alberto Couto Maciel

Embargado : ANTONIO CARLOS BIERNFELT FIGUEIREDO

Advogado : Dra. Patricia de Oliveira Mello

D E S P A C H O

O inconformismo da Embargante refere-se ao não conhecimento do seu Recurso de Revista quanto ao tema alusivo à incidência da correção monetária. Alega que a matéria, ao contrário do que entendeu a Egrégia 1ª Turma, não se acha preclusa, pois o Regional emitiu tese a respeito.

Em razão disso, invoca violação ao artigo 896 da CLT.

Todavia, sem razão o Embargante, isso porque a tese veiculada na Revista é a de que o Decreto Lei 2278/85 não pode ser aplicado retroativamente para o período anterior à sua vigência, sob pena de desrespeitar o direito adquirido e, consequentemente, violar os artigos 153 § 3º, da Constituição Federal anterior e 6º da Lei de Introdução ao Código Civil.

Na verdade, a decisão regional não adotou entendimento explícito a respeito da aplicação retroativa do Decreto-lei 2278/85, limitando-se a entender cabível a condenação em juros e correção monetária por força do disposto no artigo 1º do aludido texto legal.

Assim, bem andou a Turma ao não conhecer da revista quanto a este aspecto, porque, efetivamente, preclusa a discussão.

Ante a inexistência de ofensa ao artigo 896, da CLT, não admito os Embargos.

Publique-se.

Brasília, 19 de abril de 1989.

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente da Turma

Proc. nº TST-E-ED-RR-5269/87

Embargante: BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S/A

Advogado : Dr. Ubirajara Wanderley Lins Júnior

Embargado : GENIVALDO JOSÉ PALATA

Advogado : Dra. Sueli José de Paula

D E S P A C H O

Insurge-se o banco reclamado, ora Embargante, contra o acórdão da Egrégia 1ª Turma de fls. 101/103, completado com acórdão que rejeitou os declaratórios as fls 115/116; interpondo embargos com fulcro no artigo 894 "b" da CLT, argüindo vulneração do artigo 832, da CLT, ar-

tigos 458 e 535 do CPC, artigo 5º inciso XXXV, da Constituição Federal e artigo 896 da CLT.

Entendeu a Egrégia 1ª Turma que o Recurso de Revista do banco reclamado não mereceu ser conhecido, porque a matéria nele argüida carecia do imprescindível prequestionamento, e funda sua decisão no fato de que o acórdão regional apenas afirma que o reclamante não exercia cargo de confiança e, sem defender tese alguma, defere ao mesmo as horas excedentes à oitava. Ressalta, ainda, a Egrégia 1ª Turma, que o Regional não proferiu juízo sobre os demais itens da contestação originária do banco reclamado, que ante tal silêncio interpôs, ainda naquela instância, Embargos Declaratórios que não foram providos pelo Regional ao fundamento de serem protelatórios, observa a Egrégia 1ª Turma, neste particular, que cabia ao banco reclamado a arguição de nulidade do acórdão Regional. Porém, tal arguição não foi efetivada restando, portanto, sem prequestionamento as arguições constantes do apelo revisional.

Da análise do acórdão Regional de fls. 71/72, conclui-se que razão assiste à egrégia 1ª Turma, pois tal acórdão é vago e sem fundamentação mínima necessária, sujeito, portanto, aos Embargos Declaratórios que lhe foram opostos. O não provimento de tais declaratórios ensejavam a arguição de nulidade do acórdão Regional na forma da lei, que não foi, no entanto, alegada. Esta preclusão por parte do banco reclamado, resultou na falta do imprescindível prequestionamento das arguições contidas no Recurso de Revista do banco reclamado, às fls. 81/88, o que inviabilizava a revista.

Ante os fundamentos acima, não vislumbro qualquer das violações aos dispositivos legais alegados pelo Embargante.

Não admito os presentes embargos.

Publique-se.

Brasília, 14 de abril de 1989

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente da Turma

Proc. nº TST-E-ED-RR-5949/87.7

Embargante: ERMELINDA DE OLIVEIRA RAMOS

Advogado : Dr. José Antonio Piovesan Zanini

Embargado : BANCO REAL S/A

Advogado : Dr. Luis Eduardo de Salles Gomes

D E S P A C H O

Decidiu a Egrégia 1ª Turma pelo não conhecimento do Recurso de Revista da Reclamante, conforme estampa o acórdão de fls 103/108, completado pelo acórdão dos declaratórios de fls. 117/118, ao entendimento de que "...a matéria veiculada na revista não foi abordada pela decisão regional..." a mingua de prequestionamento não conheço do recurso".

Contra esta decisão insurge-se a reclamante, ora embargante, interpondo embargos com fulcro na alínea b do artigo 894 da CLT argüindo a violação do artigo 896 consolidado.

Do exame do acórdão regional de fls. 70/73, depreende-se que o entendimento adotado por aquela instância, funda-se no fato de que não sendo autenticadas as cópias das convenções coletivas trazidas aos autos, o percentual do adicional de horas extras a ser aplicado é o de 25% consagrado pelo pacífico entendimento traduzido na forma do Enunciado 199 da Súmula do TST. Esposa este entendimento no comentário ao artigo 830 da CLT, proferido pelo insigne mestre Mozart Victor Russomano que é transcrito no corpo do acórdão regional.

Analisando o Recurso de Revista da Reclamante de fls. 75/80, encontramos no último parágrafo de fls. 76 a seguinte expressão, *in verbis*: "...pautando por outros rumos que não aquele motivados ao insurgimento do Recorrido...", e no parágrafo seguinte, *in verbis*: "...tal decisão além de não se inferir nas razões do Recorrido...". Denota-se destas afirmações que o acórdão regional aborda matéria não argüida no apelo original do Reclamado, e quando ocorre tal hipótese, o remédio recursal assistido à parte não é o Recurso de Revista e, sim, os Embargos Declaratórios, que além de aclarar estes pontos do acórdão Regional, garantiriam à reclamante, o indispensável prequestionamento quanto a validade ou não das cópias das convenções coletivas acostadas dos autos, pois conlui-se da simples leitura do acórdão regional de fls. 70/73, que dele não consta o debate sobre tal matéria, além do que, funda-se o apelo revisional da Reclamante no fato de que não tendo sido as aludidas cópias impugnadas pelo Reclamado, auferiram, por tal omissão, a característica de validade. Defendendo este entendimento acostou na Revista arestos congruentes. Porém como já foi salientado, o remédio recursal que cabia à reclamante era outro.

Acertada, portanto a decisão da Egrégia 1ª Turma ao não conhecer da Revista.

Não vislumbro qualquer violação ao artigo 896 da CLT.

Não admito os Embargos.

Publique-se.

Brasília, 24 de abril de 1989

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente da Turma

PROC. Nº TST-E-RR-6467.87.0

Embargante: TÚLIO SEQUEIRA ROLIM

Advogado : Dr. Lycurgo Leite Neto

Embargado : BANCO DO BRASIL S/A

Advogado : Dr. Antônio Carlos de Martins Mello

D E S P A C H O

Inconformado com o acórdão de fls. 251/252, que não conheceu do seu Recurso de Revista, interpõe o Reclamante, embargos com base no art. 894 da CLT, argüindo a violação dos artigos, 896, 444 e 468 da CLT, como também ao Enunciado 51 da Súmula do TST.

Entendeu a E. 1ª Turma que os arestos acostados versavam sobre interpretação de norma regulamentar da empresa, o que atraía a incidência do Enunciado 208 da Súmula desta Corte e, ainda, não se reportavam ao fundamento do acórdão regional atacado pela Revista.

Com acerto decidiu a Egrégia 1ª Turma, pois o acórdão regional de fls. 208/209 negou provimento ao Recurso Ordinário do Reclamante ao fundamento de que a obrigatoriedade do empregado contar com 30 (trinta) anos de serviços prestados ao Banco para ter direito à complementação da aposentadoria, advinha de deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas, deliberação esta tomada ao amparo do art. 87, da Lei nº

2.627 de 26.09.40 e ainda, de que contemplar tempo de serviço prestado a terceiros, estranhos ao Banco, era atentatório ao bom senso, por não ser razoável, como preceituado na Lei 6.404, de 15.12.76, § 4º do art. 154. Os arestos acostados às fls. 211/212, abordam unicamente a Portaria 966/47, sendo, portanto, inservíveis para estabelecer a divergência que viabilizaria o conhecimento da revista, ao teor do Enunciado 208 da Súmula desta Corte.

Não vislumbro a alegada ofensa ao art. 896 da CLT.

Quanto as alegações de vulneração aos artigos 444 e 468 da CLT, bem como do Enunciado 51 da Súmula do TST, mesmo que houvesse sido ultrapassada a fase do conhecimento, impossível seria aferi-las, pois estando o acórdão regional silente a respeito de tais arguições, falecem as mesmas do imprescindível questionamento expresso capaz de viabilizar a Revista.

Assim, ante os fundamentos deste despacho, por não ter detectado o dissenso pretoriano nem as vulnerações aos dispositivos legais alegados, não admito os presentes embargos.

Publique-se.

Brasília, 21 de abril de 1989.

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente da Turma

Proc. Nº TST-E-ED-RR-6486/87

Embargante: BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S/A

Advogado : Victor Russomano Júnior

Embargado : SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL

Advogado : Dimas Ferreira Lopes

D E S P A C H O

Insurge-se o reclamado contra acórdão da egrégia 1ª Turma de fls. 133/137, que conheceu e deu provimento ao Recurso de Revista do reclamante, completado pelo acórdão de fls. 156/158 que julgou os declaratórios; interpondo embargos com fulcro no art. 894, "b", da CLT, arguindo a vulneração do art. 896 da CLT, dos enunciados 23 e 38 da Súmula desta Corte e vulneração do art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, acostando arestos que, no seu entendimento, corroboram sua tese insurgente.

Alega o embargante que o Recurso de Revista do reclamante, não poderia ser conhecido por divergência jurisprudencial, como foi, pois os arestos paradigmas acostados na revista não são específicos.

Da análise do acórdão regional de fls. 98/100, depreende-se que o julgador arquivou sua decisão pela aplicação dos Decretos-Leis de nºs. 2283/86 e 2284/86, no fato de existir no acordo celebrado na revisão do Dissídio Coletivo, uma cláusula específica, a de nº 03, cujo parágrafo único previa a aplicação da legislação vigente a 1º de março, para efeitos de alteração salarial.

Cotajando o acórdão regional com os arestos paradigmas acostados às fls. 108/113, nota-se que nenhum dos dois tratam deste particular, restringindo-se à discussão sobre a constitucionalidade e a aplicabilidade ou não dos Decretos-Leis 2283/86 e 2284/86, ante a existência de acordo previamente homologado pela Justiça do Trabalho. Não há dúvidas de que os arestos acostados à revista falecem de inespecificidade.

Ante uma possível violação ao art. 896 da CLT, admito os presentes embargos.

Intime-se a parte contrária.

Publique-se.

Brasília, 21 de abril de 1989

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente da Turma

PROC. Nº TST-E-RR-6588/87.9

Embargante : USINA SÃO JOSÉ S/A

Advogados : Drs. Arnaldo Von Glehn e Adircio Lourenço Teixeira

Embargado : LUIZ ANTONIO DA SILVA

Advogado : Dr. Francisco G. da Silva Neto

D E S P A C H O

Insurge-se a Embargante contra o acórdão da egrégia 1ª Turma de fls. 106/107, que não conheceu do seu Recurso de Revista, interpondo embargos com fulcro no art. 894 da CLT, arguindo a violação do art. 896 da CLT, e o art. 482, letras "h", "j" e "k", também da CLT.

Entendeu a egrégia 1ª Turma que o v. acórdão regional, analisou através das provas produzidas, e concluiu que a falta praticada não foi de gravidade tal que ensejasse a rescisão do contrato de trabalho.

Alega, entretanto, a Embargante, que o v. acórdão regional tomou para si a prerrogativa punitiva da empresa e dosou a pena aplicada, sendo que o acórdão ora embargado, ao adotar o mesmo entendimento, obrou na mesma prática.

Depreende-se, contudo, da análise do v. acórdão regional, que mesmo de forma um tanto confusa, ateve-se, o Tribunal a quo, na apreciação da falta em relação à pena aplicada e concluindo que não se coadunavam as mesmas, determinou a readmissão do empregado, desincumbindo-se, exclusivamente, de sua função judicante, sem em momento algum invadir a seara da empresa empregadora.

Este entendimento não é ofensivo ao preceituado no art. 482, letras "h", "j" e "k" da CLT, nem tampouco se adequa às hipóteses versadas nos arestos trazidos para confronto.

Por não vislumbra ofensa ao art. 896 da CLT nem divergência jurisprudencial, não admito os presentes Embargos.

Publique-se.

Brasília, 21 de abril de 1989.

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente da Turma

PROC. Nº TST-E-RR-0059/88.6

Embargante : COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO

Advogado : Dr. Reginaldo Oscar de Castro

Embargados : ARLINDO MARTINS E OUTROS

Advogado : Dr. Paulo Leal Netto Machado

D E S P A C H O

Insurge-se a Reclamada-embargante contra o acórdão da egrégia 1ª Turma de fls. 198/201, que não conheceu do seu Recurso de Revista, interpondo Embargos com supedâneo nos arts. 16, I, "a" e "b"; 146 e 147, I, "d" todos do Regimento Interno deste Tribunal.

Alega a Embargante que o aresto acostado à Revista às fls. 167/168 era bastante para demonstrar o dissenso pretoriano que viabilizaria o conhecimento da Revista.

Entendeu, porém, a egrégia 1ª Turma que tal aresto não aborda va todos os argumentos do acórdão revisando, pelo que não conheceu do Recurso de Revista com fulcro no enunciado 23 da Súmula desta Corte.

Do cotejo da r. sentença de fls. 127/128, que faz parte integrante do acórdão regional conforme consignado às fls. 161, com o aresto acostado à Revista da Reclamada às fls. 167/168, depreende-se que a fundamentação da r. sentença de fls. 128, faz parte a caracterização da natureza indenizatória do "prêmio" concedido pela empresa, caracterização esta que adveio do exame das declarações para fins de Imposto de Renda fornecidas pela própria Reclamada aos Reclamantes, e, ainda, de afirmativa de que não são incompatíveis o pedido de dispensa com o pagamento das indenizações. Já o aresto paradigma não enfrenta explicitamente estes fundamentos, apesar de tratar da mesma matéria.

Com muito acerto decidiu a egrégia 1ª Turma, ao não conhecer do Recurso de Revista da Reclamada com supedâneo no enunciado 23 da Súmula da jurisprudência predominante deste Tribunal.

Por não detectar a divergência alegada pela Embargante, não admito os presentes Embargos.

Publique-se.

Brasília, 21 de abril de 1989.

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente da Turma

PROC. Nº TST-E-RR-0451/88

EMBARGANTE : SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE URUGUAIANA

ADVOGADO : Dr. José Antonio P. Zanini

EMBARGADO : BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S/A

ADVOGADO : Dr. José Alberto Couto Maciel

D E S P A C H O

Insurge-se o Reclamante, ora Embargante, contra o acórdão da egrégia 1ª Turma, de fls. 200/202, que conheceu e negou provimento ao seu Recurso de Revista, interpondo Embargos com suporte no art. 894, letra "b", da CLT, arguindo o dissenso pretoriano e para demonstrá-lo acostando aresto que entende divergente.

Entendeu a egrégia 1ª Turma, que o Decreto-lei nº 2284/86, foi editado para atender necessidades conjunturais do país, em consonância com as Normas Constitucionais vigentes à época, pelo que não procedia a arguição de inconstitucionalidade pretendida pelo Sindicato reclamante, mantendo com este entendimento, o v. Acórdão Regional que entendeu inaplicável o acordo coletivo homologado pela Justiça do Trabalho, ante a posterior edição do citado decreto-lei.

O Embargante acostou aresto às fls. 208/213, oriundo da 3ª Turma deste egrégio Tribunal, que, ao enfrentar a mesma matéria, adotou tese divergente. Todavia, não foi indicada a data da publicação do acórdão, restando, assim, inobservado o Enunciado 38.

Ante a configuração do dissenso jurisprudencial, admito os presentes Embargos por divergência.

Publique-se.

Brasília, 24 de abril de 1989

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente da Turma

PROC. Nº TST-E-RR-1210/88.5

Embargante: SITESE SISTEMAS TÉCNICOS DE SEGURANÇA S/C LTDA.

Advogado : Dr. Victor Russomano Júnior

Embargado : JOÃO DO NASCIMENTO

Advogado : Drª Ana Maria Ribas Magno

D E S P A C H O

À Revista da Reclamada não foi conhecida, porque entendeu a Egrégia 1ª Turma, que o art. 397, do CPC, foi razoavelmente interpretado e aplicado à hipótese, o Enunciado 221 da Súmula do TST.

Inconformada, insurge-se a empresa, com supedâneo no art. 894, "b", da CLT, alegando vulneração do artigo 896, "b", da CLT por infringência ao art. 397, do CPC.

O recurso não reúne condições de ser processado, considerando que o Embargante limita-se a insistir na tese de que houve ofensa literal ao art. 397, do CPC, sem, contudo, apresentar fundamentos convincentes, de modo a afastar a razoabilidade da interpretação dada ao aludido preceito da norma instrumental.

Assim, a Reclamada não logrou comprovar a vulneração alegada ao art. 896, consolidado.

Pelo exposto, não admito os Embargos.

Publique-se.

Brasília, 25 de abril de 1989

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente da Turma

PROC. Nº TST-E-RR-1372/88.4

Embargante: EMPRESA DE TRANSPORTE URBANO DO ESTADO DE GOIÁS S/A-TRANSURB

Advogado : Dr. Abdou de M. Cunha

Embargados: JAMILO DOMINGOS BORGES E OUTROS

Advogado : Dr. José P. de Faria

D E S P A C H O

Decidiu a Egrégia 1ª Turma que "a concessão de garantia de emprego, por ato liberal do empregador, é válido e elogiável, pelo que a posterior nulidade do ato não atinge aos empregados que haviam incorporado o direito ao contrato de trabalho". (fl. 92).

Contra essa decisão a empresa manifesta Embargos ao Pleno, in vocando ofensa aos artigos 79, II e 22, I, do texto maior, e indicando arestos à divergência.

O recurso, no entanto, não merece ser processado, porquanto in terposito extemporaneamente. É que publicada a conclusão do acórdão Embargado, no Diário de Justiça que circulou no dia 03/03/89, sexta-feira, o prazo recursal teve início no dia 06 (seis) subsequente, (segunda-feira), expirando-se em 13/03/89. Ocorre que somente em 17/03/89 os Embargos foram protocolizados, quando, efetivamente, já ultrapassado o prazo legal.

Pelo exposto, não admito os Embargos.

Publique-se.

Brasília, 24 de abril de 1989.

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente da Turma

PROC. Nº TST-E-ED-RR- 2081/88.1

Embargante: EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA S/A - EBE

Advogado : Dr. José Maria de Souza Andrade

Embargado : RENATO PAULO MUNHOZ PROCIONCULA

Advogado : Dr. Humberto Alves Gasso

D E S P A C H O

Contra o acórdão da egrégia 1ª Turma de fls. 222/224, completa do com o acórdão de fls. 231/232, que conheceu parcialmente e negou provimento ao seu Recurso de Revista, a empresa interpõe Embargos com fulcro na alínea "b", do art. 894 da CLT, arguindo a violação ao art. 896 Consolidado e ao art. 59, item II da Constituição Federal de 1988, bem como acosta arestos que entende divergentes.

Alega a Reclamada, ora Embargante, que o Recurso de Revista merecia ser conhecido no tocante ao acordo de compensação de horário, pois afirma ter demonstrado dissenso jurisprudencial válido através do aresto acostado à fls. 201. Porém, a egrégia 1ª Turma não conheceu da Revista, neste particular, ao fundamento de que a matéria encontra-se pacificada pelo Enunciado 85 da Súmula do TST.

Não admito os Embargos quanto a este ponto.

No que concerne as horas in itinere, a egrégia 1ª Turma negou provimento ao Recurso de Revista, ao fundamento de que a insuficiência de transporte transforma-se em ausência de transporte regular, o que atrai a incidência do Enunciado 90 da Súmula desta Corte.

O aresto colacionado às fls. 241/244, está devidamente aviado e, demonstra a adoção de tese contrária quando do enfrentamento da mesma matéria, sendo inclusive a mesma Reclamada.

Assim, admito os presentes Embargos.

Publique-se.

Brasília, 21 de abril de 1989.

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente da Turma

PROC. Nº TST-E-RR- 2424/88.5

Embargante: JOAO GONCALVES DE SOUZA FILHO

Advogado : Dr. Lycurgo Leite Neto

Embargado : BANCO DO BRASIL S/A

Advogado : Dr. Antonio Carlos de Martins Mello

D E S P A C H O

O egrégio Regional desprova o Recurso Ordinário interposto pelo Autor, consignando que, no caso de demanda em que pleiteada indenização pertinente ao período anterior à opção pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a prescrição é bienal.

A Primeira Turma não conheceu a Revista interposta, por entender ausentes os pressupostos de admissibilidade (fls. 119/120).

Inconformado, o Embargante alega que, assim procedendo, a Turma violou os artigos 896 da Consolidação das Leis do Trabalho, 153 da Constituição Federal anterior e 16 da Lei 5107/66, além de divergir do Enunciado 95 da Súmula. Acosta arestos para demonstração de divergência jurisprudencial.

A matéria decidida pelo Regional já está pacificada nesta Justiça. Ao apreciar o AG-E-RR- 2305/87, o Plenário concluiu, à unanimidade, mediante o Acórdão de nº 1622/88, da lavra do Ministro Barata Silva publicado no Diário da Justiça de 14.10.88 que a prescrição na hipótese é bienal, endossando, assim, pronunciamento das três Turmas: RR 3905/87 Ac. 1ª T. 2370/88, decisão unânime, Relator Ministro José Carlos da Fonseca, in Diário da Justiça de 27.10.88; RR 636/88 Ac. 2ª T. 2411/88, decisão unânime, Relator Ministro Aurelio Mendes de Oliveira, in Diário da Justiça de 14.10.88 e RR 1802/88, Ac. 3ª T. 2675/88, decisão unânime relator Ministro Ermes Pedro Pedrassani, in Diário da Justiça de 14.10.88.

Assim, o presente Recurso de Embargos esbarra nos Enunciados 42 e 221 que integram a Súmula desta Corte. Os arestos paradigmas estão superados pela jurisprudência iterativa do Pleno e a violência a litera lidade de preceito de lei fica excluída até mesmo diante desta última.

Nego prosseguimento aos Embargos.

Publique-se.

Brasília, 14 de abril de 1989

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente da Turma

PROC. Nº TST-E-RR-2658/88.4

Embargante : COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO-SABESP

Advogada : Dra. Maria Cristina P. Côrtes

Embargado : JOÃO SERAFIM DOS SANTOS

Advogado : Dr. Riscalla Abdala Elias

D E S P A C H O

Insurge-se a Reclamada contra acórdão da egrégia 1ª Turma de fls. 397/402, interpondo Embargos com fulcro na alínea b do art. 894 da CLT.

Argúi a Reclamada, ora Embargante, no todo a violação do art. 896 da CLT, e por tópicos argúi:

DA PRELIMINAR DE NULIDADE DA R.SENTENÇA

Alega a Reclamada, que por duas vezes o Tribunal Regional determinou o retorno dos autos à MM. Junta, sendo que na primeira o ordenamento foi no sentido de que fossem julgados os Embargos declaratórios e na segunda fosse prolatada sentença fundamentada. Sustentando que o segundo ordenamento não foi cumprido a contento por dois motivos: o primeiro baseia-se no fato de que a determinação era no sentido de que fosse fundamentada a sentença e não o decisorio do declaratório, o segundo funda-se no fato de que a composição da Junta quando do último julgamento não observou a mesma composição do julgamento da sentença embargada, arguindo a vulneração do art. 896 da CLT, bem como dos arts. 458, 467 e 468 do CPC e 832 da CLT.

Neste aspecto, entendeu a egrégia 1ª Turma que a MM. Junta acolheu ambas as determinações do Regional e desincumbiu-se, por completo, das mesmas, e que quanto à composição diferente da MM. Junta nos dois julgamentos, encontra-se a Reclamada preclusa, pois não há arguição desta matéria frente ao Regional.

O exame do acórdão regional de fls. 296/299, nos leva a conclusão de que decidiu com acerto a egrégia 1ª Turma, pois no voto do Sr. Juiz Aluysio Mendonça Sampaio, é incontestada a afirmação, in verbis: "Permite, pois, incompleta a sentença recorrida, que é lacônica e omissa...". Desta afirmação depreende-se que o ordenamento foi no sentido de que fosse completada a r. sentença, e outra forma não havia para fazê-lo, se não com novo julgamento dos declaratórios, o que efetivamente ocorreu com firme esclarecedora decisão da MM. Junta de fls. 303/304. Quanto à nulidade da r. sentença por ter a MM. Junta procedido os julgamentos com composições diferentes, é novamente acertado o entendimento da egrégia 1ª Turma que não conheceu da Revista da Reclamada, também, neste particular, pois não tendo o acórdão regional de fls. 344/348 se pronunciado a este respeito, ficou preclusa a Reclamada ao não apontar esta omissão em seus declaratórios de fls. 349/351, o que inviabiliza a apreciação desta matéria nesta instância revisional pela falta do imprescindível prequestionamento.

Ante o acima relatado, não se pode vislumbrar as alegadas ofensas aos arts. 896 da CLT, 458, 467 e 468 do CPC e 832 da CLT, pelo que não admito os presentes embargos por violação aos citados dispositivos legais.

DO PEDIDO DE FÉRIAS SIMPLES

Alega a Reclamada ora Embargante, que as férias concedidas são relativas a um período aquisitivo incompleto e portanto com infringência ao art. 130 da CLT, e o não conhecimento da Revista neste particular enseja a violação do art. 896 da CLT.

Entendeu a egrégia 1ª Turma que não restou violado o art. 130 da CLT, porque o entendimento do Regional foi no sentido de que a dispensa foi nula por ter sido efetivada durante a suspensão do contrato de trabalho.

No exame de provas o Regional opinou que a dispensa era nula, prorrogando-se no tempo o dia da rescisão do contrato de trabalho, restando, pois completado o período aquisitivo. Este entendimento não vulnera o art. 130 da CLT e por conseguinte o fato de a egrégia 1ª Turma não ter conhecido da Revista da Reclamada, também neste particular, não constitui ofensa ao art. 896 da CLT.

DAS DIFERENÇAS DE DSR E FERIADOS PELO CÔMPUTO DE HORAS EXTRAS

Alega a Reclamada, ora Embargante, que a egrégia 1ª Turma violou o art. 896 da CLT ao não conhecer da Revista neste particular, pois o entendimento do Regional ao deferir as diferenças de DSR pelo cômputo das horas extras vulnerou a Lei 605/49.

Entendeu com acerto a egrégia 1ª Turma, que a matéria atrai a incidência do Enunciado 172 da Súmula do TST, quanto a vulneração à Lei 605/49, razão assiste à egrégia 1ª Turma, pois o prequestionamento que viabiliza a Revista tem que ser expresso e a sua ausência ou implicitude não permite ao julgador revisional aquilatar a vulneração alegada. Assim não vislumbrando violação ao art. 896 da CLT, não admito, também neste particular os presentes Embargos.

DA RECONVENÇÃO

Alega a Embargante que o acórdão da Turma ao rejeitar a reconvenção violou o art. 315 do CPC, o Enunciado 18 da Súmula do TST, e o art. 896 da CLT e contrariou o entendimento de jurisprudência trabalhista.

Novamente, não assiste razão à Embargante, pois o entendimento regional de que a "reconvenção só é possível quando a obrigação é de natureza trabalhista..." e que foi esposado pela egrégia 1ª Turma, não viola o preceituado no art. 315 do CPC, e muito pelo contrário é reafirmado pelo Enunciado 18 da Súmula do TST, que com muita razão entendeu a egrégia 1ª Turma não ser aplicável à matéria em debate nestes autos. Outrossim, o aresto acostado a fls. 369 não ataca o cerne da tese regional, ou seja, a exigibilidade do débito ser de natureza trabalhista, estando portanto afastada a divergência a teor do Enunciado 138 da Súmula do TST. Não restando violado o art. 896 da CLT, não admito os presentes embargos, também neste particular.

Assim, na conformidade da fundamentação deste despacho, que abordecu todas as arguições enfocadas pela Embargante, sem contudo, em nenhuma delas, vislumbrar qualquer violação, não admito no todo os presentes Embargos.

Publique-se.

Brasília, 19 de abril de 1989.

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente da Turma

PROC. Nº TST-E-RR-2770/88.7

EMBARGANTE : DENOEL NICODÉMOS ELLER JUNIOR

ADVOGADO : Dr. Ulisses Borges de Resende

EMBARGADO : DIGIREDE INFORMÁTICA LTDA

Advogado : Dr. José Alberto Couto Maciel

D E S P A C H O

Tendo em vista a petição de fls. 140, e, ainda, o disposto no artigo 45 do CPC, notifique-se o embargante para, no prazo de 10 (dez) dias, nomear sucessor.

A Secretaria da Colenda Primeira Turma para as providências cabíveis.

Brasília, 21 de abril de 1989

MINISTRO MARCO AURÉLIO PRATES DE MACEDO
Presidente do Tribunal

Proc. Nº TST-E-RR-3063/88.7

Embargante: LPC - INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS S/A
Advogado : Victor Russomano Júnior
Embargado : IVAN ALEXANDRE BARCELLOS
Advogado : Gláucia Fonseca Peixoto

D E S P A C H O

Discute-se nos autos sobre interpretação do art. 461 da CLT, quanto ao termo "localidade".

A Revista da reclamada não foi conhecida por não preencher os requisitos de admissibilidade do art. 896, da CLT.

Insurge-se a mesma, com embargos às fls. 132/135, com fulcro no art. 894, "b", consolidado, alegando vulneração do art. 896, "b", da CLT, arguindo que se o acórdão regional admite que reclamante e paradigma trabalham em localidades diferentes, em consequência, a Revista não enfrenta o obstáculo da faticidade da matéria; e que há exclusão da isonomia salarial, a teor do art. 461, da CLT, quando o trabalho é em localidades/cidades diversas. Aponta arestos que entende divergentes, às fls. 133/134.

Entendeu o Regional, analisando tese que gerou a controvérsia, ou seja, o direito à equiparação salarial, que o empregado e paradigma trabalham em regiões que possuem as mesmas características econômicas e sociais.

A Turma ao analisar as divergências concluiu que a única que se adequaria à hipótese seria a do Pleno do TST de fls. 89, mas constatou que não enfrentava o aspecto salientado pelo Regional de as regiões possuírem as mesmas características econômicas e sociais, razão pela qual não seria específica.

Não constatou alegada ofensa ao art. 896 da CLT, pois o referido aresto não era específico, e os demais emprestáveis. Também ofensa ao art. 461 da CLT não se caracteriza face a natureza interpretativa da matéria.

Não admito.
Publique-se.

Brasília, 10 de abril de 1989

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente da Turma

Proc. nº TST-E-RR-4352/88.9

Embargante: ADEMAR SANTOS GUIMARÃES
Advogado : Dr. Dimas Ferreira Lopes
Embargado : BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS S/A - BEMGE
Advogado : Dr. Nilton Correia

D E S P A C H O

A Egrégia 1ª Turma, rejeitando a preliminar de deserção arguida em contra razões, conheceu da Revista do banco, e, no mérito, deu-lhe provimento para, reformando o acórdão regional, determinar o retorno dos autos ao TRT de origem, para que prossiga no julgamento do Recurso Ordinário como entender de direito, afastada a deserção.

Tal decisão fundamentou-se em que se o objetivo maior do artigo 899, da CLT é garantir o juízo, a diferença ínfima não prejudica o desígnio exigido por lei, revelando, tão somente, mero equívoco da parte.

O empregado interpôs embargos ao Pleno, arguindo violação aos artigos 899, § 6º e 896, ambos da CLT e trazendo divergência jurisprudencial à fls. 318.

Vale salientar, todavia, que as três Turmas deste Tribunal tem entendimento já consolidado no mesmo sentido da decisão recorrida, estando, por conseguinte superados os arestos transcritos às fls. 318.

Cita-se como precedentes: RR-4274/88, 2ª Turma, acórdão nº 3644 decidido no dia 13/12/88, publicado no DJ 10/03/89; RR-4003/88, 2ª Turma acórdão nº 3631, decidido no dia 13/12/88, publicado no DJ 17/03/89, RR-2309/87, 3ª Turma, acórdão nº 289, decidido no dia 25/02/88, publicado no DJ 25/03/88; RR-3502/87, 3ª Turma, acórdão nº 780, decidido no dia 05/04/88, publicado no DJ 06/05/88; RR-3574/87, 1ª Turma, acórdão nº 974 decidido no dia 26/04/88, publicado no DJ 17/06/88.

Por outro lado houve interpretação mais do que razoável do artigo 899, consolidado, o que atrai a incidência do Enunciado 221 do TST. Ressalto, por fim, que a Turma bem conheceu a revista, não havendo que se falar em ofensa ao artigo 896 da CLT.

Não admito dos embargos.
Publique-se.

Brasília, 20 de abril de 1989

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente da Turma

PROC. Nº TST-E-RR- 4561/88.5

Embargante: COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA -CEEE
Advogado : Dr. Ivo Evangelista de Ávila
Embargados: ARQUIMEDES DE CAMPOS CAMARGO E OUTROS
Advogado : Dr. Alino da Costa Monteiro

D E S P A C H O

A Reclamada, ora Embargante, inconformada com o decisum da egrégia 1ª Turma, acórdão de fls. 497/499, que não conheceu de sua Revista, interpõe Embargos, arguindo a vulneração aos artigos 102, § 2º da Emenda Constitucional nº 1/69, 896 da CLT, acostando arestos que entende divergentes, bem como, suscitando o Incidente de Uniformização de Jurisprudência, com base no art. 476/CPC.

Entendeu a egrégia 1ª Turma que a matéria versada nos autos refere-se a Leis Estaduais, que, segundo o entendimento deste Tribunal, equiparam-se a normas regulamentares, o que atrai a incidência do Enunciado 208 da Súmula desta Corte, pelo que não conheceu do Recurso de Revista da Reclamada.

Alega a Embargante que a aplicação do Enunciado 208 da Súmula do TST, vulnerou o § 2º do art. 102 da Emenda Constitucional de 1969 e também os Enunciados 92 e 97 da Súmula desta Corte, em virtude da edição da Lei 7.701/88.

É de se notar, no entanto, que o Recurso de Revista foi interposto a 08 de junho de 1988, conforme carimbo do protocolo do TRT à fls. 360, tendo sido julgado pela egrégia 1ª Turma, a 19 de dezembro de 1988,

conforme fls. 498. Vê-se pelas datas que tanto a interposição do Recurso de Revista, quanto o seu julgamento, ocorreram anteriormente à edição da Lei 7.701, que é de 21.12.88, publicada no Diário Oficial de 22/12/88. É pacífico o entendimento de que a lei que rege o recurso é a vigente a data de sua interposição, tal fato afasta a possibilidade da apreciação desta matéria à luz da inovada redação do art. 896 da CLT dada pela citada lei.

Outrossim, não merece prosperar, também, o Incidente de Uniformização de Jurisprudência, pois o mesmo foi suscitado com fundamento em um dissenso só detectável ante os novos preceitos introduzidos no art. 896 da CLT, pela edição da Lei 7.701/88, que como já foi demonstrado, é posterior à efetivação dos atos neste processo.

Assim, ante os fundamentos contidos neste despacho, não vislumbro qualquer das vulnerações arguidas pela Embargante nem tampouco a divergência jurisprudencial, não admito os presentes Embargos.

Publique-se.

Brasília, 21 de abril de 1989

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente da Turma

PROC. nº TST-E-RR-4680/88.9

EMBARGANTE : BANCO GERAL DO COMÉRCIO S/A
ADVOGADO : Dr. Robson Freitas Melo
EMBARGADO : SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE PORTO ALEGRE

ADVOGADO : Dra. Eliana Traverso Calegari

D E S P A C H O

Postulou o Sindicato, em nome de seus associados, o pagamento de diferenças salariais pela observância do reajuste salarial no valor estabelecido por sentença normativa e que, por força da aplicação do Decreto-Lei 2284/86, veio a ser pago em percentual menor.

A Egrégia 1ª Turma, apreciando o recurso de revista interposto pelo Sindicato, conheceu e deu-lhe provimento para, reformando o acórdão regional, julgar procedente o pedido.

Inconformado, o Banco interpõe Embargos ao Pleno, argumentando que o conhecimento da revista do Sindicato importou em ofensa ao art. 896, da CLT, pois os arestos ali elencados não se pretavam à demonstração do conflito de teses, em face do teor dos Enunciados 23 e 38 do TST. Aponta, também, ofensa ao art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal e traz arestos à divergência.

Prospera o inconformismo da Embargante. É que o acórdão regional rejeitou a tese de ofensa ao direito adquirido por dois fundamentos: o de que tendo sido revogada a Lei 7238/84 pelos Decretos-Leis 2283 e 2284, incide o disposto no art. 623 da CLT; e o de que o acordo homologado previu aumento para o futuro, aludindo expressamente à Lei 7238/84, não mais vigente no momento em que deveria incidir a correção semestral.

O aresto transcrito na revista do Sindicato, juntado por cópia autenticada às fls. 110/114, e que serviu de base ao conhecimento do recurso, não enfrenta o aspecto relativo à aplicação do art. 623 da CLT.

Por essa razão, entendo inobservado o disposto no Enunciado 23 do TST e admito os embargos ante uma possível ofensa ao art. 896, "a", da CLT.

Intimem-se as partes.

Publique-se.

Brasília, 19 de abril de 1989

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente da Turma

PROC. Nº TST-E-RR-4634/88.2

Embargante: SINDICATO NACIONAL DOS AEROVIÁRIOS
Advogado : Dr. Marcos Luís Borges de Resende
Embargado : TRANSBRAZIL S/A- LINHAS AÉREAS
Advogado : Dr. Marcos Luiz Oliveira de Souza

D E S P A C H O

A Turma deixou de conhecer a Revista interposta pelo Sindicato-Autor, entendendo não terem restado configuradas nem a divergência jurisprudencial, nem, tampouco, a violação aos artigos 22 do Decreto-lei nº 2.284/86 e 175, inciso XIV, da Carta Constitucional anterior.

O Embargante sustenta que tal decisão implicou maltrato ao artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Assevera que o aresto acostado às folhas 210/212, sendo específico, bem revela a desinteligência de julgados, pouco importando a ausência de autenticação, uma vez que no verso da folha 212 consta notícia da data da respectiva publicação. Afirma, também, que logrou demonstrar a existência de clara afronta a dispositivo legal, razão pela qual estima que o presente Recurso de Embargos encontra inequívoco agasalho no teor do artigo 894 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Não lhe assiste razão. O conhecimento da Revista esbarrou, de fato, em óbice intransponível, consubstanciado no teor dos Enunciados 38 e 221 da Súmula desta Corte. É que não tem valor jurídico aresto trazido a confronto em fotocópia inautenticada. Se assim é, não há como examinar-se o respectivo conteúdo, mormente para averiguação da data de publicação. Por outro lado, como bem ressaltou a Turma, o próprio Autor, ao aludir ao disposto no artigo 22 do Decreto-lei nº 2.284/86 refere-se à interpretação indevida, o que atrai a pertinência do teor do Enunciado 221.

Vale ressaltar que a alegação de violação ao artigo 175, inciso XIV da Constituição de 1967, com a Emenda nº 1 de 1969, mostra-se inintermediada por lei ordinária, o que afasta a possibilidade de conhecimento do recurso por maltrato à Constituição, que se exige direta e frontal.

Isto posto, inadmito os Embargos, ressaltando que restou incólume o disposto no artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 14 de abril de 1989

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO
Presidente da Turma

PROCESSO RR-6445/88.7 (*)

Recorrente-BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS S/A
Advogado - Dr. Carlos Humberto Reis Neto
Recorrido - CLAUDEMIR GOMES VALENTIM E OUTROS
Advogado - Dr. Haroldo de C. Fonseca
Relator Exmo. Sr. Juiz Convocado José Luiz Vasconcellos
Revisor Exmo. Sr. Ministro José Carlos da Fonseca
Resultado do julgamento, unanimemente, retificar a certidão de fls. 133 passando a constar o seguinte: unanimemente, conhecer da revista, por divergência, e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento, para julgar improcedente o pedido inicial, vencido o Exmo. Sr. Ministro Fernando Vilar.

(*) - Republicado por ter saído com incorreção, do original, na Ata da Terceira Sessão Extraordinária, inserida no D.J. de 24/04/89, pág. 6016.

DÉCIMA DISTRIBUIÇÃO REALIZADA DIA 25 DE ABRIL DE 1989

RELATOR JUIZ CONVOCADO JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS

AI-4660/87.3, TRT 4a. região, sendo agravante UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A (Adv.: Dr. Paulo César Gontijo) e agravado Jesus Vanderlei Porcelis (Adv.: Dr. José Torres das Neves).

AI-2568/89.7, TRT 2a. região, sendo agravante Marcelina de Jesus Ferreira (Adv.: Dr. Agenor B. Parente) e agravado Cruz Azul de São Paulo (Adv.: Dr. Admar V. Guido).

AI-2581/89.2, TRT 2a. região, sendo agravantes Antonio Costa dos Santos e Outros (Adv.: Dr. Oswaldo Pizarro) e agravada Cia. Municipal de Transportes Coletivos - CMTC (Adv.: Dra. Vera Lucia Fontes P. Marques).

AI-2592/89.3, TRT 2a. região, sendo agravante Telecomunicações de São Paulo S/A - TELESP (Adv.: Dr. Luiz C. Rodrigues) e agravado Moisés Fernandes Santos (Adv.: Dr. Djalma da Silveira Allegro).

AI-2605/89.1, TRT 15a. região, sendo agravante Sucocítrico Cutrale S/A (Adv.: Dr. Antonio Carlos de Camargo) e agravado Joaquim Eduardo Felipe (Adv.: Dr. José Antonio R. da Silva).

AI-2624/89.0, TRT 2a. região, sendo agravante Genésio Pinto de Araújo (Adv.: Dr. Rubens de Mendonça) e agravado Banco do Brasil S/A (Adv.: Dr. Oswaldo Lotti).

AI-2636/89.8, TRT 1a. região, sendo agravante Francisco Maril de Miranda (Adv.: Dr. Paulo Roberto Vieira Camargo) e agravado Cia. de Navegação do Estado do RJ - CONERJ.

AI-2646/89.1, TRT 1a. região, sendo agravante Ronaldo de Oliveira Justino (Adv.: Dr. Travano Edmilson V. Arraes) e agravado Riotur - Empresa de Turismo do Município do RJ (Adv.: Dra. Tereza Cristina N. dos Santos).

AI-2661/89.1, TRT 1a. região, sendo agravante Zenop Segurança Particular LTDA (Adv.: Dra. Nery B. Caminha) e agravado Pedro Aleto Oliveira Rodrigues.

AI-2671/89.4, TRT 3a. região, sendo agravante Empresa de Pesquisa Agrícola pecuária de Minas Gerais - EPAMIG (Adv.: Dra. Maria A. D. Portugal) e agravado Jacob Francklin de Oliveira.

AI-2680/89.0, TRT 15a. sendo agravante Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo LTDA - COPERSUCAR (Adv.: Dr. Euripedes A. da Silva) e agravado Elias Alves de Faria.

AI-2690/89.3, TRT 15a. região, sendo agravante Banco Real S/A (Adv.: Dra. Maria de F. C. Cunha) e agravada Mirian Gonçalves Cunha.

AI-2700/89.0, TRT 2a. região, sendo agravante Rede Ferroviária Federal S/A (Adv.: Dr. Ivan Leme da Silva) e agravado Valdivo de Azevedo (Adv.: Dra. Sandra Regina P. Fidelis).

AI-2711/89.0, TRT 2a. região, sendo agravante Pedro da Silva Calheiros (Adv.: Dr. Agenor Barreto Parente) e agravada Fundação Casper Libero (Adv. Dr. Nelson Alves de Olival).

AI-2720/89.6, TRT 15a. região, sendo agravante Italtractor - Picchi ITP S/A (Adv.: Dra. Virgínia G. Aura) e agravado Sérgio Romanezi (Adv.: Dr. Ali no da Costa Monteiro).

AI-2733/89.1, TRT 10a. região, sendo agravante Dias Noletto e Cia. LTDA (Adv.: Dr. Jorge Corrêa Lima) e agravado Silvino Francisco Mariano.

AI-2742/89.7, TRT 10a. região, sendo agravante Colombo Monteiro de Oliveira (Adv.: Dr. Márcio Gontijo) e agravado Banco do Brasil S/A (Adv.: Dr. Robson F. Melo).

AI-2743/89.4, TRT 10a. região, sendo agravante Banco do Brasil S/A (Adv. Dr. Robson Freiras Melo) e agravado Colombo Monteiro de Oliveira (Adv.: Dr. Márcio Gontijo).

AI-2761/89.6, TRT 2a. região, sendo agravante Artes Gráficas Paulista LTDA (Adv.: Dr. Márcio Yoshida) e agravado Paulo César Pantoja de Souza.

AI-2762/89.3, TRT 2a. região, sendo agravante Listas Telefônicas Paulista S/A (Adv.: Dr. Márcio Yoshida) e agravado Paulo César Gontijo de Souza.

AI-2778/89.1, TRT 1a. região, sendo agravante Distribuidora de Comestíveis "Disco" S/A (Adv.: Dr. Lourival Bacellar) e agravada Maria do Socorro Alves Faria (Adv.: Dr. Sebastião Fernandes Sardinha).

AI-2787/89.6, TRT 1a. região, sendo agravante Claudete Teixeira dos Santos (Adv.: Dr. Luiz Carlos Fernandes) e agravada Clínica de Transfusão de Sangue S/A (Adv.: Dr. Carlos Roberto F. de Andrade).

AI-2796/89.2, TRT 9a. região, sendo agravante Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO (Adv.: Dr. Ivan S.P. Filho) e agravado Dorival Augusto Pinelli (Adv.: Dr. Martins Gatti Camacho).

AI-2820/89.1, TRT 4a. região, sendo agravante UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A (Adv.: Dr. Paulo C. Gontijo) e agravado Nilo Sérgio da Silva Schwindt (Adv.: Dr. Roni dos Santos).

AI-2845/89.4, TRT 2a. região, sendo agravante Irmandade Santa Casa da Misericórdia de Santos (Adv.: Dr. Jean P.H. de Moraes Barros) e agravado Gildete de Jesus Carvalho.

RELATOR MINISTRO ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

AI-8602/88.4, TRT 9a. região, sendo agravante Banco Mercantil de São Paulo S/A (Adv.: Dr. Antonio Carlos D. Macedo) e agravado Jesus Carlos Pereira da Penha (Adv.: Dra. Dalva Dilmara Ribas).

AI-2572/89.6, TRT 2a. região, sendo agravante Pedro Hiroshi Tsubouchi (Adv.: Dr. José Carlos da Silva Arouca) e agravada Capelinha Indústria e Comércio LTDA.

AI-2484/89.4, TRT 6a. região, sendo agravante Banco Econômico S/A (Adv. Dr. Marcelo Antonio B. Lopes) e agravados Maria de Fátima do Nascimento Ferreira e Outros (Adv.: Dr. Vicente Sotto Mayor).

AI-2597/89.9, TRT 2a. região, sendo agravante Cia. Municipal de Transportes Coletivos - CMTC (Adv.: Dra. Sônia Regina Silva Schreiner) e agravado Juan Antonio Zurano Flores (Adv.: Dr. João Maurício Cardoso).

AI-2610/89.8, TRT 2a. região, sendo agravante El Casco Serviços de Hotelaria LTDA (Adv.: Dr. Johames Dietrich Hecht) e agravado João Batista de Souza (Adv.: Dra. Yara Tereza L. de Oliveira).

AI-2630/89.4, TRT 2a. região, sendo agravante Eletromecânica Dyna S/A (Adv.: Dr. Márcio Yoshida) e agravado Jorge Pereira dos Santos.

AI-2640/89.7, TRT 1a. região, sendo agravante Flávio Alves Cardeles (Adv. Dr. Antonio Carlos C. Paladino) e agravado Beta S/A Indústria e Comércio.

AI-2648/89.6, TRT 1a. região, sendo agravante Empresa Carioca de Engenharia S/A (Adv.: Dra. Clavóia Brum Mothe Azevedo) e agravado Adonias Dias Soares (Adv.: Dr. Antonio Carlos M. Passos).

AI-2664/89.3, TRT 1a. região, sendo agravante José Carlos Gonçalves Gomes (Adv.: Dr. Williams L. de Carvalho) e agravado CIAPESE - Companhia Amazônica de Pesca (Adv.: Dr. Zenah V. de Vasconcellos).

AI-2674/89.6, TRT 3a. região, sendo agravante Albertino Rodrigues da Costa (Adv.: Dr. Gláucio G. de Amorim) e agravado Espólio de Pedro Felício.

AI-2684/89.9, TRT 5a. região, sendo agravante Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM (Adv.: Dr. Luiz F. M. Duarte) e agravados Manoel Frazão Sobrinho e Outro (Adv.: Dr. Renato C.R. de Miranda).

AI-2692/89.8, TRT 2a. região, sendo agravante Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (Adv.: Dra. Maria B. G. Bezerra) e agravada Nadir Lemes dos Santos (Adv.: Dr. Koshi Ono).

AI-2704/89.9, TRT 2a. região, sendo agravante José Augusto Souza Santos (Adv.: Dra. Sandra Figueiredo) e agravado Eldorado S/A - Com. e Ind. e Importação (Adv.: Dr. Paulo R. Correa).

AI-2714/89.2, TRT 2a. região, sendo agravante Banco Itaú S/A (Adv.: Dr. Geraldo D. Figueiredo) e agravado Nereu Ivo Pereira (Adv.: Dr. Hedy A. J. Rodrigues).

AI-2723/89.8, TRT 15a. região, sendo agravante Companhia Litográfica Araguia (Adv.: Dr. Luis C. de Camargo) e agravado Genésio Matias da Silva (Adv.: Dr. Walter M. de Assis).

AI-2736/89.3, TRT 10a. região, sendo agravante Fundação Zoobotânica do Distrito Federal (Adv.: Dr. José Carlos Alves de Oliveira) e agravado José Eduardo Corrêa (Adv.: Dr. Silvío Cirilo).

AI-2746/89.6, TRT 10a. região, sendo agravante Banco Bamerindus do Brasil S/A (Adv.: Dr. Robinson Neves Filho) e agravado José Alves da Silva (Adv.: Dra. Célia K. Hirokawa).

AI-2755/89.2, TRT 12a. região, sendo agravante Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC (Adv.: Dr. Maurício de Araújo Gomes) e agravados Leone Carlos Martins e Outros (Adv.: Dr. Nílo K. Júnior).

AI-2764/89.8, TRT 2a. região, sendo agravante Brasil Transportes LTDA (Adv.: Dr. Ariovaldo Lima de Castro) e agravado Antonio Raimundo Nonato (Adv.: Dr. Kiyoko Hosoume).

AI-2772/89.7, TRT 1a. região, sendo agravante Key Perfurações Marítimas LTDA (Adv.: Dr. Luiz Fernando de A. Gomes) e agravado Antonio Mendes Sobrinho (Adv.: Dr. João Batista dos Santos).

AI-2781/89.2, TRT 1a. região, sendo agravante Marinaldo Medeiros de Souza (Adv.: Dra. Rosa Maria M. de P. Brito) e agravado Açougue Central da Penha LTDA (Adv.: Dr. Hélcio Ribeiro).

AI-2790/89.8, TRT 1a. região, sendo agravante José de Jesus Roque (Adv. Dr. Acrísio de Moraes Rego Bastos) e agravado Casas Sendas Com. e Ind. S/A (Adv.: Dra. Ângela Fiorêncio Soares da Cunha).

AI-2812/89.3, TRT 4a. região, sendo agravante UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A (Adv.: Dra. Evangélica V. Beck) e agravada Marlise Ruschel.

AI-2829/89.7, TRT 2a. região, sendo agravante São Marcelo Publicações LTDA (Adv.: Dr. Márcio Yoshida) e agravado José Jesus de Almeida (Adv.: Dr. Onofre M. Pereira).

AI-2848/89.6, TRT 15a. região, sendo agravante Pepsico & Companhia (Adv. Dra. Antonia C.G. da Silva) e agravado Carlos Antonio Faria dos Santos.

RELATOR MINISTRO FERNANDO VILAR

AI-2564/89.8, TRT 7a. região, sendo agravante Prefeitura Municipal de Fortaleza (Adv.: Dr. Mansueto Holanda Cavalcante) e agravada Maria de Fátima Silva e Carvalho (Adv.: Dr. Antonio José da Costa).

AI-2574/89.1, TRT 2a. região, sendo agravantes João de Deus Lima e Outros (Adv.: Dr. Marcos Schwartzman) e agravado Roteka Ind. e Com. LTDA.

AI-2586/89.9, TRT 6a. região, sendo agravante Fazenda Jatobá S/A (Adv.: Dr. Paulo Roberto Soares) e agravado José Pereira da Silva (Adv.: Dr. Ceciliano José R. de Vasconcelos).

AI-2601/89.2, TRT 15a. região, sendo agravantes Airton Alves da Silva e Outros (Adv.: Dr. Dêlcio Trevisan) e agravados Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A (Adv.: Dra. Darly Alfredo Antunes de Almeida).

AI-2615/89.4, TRT 2a. região, sendo agravante Sérgio Aparecido Palmieri (Adv.: Dra. Eliane Gutierrez) e agravado Shell do Brasil S/A - Petrôleo (Adv.: Dra. Irany Ferrari).

AI-2632/89.9, TRT 1a. região, sendo agravante Fundação Leão XIII (Adv.: Dr. Mauro Barcelos Filho) e agravado Jair Carlos Caetano (Adv.: Dr. Alio da Costa Monteiro).

AI-2642/89.2, TRT 1a. região, sendo agravante Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP (Adv.: Dr. Francisco Sales Calegado) e agravados Edson Afonso Cardoso e Outro (Adv.: Dr. César Marques Carvalho).

AI-2650/89.1, TRT 1a. região, sendo agravante Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO (Adv.: Dr. Miguel Antonio Von Rondow) e agravado Sind. dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campos (Adv.: Dr. Acrísio de Moraes Rego Bastos).

AI-2666/89.8, TRT 1a. região, sendo agravante Fábrica de Rendas Arp S/A (Adv.: Dr. José W. C. Figueiredo) e agravada Josefa Félix Barbosa.

AI-2676/89.1, TRT 15a. região, sendo agravante UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A (Adv.: Dr. Jael de Oliveira) e agravado José Ricardo da Silva Maneiro (Adv.: Dr. Nelson T. de Mendonça Júnior).

AI-2686/89.4, TRT 5a. região, sendo agravante Isaias Celestino da Silva Júnior (Adv.: Dr. Humberto de F. Machado) e agravada Cia. de Cigarros Souza Cruz (Adv.: Dr. João P.R. da Costa).

AI-2694/89.2, TRT 2a. região, sendo agravante Jockey Club de São Paulo (Adv.: Dra. Maria Evangelista M. Ferreira) e agravado Manoel de Assis Pereira da Silva (Adv.: Dra. Maria de L.V. Carletto).

AI-2706/89.4, TRT 2a. região, sendo agravante Sadi Serviços de Assistência Dantária à Ind. LTDA (Adv.: Dr. José Ubirajara Peluso) e agravada Renata Ferraz Fornazari.

AI-2716/89.7, TRT 15a. região, sendo agravante Usina Costa Pinto S/A Açúcar e Alcool (Adv.: Dr. José Cebim) e agravado Roseli Aparecida Ferreira.

AI-2725/89.3, TRT 15a. região, sendo agravante Oscar S/A - Ind. e Com (Adv.: Dr. Odair de Oliveira) e agravados Maria Emília Ribeiro e Outros.

AI-2738/89.8, TRT 10a. região, sendo agravante Christiani - Nielsen Engenharia e Construtores S/A (Adv.: Dr. Célio Silva) e agravado Mauro Magalhães (Adv.: Dr. Márcio de A. César).

AI-2748/89.1, TRT 10a. região, sendo agravante Banco Bamerindus do Brasil S/A (Adv.: Dr. Robinson Neves Filho) e agravado Nicanor Teixeira de Araújo (Adv.: Dr. Antonio Osvaldo Pascutti).

AI-2757/89.7, TRT 12a. região, sendo agravante Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN (Adv.: Dr. Charles F. Schroeder) e agravado Aroldo Manoel Leite (Adv.: Dr. Nilo S. Gonçalves).

AI-2766/89.3, TRT 1a. região, sendo agravante Cia. Siderúrgica Nacional (Adv.: Dr. Armando Carlos Paz e Silva) e agravado Dionísio Teixeira Bezerra (Adv.: Dr. Waldo Silva Florentino).

AI-2774/89.1, TRT 1a. região, sendo agravante Francisco de Assis Lima (Adv.: Dr. João Batista dos Santos) e agravado Key Perfurações Marítimas LTDA (Adv.: Dr. Luiz Fernando de Almeida Gomes).

AI-2783/89.7, TRT 1a. região, sendo agravante Gentex Atacado de Roupas e Calçados LTDA (Adv.: Dr. Orlando Lucas Teixeira) e agravada Ozélia Antonia da Silva.

AI-2792/89.3, TRT 1a. região, sendo agravante Helênico Atlético Club (Adv.: Dr. Alberto A. Moreira Filho) e agravada Maria de Lourdes Leite Nunes (Adv.: Dr. Luiz Antonio Jean Tranjan).

AI-2814/89.7, TRT-4a. região, sendo agravante Banco Meirdional do Brasil S/A (Adv.: Dr. Luiz F.S. Rabeno) e agravada Zenilda Baldi Motta (Adv.: Dr. Adão Santa'Anna de Lima).

AI-2831/89.2, TRT-2a. região, sendo agravante Banco Auxiliar S/A (Adv.: Dr. Nelson B.R. de Oliveira) e agravado Alberto Ferreira (Adv.: Dr. Ephraim de C. Júnior).

AI-2851/89.8, TRT-15a. região, sendo agravante Rede Ferroviária Federal S/A (Adv.: Dr. Waldeloyr Presto) e agravado José Buchols.

RELATOR EXMº Sr. MINISTRO JOSÉ CARLOS DA FONSECA

AI-2565/89.5, TRT-7a. região, sendo agravante Prefeitura Municipal de Fortaleza (Adv.: Dr. Mansueto H. Cavalcante) e agravada Maria Aldenir da Silva Soares (Adv.: Dr. Antonio J. da Costa).

AI-2576/89.6, TRT-2a. região, sendo agravante Encyclopaedia Britannica do Brasil Publ. Ltda (Adv.: Dr. Antonio Carlos de Barros) e agravado Raphael Annunziato Neto (Adv.: Dr. Francisco Ary M. Castelo).

AI-2587/89.6, TRT-8a. região, sendo agravante Governo do Território Federal do Amapá (Adv.: Dra. Maria Madalena C. Lopes) e agravados Altair Furtao Correa e Outros (Adv.: Dr. Olimpio Palhares Ferreira).

AI-2602/89.9, TRT-15a. região, sendo agravante José Vitório Quirino (Adv.: Dr. Hedair de Arruda Falcão Filho) e agravado Sermatec Indústria e Montagens LTDA.

AI-2618/88.6, TRT-2a. região, sendo agravante Finasa-Administração e Planejamento S/A (Adv.: Dra. Maria Aparecida Pestana) e agravada Jaqueline Arantes Pace (Adv.: Dr. Mauro Duarte Pace).

AI-2633/89.6, TRT-1a. região, sendo agravante Delvi's Confecções LTDA (Adv.: Dr. Marcílio Afonso L. Vieira) e agravada Maria de Jesus (Adv.: Dr. Mário de José Bravo).

AI-2643/89.9, TRT-1ª região, sendo agravante UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A e Outro (Adv. Dr. Eônio Teixeira Campello e agravada Maria Lúcia Pereira Bandeira (Adv. Dr. José Cláudio P. da Costa).

AI-2651/89.8, TRT-1ª região, sendo agravante Cia. Brasileira de Projetos e Obras - CBPO (Adv. Dr. Almir Leal) e agravado Marcelo Allak de Queiroz (Adv. Drª Ana Cristina de Lemos Santos).

AI-2667/89.5, TRT-1ª região, sendo agravante Sind. dos Trabalhadores dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral do Município do Rio de Janeiro (Adv. Dr. Zambiro J. dos Santos) e agravado Serrates Teixeira (Adv. Dr. Benedito da C. Veloso).

AI-2677/89.8, TRT-15ª região, sendo agravante UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A (Adv. Dr. Jael de Oliveira) e agravado José Nicoluchi Neto (Adv. Drª Maria Luíza Ribeiro).

AI-2687/89.1, TRT-5ª região, sendo agravante Rhodia S/A (Adv. Dr. Ernani B. Durand) e agravado Carlos Alberto Vieira da Rocha (Adv. Dr. Ary da S. Moreira).

AI-2695/89.0, TRT-2ª região, sendo agravante Vanderlei Vendramini (Adv. Dr. Vivaldo Silva da Rocha) e agravado Banco Bamerindus do Brasil S/A (Adv. Dr. Roberto Luiz Guglielmetto).

AI-2707/89.1, TRT-2ª região, sendo agravante Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO (Adv. Drª Maria Emília Bandeira de Mello Pavani) e agravada Rosângela Olmedo (Adv. Drª Regina Sbrighi Pimentel).

AI-2717/89.4, TRT-15ª região, sendo agravante Mário Yoshio Koshimizu (Adv. Dr. José E. Furlanetto) e agravado Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S/A).

AI-2730/89.9, TRT-10ª região, sendo agravante Banco Bamerindus do Brasil S/A (Adv. Drª Tereza Safe Carneiro) e agravada Sílvia Fernandes Ortiz Longo (Adv. Dr. Vivaldo Silva da Rocha).

AI-2739/89.5, TRT-10ª Região, sendo agravante Edson Pires (Adv. Drª Heloísa R. C. Felipe dos Santos) e agravada Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP (Adv. Dr. Antônio Carlos M. Otanho).

AI-2749/89.8, TRT-10ª Região, sendo agravante Itaú Seguros S/A (Adv. Dr. Jacques A. de Oliveira) e agravado Raimundo Hermes Bezerra de Sousa (Adv. Dr. Dimas F. Lopes).

AI-2758/89.4, TRT-12ª Região, sendo agravante Cia. Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN (Adv. Dr. Charles F. Schroeder) e agravado Rui Fernando da Silva Júnior e Outros.

AI-2767/89.0, TRT-1ª Região, sendo agravante Abidon Pereira Braga (Adv. Dr. Romário Silva de Melo) e agravada Transportadora Pampa S/A (Adv. Dr. Sérgio Abreu Wanderley).

AI-2775/89.9, TRT-1ª Região, sendo agravante Cia Vale do Rio Doce (Adv. Dr. Flávio Citro Vieira de Mello) e agravado Sind. dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Vitória (Adv. Dr. Décio Guimarães).

AI-2784/89.4, TRT-1ª Região, sendo recorrente Monteverde Engenharia, Com e Ind. S/A (Adv. Dr. Jorge Soares dos Santos) e agravada Maria Joana Alves Bezerra Paulino (Adv. Dr. Edison Comes dos Santos).

AI-2793/89.0, TRT-8ª Região, sendo agravante Xylo do Brasil Exportações S/A (Adv. Drª Maria Sueli Rodrigues de Paiva) e agravados Sind. dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Inds. de Móveis de Madeira e Serriaria, Carpintaria, Tanoaria, Madeira, compensados e Laminados, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeira de Belém e EMATEC - Empresa de Assessoria Técnica Contábil.

AI-2817/89.9, TRT-4ª Região, sendo agravantes Banco Maisonnave de Investimentos S/A e Outra (Adv. Luiz S. Costa) e agravada Stela Maris de Souza Besestil e IMCOSUL (Adv. Dr. José Torres das Neves).

AI-2832/89.9, TRT-2ª Região, sendo agravante Waldomiro Santa'Ana (Adv. Drª Elza M. C. de Lara) e agravada Transportadora Sul Vale do Paraíba - Ltda (Adv. Dr. Luiz C. de Araújo).

AI-2852/89.5, TRT-10ª Região, sendo agravante Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A (Adv. Drª Maria Olívia Maia) e agravado Renato Fonseca Ferreira.

RELATOR EXMº SR. MINISTRO GUIMARÃES FALCÃO

REVISOR EXMº SR. MINISTRO ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

RR-2111/89.2, TRT-6a. região, sendo recorrente Salvador Ferreira da Costa (Emgenho Brejo Novo) (Adv.: Dr. José Cavalcanti de Miranda) e recorrida Maria José Campos.

RR-2129/89.9, TRT-6a. região, sendo recorrente Usina Catende S/A (Adv.: Dr. Hélio Luiz F. Galvão) e recorridos José Romero Gouvea e Outras.

RR-2144/89.3, TRT-4a. região, sendo recorrente Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S/A (Adv.: Dr. Emílio R. Neto) e recorrido Sérgio Colmerlatto (Adv.: Dr. Paulo Stefanow).

RR-2159/89.3, TRT-9a. região, sendo recorrente Pespisco e Cia. (Adv.: Dr. Renato Serpa Silvério) e recorrido Ademar Leite de Camargo (Adv.: Dr. Vivaldo Silva da Rocha).

RR-2181/89.4, TRT-15a. região, sendo recorrente Usina Costa Pinto S/A - Açúcar e Alcool (Adv.: Dr. José Cebim) e recorridos Alcides dos Santos Peitel e Outros (Adv.: Da. Jandira Monte de Resende).

RR-2197/89.1, TRT-3a. região, sendo recorrente Cia. T. Comércio e Indústria (Adv.: Dr. Gustavo A.A. Branco) e recorrido Júlio César Alves Casini (Adv.: Dr. Etelvino O. Costa).

RR-2212/89.4, TRT-15a. região, sendo recorrente Usina Barra Grande de Lençóis S/A (Adv.: Dr. Vagner Antonio Pichelli) e recorrido Antonio Aparecido Silva (Adv.: Dra. Tereza Cristina Araújo de Oliveira).

RELATOR MINISTRO GUIMARÃES FALCÃO

REVISOR MINISTRO ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

RR-2232/89.1, TRT-2a. região, sendo recorrente Banco Auxiliar S/A (Adv.: Dra. Silmara Nacv) e recorrido Humberto Guarnieri (Adv.: Dra. Emília Leite de Carvalho).

RR-2248/89.8, TRT-15a. região, sendo recorrentes Oswaldo Marino e Outro (Adv.: Dr. Nelson Teixeira de Mendonça Júnior) e recorrido Banco do Comércio e Ind. de São Paulo S/A (Adv.: Dra. Mariana Rosa de Almeida).

RR-2263/89.8, TRT-1a. região, sendo recorrentes Angela Soares da Rocha e Outros (Adv.: Dr. Ulisses Riedel de Resende) e recorrido Instituto Espiritossantense de Bem Estar do Menor-IESBEM (Adv.: Dr. Joaquim F. Silva Filho).

RELATOR JUIZ JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS

REVISOR MINISTRO JOSÉ CARLOS DA FONSECA

RR-3683/87.6, RTT-9a. região, sendo recorrente Banco Auxiliar S/A (Adv.: Dra. Márcia Regina Rodacoski) e recorrido Jeronimo Klisiewicz (Adv.: Dr. José Torres das Neves).

RR-2122/89.2, TRT-6a. região, sendo recorrente Usina Ipojuca S/A (Adv.: Dr. José Hugo dos Santos) e recorrido Antonio Virgínio Pereira (Adv. Dr. Josadac Miguel dos Santos).

RR-2136/89.5, TRT-6a. região, sendo recorrente Empresa Agrícola Pirangi Ltda (Engenho Diamante (Adv.:Dr. Hélio Luiz F. Galvão) e recorrida Regina Maria de Lima Silva (Adv.:Dr. Edvaldo Cordeiro dos Santos).

RR-2152/89.2, TRT-9a. região, sendo recorrentes Ademir Antonio Rosa e Banco Bamerindus do Brasil S/A (Adv.:Drs. Vivaldo Silva da Rocha e Nivaldo Stankiewicz) e recorridos os Mesmos).

RR-2174/89.3, TRT-15a. região, sendo recorrente FEPASA-Ferrovia Paulista S/A (Adv.:Dra. Evelyn Marsiglia de O. Santos) e recorridos Ary Uliano e Outros (Adv.:Dr. Sergio Mendes Valim).

RR-2189/89.3, TRT-3a. região, sendo recorrente Geníllo Gomes Pacheco (Adv.:Dr. Ailton M. Antunes) e recorrida Fundação João Pinheiro (Adv.:Dr. Julio Afonso de Souza).

RR-2205/89.3, TRT-10a. região, sendo recorrente Antonia Ilidia de Jesus Costa Adv.:Dr. Antonio Leonel de Almeida Campos) e recorrida Banco Brasileiro de Descontos S/A-BRADESCO (Adv.:Dra. Solange Maria Brito).

RR-2220/89.3, TRT-6a. região, sendo recorrente Companhia Agrícola Jundiã (Adv.:Dr. Rodolfo Pessoa de Vasconcellos) e recorridos Iracema Maria do Nascimento e Outros (Adv.:Dr. José Carlos Siqueira de Assunção).

RR-2241/89.7, TRT-15a. região, sendo recorrente Banco do Brasil S/A (Adv.:Dr. Antonio Balsalobre Leiva) e recorrida Miguel Garcia Alves (Adv.:Dr. Rubens de Mendonça).

RR-2256/89.6, TRT-3a. região, sendo recorrente Banco Itaú S/A (Adv.:Dr. Hélio C. Santana) e recorrida Ivon da Costa Coelho (Adv.:Dr. Manoel L. Braga).

RELATOR MINISTRO ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

REVISOR MINISTRO FERNANDO VILAR

RR-6606/88.2, TRT-1a. região, sendo recorrente Companhia Brasileira de Trens Urbanos-CBTU Superintendência de Trens Urbanos-STU-RJ). (Adv.:Dr. Ney F. Peixoto) e recorrida Carlos Alberto dos Santos (Adv.:Dr. Alino da Costa Monteiro).

RR-2125/89.4, TRT-6a. região, sendo recorrente Usina Pumaty S/A (Adv.:Dr. Albino Queiroz de Oliveira Júnior) e recorrida João José da Silva.

RR-2139/89.7, TRT-6a. região, sendo recorrentes Maria de Fátima da Silva e Outros (Adv.:Dr. Eduardo Jorge Griz) e recorrida Companhia Geral de Melhamentos em Pernambuco (Usina Cucaú) (Adv.:Dr. José Otávio Patrício de Carvalho).

RR-2155/89.4, TRT 9a. região, sendo recorrente Banco Bamerindus do Brasil S/A (Adv.:Dr. Jaziel G. de Moraes) e recorrida Alípio Matsumoto (Adv.:Dr. José Torres das Neves).

RR-2177/89.5, TRT 15a. região, sendo recorrente Açucareira Zillo Lorenzetti S/A (Adv.:Dr. Wagner Antonio Pichelli) e recorrida Guilhermino Sabino (Adv.:Dr. José Carlos Abile).

RR-2193/89.2, TRT 3a. região, sendo recorrente Mineração Morro Velho S/A (Adv.:Dr. José Carlos R. Maciel) e recorrida Ademir Gomes Dias (Adv. Dra. Raimunda E. de Almeida Coelho).

RR-2208/89.5, TRT 12a. região, sendo recorrente Banco Bamerindus do Brasil S/A (Adv.:Dr. Ariel de Oliveira Abreu) e recorrida Cátia Aparecida Treichel (Adv.:Dr. Oscar José Hildebrand).

RR-2228/89.1, TRT 2a. região, sendo recorrente Cia. Municipal de Transportes Coletivos - CMTC (Adv.:Dr. Soelidarque Garcia O. Jarrouge) e recorrida Elide Fontolon Hortelã (Adv.:Dr. Omi Arruda F. Júnior).

RR-2244/89.9, TRT 15a. região, sendo recorrente Fundação SP - Hospital Santa Lucinda (Adv.:Dr. José Roberto M Tibau) e recorrida Eunice Vieira Martins.

RR-2259/89.8, TRT 3a. região, sendo recorrente Luiz Antonio Rodrigues Soares (Adv.:Dr. Jordan Francisco Guimarães) e recorrida Banco Itaú S/A (Adv.:Dr. Paulo Henrique de Carvalho Chomon).

RELATOR MINISTRO FERNANDO VILAR

REVISOR JUIZ CONVOCADO JOSÉ LUIZ VASCONCELLOS

RR-2106/89.5, TRT 4a. região, sendo recorrente Plínio Nelson Gross (Adv. Dr. Roberto F. Caldas) e recorrida Cia. Estadual de Energia Elétrica - CEEE (Adv.:Dr. Ivo E. de Ávila).

RR-2128/89.6, TRT 6a. região, sendo recorrente Cia. Agrícola Jundiã (Adv.:Dr. Rodolfo Pessoa de Vasconcelos) e recorrida José Antonio da Silva (Adv.:Dra. Maria do Rosário de F. V. Rodrigues).

RR-2142/89.9, TRT 4a. região, sendo recorrente João Ivo Baldi (Adv.: Dr. Antonio Carlos Maineri) e recorrida Coldex Frigor S/A (Adv.:Dr. Luiz Vicente de Carvalho).

RR-2158/89.6, TRT 9a. região, sendo recorrente Elias Soares dos Santos (Adv.:Dr. Álvaro Eiji Nakashima) e recorrida Cia. Cacique de Café Solúvel (Adv.:Dra. Marisa M. Gonçalves).

RR-2180/89.7, TRT 15a. região, sendo recorrente Ady Del Grossi Costa e Outros (Adv.:Dra. Andréa Tarsia Duarte) e recorrida Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A (Adv.:Dra. Rosa Maria Marcelino Flório).

RR-2196/89.4, TRT 3a. região, sendo recorrente Banco Nacional S/A (Adv.:Dr. João Bosco B. Alvarenga) e recorrida Elida das Graças (Adv.:Dr. Geraldo A. dos Santos Fêres).

RR-2211/89.7, TRT 15a. região, sendo recorrente Usina Barra Grande de Lençóis S/A (Adv.:Dr. Wagner Antonio Pichelli) e recorrida Luiz de Oliveira (Adv.:Dra. Tereza Cristina Araújo de Oliveira).

RR-2231/89.3, TRT 2a. região, sendo recorrente Banco Auxiliar S/A (Adv.:Dra. Eliana Covizzi) e recorrida José Luiz Mendes (Adv.:Dra. Emilia Leite de Carvalho).

RR-2247/89.1, TRT 15a. região, sendo recorrente Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO (Adv.:Dr. Frederico Borghi Neto) e recorrida Laifton Conrado de Souza (Adv.:Dr. Irineu Henrique).

RR-2262/89.0, TRT-3a. região, sendo recorrente Banco Real S/A (Adv.: Dra. Isolda M.D. Martins da Costa) e recorrida Vander Rodrigues Terra (Adv.:Dr. Jordan F. Guima).

RELATOR EXMº Sr. MINISTRO JOSÉ CARLOS DA FONSECA
REVISOR EXMº Sr. MINISTRO GUIMARÃES FALCÃO

RR-2117/89.6, TRT-6a. região, sendo recorrente Usina Pumaty S/A (Adv.:Dr. Albino Queiroz de Oliveira Júnior) e recorrida Irene Maria da Silva.

RR-2131/89.8, TRT-6a. região, sendo recorrente Usina União e Indústria S/A (Adv.:Dr. Rodolfo Pessoa de Vasconcelos) e recorrida Amara Marques Ferreira.

RR-2147/89.5, TRT-9a. região, sendo recorrente Banco Bamerindus do Brasil S/A (Adv.:Dr. Leslie Francisco da Costa) e recorrida João Batista Lopes (Adv.:Dr. Luiz Z. Netto).

RR-2161/89.8, TRT-9a. região, sendo recorrente Plácido Martins (Adv.:Dra. Iria Regina Marchiori) e recorridos Aurélio Fachinelli e Outro (Adv.:Dr. Cláudio A. Ribeiro).

RR-2183/89.9, TRT-2a. região, sendo recorrente Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS (Adv.:Dr. Samir Marcolino) e recorridos José Borges Monteiro e Outros (Adv.:Dr. Wellington Cantal).

RR-2199/89.6, TRT-1a. região, sendo recorrente Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO (Adv.:Dr. Ricardo P. Virzi) e recorrida Valdeci Oliveira dos Santos (Adv.:Dr. Valdemy D. dos Santos).

RR-2214/89.9, TRT-15a. região, sendo recorrente Sind. dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Ribeirão Preto (Adv.:Dr. Cláudio Cury) e recorrida Sermil - Com. d Ind. de Equipamentos de Veículos LTDA (Adv.:Dr. Waldemar P. de Mello).

RR-2235/89.3, TRT-2a. região, sendo recorrente Rubens I. Schwartzmann (Adv.:Dr. Agenor Parreto Parente) e recorrida Semp Toshiba S/A (Adv.:Dr. Márcio Yoshida).

RR-2250/89.2, TRT-15a. região, sendo recorrente Usina Barra Grande de Lençóis S/A (Adv.:Dr. Vagner Antonio Pichelli) e recorrida Benedito Paulo Altafim (Adv.:Dra. Tereza C. Araújo de Oliveira).

RR-2266/89.0, TRT-1a. região, sendo recorrente Josmary Maia Santos (Adv.:Dr. Fernando de Figueiredo Moreira) e recorrida Banco Brasileiro de Descontos S/A BRADESCO (Adv.:Dr. Ricardo de Paiva Virzi).

Brasília, 28 de abril de 1989

MARIA DAS GRAÇAS CALAZANS

Diretora de Serviço de Secretaria da Turma

Segunda Turma

ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta e nove, às treze horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Tribunal Pleno, realizou-se a Nona Sessão Ordinária da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba da Costa e Silva, estando presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Barata Silva, Marcelo Pimentel, Aurélio M. de Oliveira e o Excelentíssimo Senhor Juiz convocado Alcy Nogueira. Representou o Ministério Público do Trabalho o Subprocurador Othonaldy Rocha. Havendo número legal, o Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente declarou aberta a Sessão. A ata da Sessão anterior foi lida e aprovada. A seguir passou-se a ordem do dia com os seguintes julgamentos:

PROCESSO - RR - 4885/88.6 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Recorrente Seguradora Mineira S/A e Recorrido Nardino Montezol. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, suspender o julgamento do presente processo, em virtude do pedido de vista regimental do Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, após os Excelentíssimos Senhores Ministros Aurélio M. de Oliveira, relator, Barata Silva, revisor e Marcelo Pimentel não conhecerem do recurso quanto à relação de emprego. Pelo Recorrente falou o doutor José Cabral.

PROCESSO - RR - 1030/88.4 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo Recorrente Flai Indústria e Comércio Limitada e Recorrido José Rogério Amorim. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso pela preliminar de nulidade. Por unanimidade, conhecer do recurso quanto à fixação dos honorários periciais em Obrigações do Tesouro Nacional - OTN's e dar-lhe provimento parcial para anular a fixação dos referidos honorários e, restabelecer, nesta parte, a sentença de primeiro grau.

PROCESSO - RR - 1064/88.0 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo Recorrente Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A e Recorridos Antonio Telles Vieira e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso quanto à jornada de oito horas - Divisor 240 e dar-lhe provimento para mandar aplicar o divisor 240 no cálculo das horas extras. Por unanimidade, não conhecer do recurso quanto aos descontos pelas faltas ao serviço, nem quanto às horas extras.

PROCESSO - RR - 2312/88.2 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, sendo Recorrente Empresa de Navegação da Amazônia S/A - ENASA e Recorrido José Santana Santos. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Juiz Alcy Nogueira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para restabelecer a sentença de primeiro grau. A Presidência da Turma deferiu juntaada do instrumento procuratório, requerida da tribuna pelo douto patrono do Recorrente, no prazo legal. Pelo Recorrente falou o doutor Victor Russomano Júnior.

PROCESSO - RR - 3647/88.1 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo Recorrente Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e Recorrido Ademir de Souza Silva. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para julgar improcedente a reclamação. Com ressalvas de votos dos Excelentíssimos Senhores Ministros quanto à aplicação das Súmulas 168 e 198 desta Corte. A Presidência da Turma deferiu juntaada do instrumento procuratório, requerida da tribuna pelo douto patrono do Recorrente. Pelo Recorrente falou o doutor Victor Russomano Júnior.

PROCESSO - RR - 2726/88.5 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo Recorrente Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e Recorridos Admir de Paiva e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Juiz Alcyr Nogueira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para, afastada a deserção, determinar o retorno dos autos ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, para que aprecie o Recurso Ordinário da Reclamada, como entender de direito. Pelo Recorrente falou o doutor Victor Russomano Júnior.

PROCESSO - RR - 1005/88.8 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região, sendo Recorrente Conic Engenharia S/A e Recorridos Sérgio Mathias dos Santos e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para excluir da condenação as horas "in itinere". A d. Procuradoria emitiu parecer verbal, quanto ao mérito, no sentido do provimento da Revista.

PROCESSO - RR - 1342/88.4 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, sendo Recorrente Armando Guilherme de Souza Linares e Recorrida LIGHT - Serviços de Eletricidade S/A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso pela preliminar de nulidade. Por unanimidade, não conhecer do recurso quanto à prescrição. Pelo Recorrente falou a doutora Leticia Barbosa Alveti.

PROCESSO - RR - 1526/88.8 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, sendo Recorrente João Amadeu de Oliveira e Recorrida Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por maioria, conhecer do recurso, vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, revisor, e, no mérito, também, por maioria, dar-lhe provimento para, afastada a intempestividade, determinar o retorno dos autos ao Tribunal Regional do Trabalho de origem, a fim de que aprecie o mérito do apelo, como entender de direito, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministro Aurélio M. de Oliveira, revisor, e Juiz Alcyr Nogueira, que negavam provimento ao recurso.

PROCESSO - AI - 1389/88.6 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, sendo Agravante Fundação Nacional do Índio - FUNAI e Agravados Roberto Amâncio Nobre Madeiro e Outro. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - RR - 1554/88.2 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, sendo Recorrentes Roberto Amâncio Nobre Madeiro e Outro e Recorrida FUNAI - Fundação Nacional do Índio. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso quanto à integração da gratificação de função e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento, no particular, para, reformando o venerando acórdão regional, mandar integrar a gratificação de função no salário, vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel que negava provimento ao recurso.

PROCESSO - AI - 6772/88.7 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, sendo Agravante Companhia Vale do Rio Doce e Agravados Antonio Carvalho Cota e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, dar provimento ao agravo, a fim de que seja processada a revista, para melhor exame.

PROCESSO - RR - 1720/88.4 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, sendo Recorrente Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e Recorridos Marcelino Henrique e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso quanto à nulidade - sucumbência - preclusão. Por maioria, conhecer do recurso quanto à prescrição - complementação de aposentadoria, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministro Aurélio M. de Oliveira, revisor, e Juiz Alcyr Nogueira, e, no mérito, também, por maioria dar-lhe provimento para, reformando o venerando acórdão regional declarar prescrito o direito de ação do Reclamante extinto o processo com julgamento do mérito, ficando prejudicados os demais itens da Revista, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministro Aurélio M. de Oliveira, revisor, e Juiz Alcyr Nogueira, que negavam provimento ao Recurso. A d. Procuradoria emitiu parecer oral, sobre o mérito, no sentido de dar provimento à Revista. Justificará voto vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira.

PROCESSO - RR - 1812/88.1 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, sendo Recorrente Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro - CERJ e Recorridos Cidésio da Silva e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer dos documentos juntados à revista às folhas 91. Por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para, afastada a intempestividade, determinar o retorno dos autos ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho de origem, para que julgue o Recurso Ordinário da Reclamada, como entender de direito.

PROCESSO - RR - 1823/88.1 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, sendo Recorrente Mesbla S/A e Recorrida Maria José de Lira Durand. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso quanto às horas extras e equiparação salarial. Por unanimidade, conhecer do recurso quanto aos descontos e dar-lhe provimento, no particular, para mandar excluir da condenação a devolução dos descontos autorizados para União Mesbla, Utilidades e Seguro de Vida em Grupo. Por unanimidade, conhecer do recurso quanto aos honorários advocatícios e dar-lhe provimento para excluir os da condenação. Por unanimidade, não conhecer do recurso quanto à prescrição - contagem de prazo.

PROCESSO - RR - 1966/88.1 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, sendo Recorrente Engenho Santa Terezinha (Ernane Vanderlei do Rego) e Recorridos Dorgival Justino da Silva e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para restabelecer a sentença de primeiro grau.

PROCESSO - RR - 2198/88.1 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região, sendo Recorrente Luiz Antonio Fornitano e Recorrido Banco Meridional do Brasil S/A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - RR - 2213/88.4 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região, sendo Recorrentes Nelson Pires de Freitas e Outros e Recorrida FEPASA - Ferrovia Paulista S/A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - RR - 2223/88.7 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região, sendo Recorrente Banco Auxiliar S/A e Recorrido Nelson Vieira Ribeiro. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Juiz Alcyr Nogueira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento parcial, para determinar a não incidência dos juros e correção monetária, sendo que, quanto a esta última, apenas em relação ao período entre as datas da intervenção do Banco Central e a vigência do Decreto-Lei número 2.278/85.

PROCESSO - RR - 2704/88.4 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo Recorrente Fundação Educacional Minas Gerais e Recorrido João Bosco Alves Mello. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - RR - 2944/88.7 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Recorrentes Sprecher Energie do Brasil S/A (Sprecher e Schuh do Brasil S/A) e Neyde Ferreira Lima e Recorridos Os Mesmos. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer de ambos os recursos.

PROCESSO - RR - 3059/88.8 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região, sendo Recorrente Banco Real S/A e Recorridos Milca Luiza Toynetti dos Santos e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - RR - 3388/88.5 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região, sendo Recorrente Imcosul S/A e Recorrido Ruy Sperm Filho. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - RR - 3823/88.5 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, sendo Recorrente Usina Barão de Suassuna S/A e Recorrido Albertino Francisco do Nascimento. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso quanto à prescrição - trabalhador rural nem quanto aos honorários advocatícios.

PROCESSO - RR - 4153/88.6 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, sendo Recorrente Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro e Recorrido Acacio Ferreira Castanho. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - AI - 5219/88.7 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região, sendo Agravante UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A e Agravado Joarez Alberto Muller. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - RR - 4156/88.8 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região, sendo Recorrente Joarez Alberto Muller e Recorrido UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso quanto ao cargo de confiança - gratificação de função, nem quanto ao divisor. Por unanimidade, conhecer do recurso quanto à repercussão das horas extras na remuneração dos sábados, mas negar-lhe provimento.

PROCESSO - RR - 4234/88.2 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, sendo Recorrente Lucia Borges de Maia e Silva e Recorrido E. S. Data Organização e Processamento de Dados S/A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para condenar a Reclamada ao pagamento das horas extras excedentes da sexta, com o adicional respectivo.

PROCESSO - RR - 4296/88.6 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região, sendo Recorrente Geraldo Antunes de Almeida e Recorrido Moinho Graciosa Ltda. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por maioria, conhecer do recurso, vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, relator e, no mérito, por unanimidade, dar provimento ao recurso para, afastada a intempestividade, determinar o retorno dos autos ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho de origem, a fim de que aprecie e julgue o mérito do recurso do Reclamante, como entender de direito. A d. Procuradoria emitiu parecer verbal quanto ao mérito, no sentido de provimento da revista. Redigirá o acórdão o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva. Justificará voto vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira.

PROCESSO - AI - 4588/88.0 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Agravante TEPECOM - Microfilmagem e Processamento de Dados Ltda e Agravada Telma Soares de Oliveira. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo. Deu-se por impedido o Excelentíssimo Senhor Juiz Alcyr Nogueira.

PROCESSO - AI - 4569/88.1 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Agravante São Paulo Companhia Nacional de Seguros e Agravado José Renato de Queiroz. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, dar provimento ao agravo, a fim de que seja processada a revista, para melhor exame.

PROCESSO - AI - 0391/89.1 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo Agravante Banco Mercantil de São Paulo S/A e Agravada Maria Auxiliadora Alves. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, dar provimento ao agravo, a fim de que seja processada a revista, para melhor exame.

PROCESSO - ED - RR - 5613/87.8 - relativo aos Embargos Declaratórios em Recurso de Revista, opostos a Decisão da Egrégia Segunda Turma, sendo Embargante Fazenda do Estado de São Paulo e Embargada Maria de Lourdes Cyrineu Ribeiro. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, rejeitar os embargos.

PROCESSO - AG - RR - 5493/87.3 - relativo ao Agravo Regimental em Recurso de Revista do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região, sendo Agravantes Perce Inácio da Silva e Outros e Agravada Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AG - AI - 1983/88.3 - relativo ao Agravo Regimental em Agravo de Instrumento do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, sendo Agravante Banco Bamerindus do Brasil S/A e Agravado Newton de Almeida Sobrinho. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AG - AI - 3146/88.5 - relativo ao Agravo Regimental em Agravo de Instrumento do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Primeira Região, sendo Agravante Indústria de Bebidas Antártica da Amazônia S/A e Agravado Evandro Fernandes de Moraes. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AG - RR - 6145/88.1 - relativo ao Agravo Regimental em Recurso de Revista do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, sendo Agravante UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A e Agravado Pedro Alvim dos Santos. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AG - RR - 6396/88.5 - relativo ao Agravo Regimental em Recurso de Revista do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Agravante Antônio Peres Ramos e Agravado Fichet S/A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AG - RR - 6686/88.7 - relativo ao Agravo Regimental em Recurso de Revista do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região, sendo Agravante Banco do Brasil S/A e Agravado Taketoshi Miyamura. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AG - RR - 6714/88.5 - relativo ao Agravo Regimental em Recurso de Revista do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Agravante Banco do Estado de São Paulo S/A - BANESPA e Agravado Lothário Albrecht. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AG - RR - 6728/88.8 - relativo ao Agravo Regimental em Recurso de Revista do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Agravante Viação Aérea São Paulo S/A - VASP e Agravado Atílio Bertoldi Neto. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AG - RR - 6742/88.0 - relativo ao Agravo Regimental em Recurso de Revista do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região, sendo Agravantes AGROESTE-Agrícola D'Oeste Ltda e Outra e Agravados João Ribeiro e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - RR - 5057/88.7 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Recorrente José Desidério e Recorrida Indústria de Máquinas Horvath Ltda. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por maioria, conhecer do recurso, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Aurélio M. de Oliveira, relator e José Ajuricaba e, no mérito, também, por maioria, dar provimento ao recurso para excluir da condenação, o limite fixado em relação a multa convencional, vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, relator, que negava provimento ao recurso. O Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel participou apenas do julgamento quanto ao conhecimento, desempatando o. Redigirá o acórdão o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva. Justificará voto vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira.

PROCESSO - RR - 5160/88.4 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo Recorrente DELP - Engenharia Mecânica S/A e Recorrido James José da Silva. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para, afastada a deserção, determinar o retorno dos autos ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho, a fim de que aprecie e julgue o Recurso Ordinário da Recorrente, como entender de direito.

PROCESSO - RR - 5169/88.0 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Recorrente ULTRAFERTIL S/A - Indústria e Comércio de Fertilizantes e Recorridos Emil Sérgio Mendes e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, acolher a preliminar de não conhecimento, por deserção, argüida nas contra-razões e, não conhecer do recurso.

PROCESSO - AI - 6279/88.3 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Agravante Construções Eletrônicas Industriais Ltda e Agravado Ginaldo Felismino Santos. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - RR - 5224/88.6 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Recorrente Ginaldo Felismino Santos e Recorrido Construções Eletrônicas Industriais Ltda. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - RR - 5264/88.9 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região, sendo Recorrente FEPASA - Ferrovia Paulista S/A e Recorrido Álvaro da Costa. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso quanto à incompetência da Justiça do Trabalho, nem quanto à equiparação salarial.

PROCESSO - RR - 5012/88.8 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo Recorrente Mineração Morro Velho S/A e Recorrido Deli Oliveira da Silva. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - RR - 5284/88.5 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região, sendo Recorrentes Aurora S/A Segurança e Vigilância e Outro e Recorrido Antonio Taborda Rosa. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - RR - 5501/88.3 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, sendo Recorrentes Delfin - Rio S/A - Crédito Imobiliário e Magali Dias Leite e Outros e Recorridos Nassau Corretora de Seguros Limitada e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do Recurso Adesivo dos Reclamantes e dar-lhe provimento para de clarar deserto o Recurso Ordinário da Reclamada e, em consequência, restabelecer a decisão de primeiro grau, ficando, pois, prejudicado o mérito da revista da Reclamada.

PROCESSO - RR - 5513/88.1 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, sendo Recorrente Usina Treze de Maio S/A (Engenho Couceiro) e Recorrido Amaro Lopes da Silva Filho. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para restabelecer a sentença de primeiro grau, que julgou improcedente a Reclamação.

PROCESSO - RR - 5553/88.3 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Recorrente Construtora Beter S/A e Recorrido Manoel José Gomes Alves Filho. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

liu M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento para restabelecer a sentença de primeiro grau, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministro Barata Silva, revisor e Juiz Alcy Nogueira, que negavam provimento ao recurso.

PROCESSO - RR - 5788/88.0 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Recorrentes Real Processamento de Dados Ltda e Outro e Recorrida Maria Mercedes Cezar. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso quanto à pena de confissão, nem quanto ao enquadramento profissional. Deu-se por impedido o Excelentíssimo Senhor Juiz Alcy Nogueira.

PROCESSO - RR - 6171/88.2 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, sendo Recorrente Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco e Recorrida Severina Maria da Silva. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso quanto à prescrição - trabalhador rural, nem quanto às férias. Pelo Recorrente falou o doutor Rômulo Marinho.

PROCESSO - RR - 6479/88.6 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, sendo Recorrente Companhia Brasileira de Distribuição e Recorrido Cícero Bernardino Teixeira. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para excluir da condenação os honorários advocatícios.

PROCESSO - AI - 1513/88.0 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Agravante William Carl Krell e Agravado Linguex do Brasil Centro de Idiomas Ltda. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 1514/88.7 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Agravante Linguex do Brasil Centro de Idiomas Ltda e Agravado William Carl Krell. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 2880/88.3 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo Agravante Rede Feroviária Federal S/A e Agravado João Batista de Rezende. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 2904/88.2 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região, sendo Agravante Rádio Difusora Olímpia Ltda e Agravado Júlio César Fernandes Mathias. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 3439/88.9 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Agravante Antonio Barbosa de Araújo e Agravado Empreiteira Ocian S/C Ltda. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 3846/88.1 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, sendo Agravante Distribuidora de Comestíveis Disco S/A e Agravado José Delfino Soares. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 4625/88.4 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, sendo Agravante Mesbla S/A e Agravada Maria Rosilda Siqueira Gomes. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 4999/88.1 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, sendo Agravante Fernando Luiz Bicudo e Agravada Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio - COBEC. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do agravo.

PROCESSO - AI - 5302/88.8 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, sendo Agravante Transportadora F. Souto Ltda e Agravado Rogério Ferreira de Azevedo. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 5455/88.1 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, sendo Agravantes Shopping Center de Brasília Ltda e Outra e Agravado Ney Pompeo Filho. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, rejeitar a preliminar de não conhecimento argüida pela douda Procuradoria e, no mérito, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 5832/88.3 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região, sendo Agravante Companhia Riograndense de Mineração - CRM e Agravado Carlos Romeu Nunes Antunes. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 5867/88.9 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, sendo Agravante Cunha Guedes e Companhia Ltda e Agravado Pedro José dos Santos. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, susponder o julgamento do presente processo em virtude do pedido de vista regimental do Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, após o Excelentíssimo Senhor Ministro-relator, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 6507/88.1 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Agravante Distribuidora de Comestíveis Disco S/A e Agravado André Furtado Costa. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 6613/88.1 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Agravante Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo - CONESP e Agravados Rogério Eijo Miyahira e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 6627/88.3 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Agravante Merici Andrade de Quadros e Agravado Prologica Indústria e Comércio de Microcomputadores Ltda. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 6892/88.9 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo Agravante Banco Real S/A e Agravado Francisco Rodrigues Pereira Neto. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 7104/88.6 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Agravante Banco do Brasil S/A e Agravado Tunney Pedro Marchini. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 7152/88.7 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Agravante Miguel Martins e Agravado Banco do Brasil S/A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 7164/88.5 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Agravante ELETROPULÃO Eletricidade de São Paulo S/A e Agravado Mariano Alcazar Ballester. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 7235/88.8 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Agravante Nec do Brasil S/A e Agravado Vanderlei Campos de Almeida. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 7247/88.6 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, sendo Agravante BANERJ - Serviços Administrativos e Técnicos S/A e Agravado Nicholson Chatenet Halfeld. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 7425/88.5 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Agravante Telecomunicações de São Paulo S/A - TELESP e Agravado Geraldo Massaaki Yoshida. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 7480/88.8 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Segunda Região, sendo Agravante Porcelana Schmidt S/A e Agravados Amanda Greuel e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 7860/88.2 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região, sendo Agravante Banco Iochpe S/A e Agravados Nilva Tonin e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - AI - 8008/88.7 - relativo ao Agravo de Instrumento de Despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Segunda Região, sendo Agravante Banco Meridional do Brasil S/A e Agravado Luiz Carlos Freytag. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

PROCESSO - RR - 1250/88.8 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região, sendo Recorrente Toyobo do Brasil S/A Indústria Textil e Recorrida Isabel Cristina Miguel. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - RR - 1341/88.7 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, sendo Recorrente Servenco Construtora S/A e Recorrido Severino Joaquim de Aguiar. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para restringir a integração das horas extras ao salário, em duas horas diárias.

PROCESSO - RR - 1873/88.7 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Setima Região, sendo Recorrente Prefeitura Municipal de Fortaleza e Recorrido Francisco Torquato Moura. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e revisor o Excelentíssimo Senhor Juiz Alcy Nogueira, tendo a Turma resolvido, por maioria, rejeitar a preliminar de irregularidade de representação processual argüida nas contra-razões, vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva que a acolhia. Por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - RR - 2674/88.1 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Recorrente Alicia Ines Jurado e Recorrida Gisele Graham de Carvalho. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Juiz Alcy Nogueira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso quanto à argüição de nulidade, cerceamento de defesa, inversão do ônus probatório, nem quanto às horas extras.

PROCESSO - RR - 3628/88.1 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, sendo Recorrente Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO e Recorrido José Carlos Teixeira Sauer. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva e revisor o Excelentíssimo Senhor Juiz Alcy Nogueira, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - RR - 3903/88.4 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Setima Região, sendo Recorrente Telecomunicações do Ceará S/A - TELECEARÁ e Recorrido Francisco Evangelista. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso. Pela Recorrente falou a doutora Ana Maria José Silva de Alencar.

PROCESSO - RR - 4133/88.0 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Recorrente Instituto Central de Patologia Clínica Ltda e Recorrido Wilson José Seminara. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso. A douta Procuradoria corrigiu verbalmente o erro material do Parecer, para declarar quanto ao mérito, pelo não provimento.

PROCESSO - RR - 4468/88.1 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo Recorrente Mineração Morro Velho S/A e Recorrido Lourival Luis Pereira. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento para julgar improcedente a Reclamação.

PROCESSO - RR - 4505/88.5 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo Recorrente Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A e Recorrido Cleocy Ram de Mendonça. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso quanto à falta grave. Por unanimidade, conhecer do recurso quanto ao momento de extinção do contrato de tra-

balho e dar-lhe provimento, parcial, para restringir a condenação nos salários vencidos até a data da publicação do venerando acórdão regional. Por unanimidade, não conhecer do recurso quanto às férias.

PROCESSO - RR - 4716/88.6 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, sendo Recorrente BRADESCO Previdência Privada S/A e Recorrido Ronaldo Lopes de Almeida. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, acolher a preliminar de ilegitimidade de representação processual argüida pela douta Procuradoria e não conhecer do recurso, por inexistente.

PROCESSO - RR - 4807/88.5 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, sendo Recorrente Engenho São Benedito e Recorrido José Florentino da Silva. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - RR - 5208/88.9 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, sendo Recorrente Banco do Brasil S/A e Recorrido Isaias Venâncio Barbosa. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso quanto à nulidade. Por maioria, não conhecer do recurso quanto à prescrição, vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba. Por unanimidade, não conhecer do recurso quanto ao limite do valor da complementação de aposentadoria.

PROCESSO - RR - 5387/88.2 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Recorrente Indústrias Matarazzo de Papéis S/A e Recorrido Antenor Henrique da Silva. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso quanto à nulidade - preclusão - condenação ampliativa e exclusão do título. Por unanimidade, não conhecer do recurso quanto à violação do artigo 832 da Consolidação das Leis do Trabalho. Por unanimidade, não conhecer do recurso quanto ao adicional de insalubridade.

PROCESSO - RR - 5487/88.7 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, sendo Recorrente Fundação Oswaldo Aranha e Recorrido José Octacílio de Saboya Ribeiro. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso.

PROCESSO - RR - 5639/88.6 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, sendo Recorrente Iochpe Seguradora S/A e Recorrido Ismael Silos Moreira. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, suspender o julgamento do presente recurso em virtude de ter ocorrido empate quanto ao mérito. O recurso foi conhecido por unanimidade e, no mérito, os Excelentíssimos Senhores Ministros Aurélio M. de Oliveira, relator e Juiz Alcy Nogueira, negaram provimento ao recurso e, os Excelentíssimos Senhores Ministros Barata Silva, revisor e José Ajuricaba, davam provimento para excluir da condenação o pagamento do aviso-prévio.

PROCESSO - RR - 5819/88.0 - relativo ao Recurso de Revista de Decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, sendo Recorrente Banco do Brasil S/A e Recorrido Argemiro Miguel da Silva. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Aurélio M. de Oliveira e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Barata Silva, tendo a Turma resolvido, por unanimidade, não conhecer do recurso quanto às preliminares de nulidade e cabimento do Recurso Ordinário. Por unanimidade, não conhecer do recurso quanto à concessão da dívida. Com ressalvas de voto do Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba.

As dezoito horas e trinta minutos, encerrou-se a Sessão, esgotando-se a pauta, e, para constar, Eu JUHAN CURY AGUIAR - Diretora de Serviço da Secretaria da Segunda Turma, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba da Costa e Silva, Presidente, e por mim subscrita aos dezoito dias do mês de abril do ano de mil novecentos e oitenta e nove.

MINISTRO JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA
Presidente da Turma

JUHAN CURY AGUIAR
Diretora de Serviço da Secretaria da Turma

RELAÇÃO DOS PROCESSOS SORTEADOS AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MINISTROS EM: 25.04.89.

RELATOR EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO - JOSÉ AJURICABA - REVISOR EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ CONVOCADO - ALCY NOGUEIRA.

RR - 2115/89.1 - TRT 4a. Região. Recte: Empresa Brasileira de Engenharia S/A. (Dr. George Achutti). Recdo: Dimas Apolinário Ibanez Maciel. (Dr. Norberto G. Cavalheiro).

RR - 2130/89.1 - TRT 6a. Região. Recte: Alvorada Agropecuária Ltda. (Dr. Josinaldo Maria da Costa). Recdos: Gilvan Albino Pereira e Outro.

RR - 2146/89.8 - TRT 9a. Região. Recte: Banco Bamerindus do Brasil S/A. (Dr. Karin Hasse). Recdo: João Batista de Assis. (Dr. Geraldo Carlos da Silva).

RR - 2160/89.1 - TRT 9a. Região. Recte: Banco Mercantil de São Paulo S/A. (Dr. Francisco Assis de Sousa). Recdo: Iolando Valenzuela Rodrigues. (Dr. Célio H. Waldruff).

RR - 2182/89.1 - TRT 15a. Região. Recte: Expedito Ribeiro da Silva. (Dr. Ulisses Riedel de Resende). Recda: MEPPAM - Equipamentos Industriais Ltda. (Dr. Márcio Aparecido Pereira).

RR - 2198/89.9 - TRT 9a. Região. Recte: Walther Rossi. (Dr. Wilson de Almeida Pacheco). Recdo: Banco do Brasil S/A. (Dra. Gesyra M. da Hora).

RR - 2213/89.2 - TRT 15a. Região. Recte: Usina Barra Grande de Lencóis S/A. (Dr. Wagner Antônio Pichelli). Recdo: Adão Alves Correa. (Dra. Tereza Cristina Araújo de Oliveira).

RR - 2233/89.8 - TRT 2a. Região. Recte: CEAGESP - Cia. de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Dr. João Ney Prado Colagrossi). Recdo: Glauco Bernardo. (Dr. Adalberto Turini).

RR - 2249/89.5 - TRT 15a. Região. Recte: Usina Barra Grande de Lencóis S/A. (Dr. Wagner Antônio Pichelli). Recdo: Benedito Rodrigues. (Dr. Pedro Thomazzi Neto).

RR - 2264/89.5 - TRT 1a. Região. Recte: Marcelo Ricardo Ferreira Américo dos Reis. (Dr. Luiz Carlos R. Silva). Recda: Cia. Estadual de Gás do Rio de Janeiro - CEG. (Dr. Fernando B. F. Dias).

RELATOR EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ CONVOCADO - ALCY NOGUEIRA - REVISOR EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO - BARATA SILVA.

RR - 2254/89.2 - TRT 12a. Região. Recte: Carbonífera Metropolitana S/A. (Dr. Jucelino Orben). Recdo: Carlos Alberto do Nascimento. (Dr. Sérgio Mendonça Costa).

RR - 2239/89.2 - TRT 15a. Região. Recte: Prefeitura Municipal de São José dos Campos. (Dr. Jorge de Oliveira Coutinho). Recda: Maria Elisa Moreira. (Dr. Ronildes Alexandre Rocha).

RR - 2218/89.8 - TRT 6a. Região. Recte: Usina Pumaty S/A - (Engenho Santa Fé). (Dr. Albino Queiroz de Oliveira Júnior). Recdo: Geraldo Loureiro da Silva. (Dr. Edvaldo Cordeiro dos Santos).

RR - 2202/89.1 - TRT 1a. Região. Recte: Cia. de Transportes Coletivos do Estado do Rio de Janeiro. (Dr. Armando Pereira de Miranda). Recdo: Ivo Motta da Silva. (Dr. Clódovil Custódio da Cruz).

RR - 2187/89.8 - TRT 3a. Região. Recte: Cia. Industrial Cataguases. (Dr. Orlando R. Sette). Recdos: Albino Maximiano da Silva Filho e Outros. (Dr. Antonio Rocha).

RR - 2172/89.8 - TRT 15a. Região. Rectes: Antonio Gomes Parra e Outros. (Dra. Andréa Tarsia Duarte). Recda: Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A. (Dra. Rosa Maria Marcelino Flório).

RR - 2150/89.7 - TRT 9a. Região. Recte: Banco Itaú S/A. (Dr. Armando Cavalcante). Recdos: Helite Schutz e Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S/A. (Drs. Tadeu Donizeti B. Rzniski e Rubens Camargo Alves).

RR - 2134/89.0 - TRT 6a. Região. Recte: Usina União e Indústria S/A. (Dr. Rodolfo Pessoa de Vasconcelos). Recda: Maria Solange da Silva. (Dr. Aluizio B. da Silva).

RR - 2120/89.8 - TRT 6a. Região. Recte: Usina Barão de Suassuna S/A. (Dr. João Batista Carlos de Mendonça). Recda: Irene Maria da Conceição da Silva.

RR - 3671/87.9 - TRT 9a. Região. Recte: Montreal Engenharia S/A. (Dra. Alaísis Lopes Noivo). Recdo: Celso do Rosário. (Dr. Valdir Gehlen).

RELATOR EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO - BARATA SILVA - REVISOR EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO - MARCELO PIMENTEL.

RR - 7002/88.9 - TRT 10a. Região. Recte: Lojas Americanas S/A. (Dr. Artur Otávio de Carvalho). Recdo: Ariovaldo Garcia Barbosa. (Dr. Uarian Ferreira da Silva).

RR - 2126/89.2 - TRT 6a. Região. Recte: Benedito Florêncio da Silva. (Dr. José do Patrocínio dos Santos). Recdo: Engenho São Benedito.

RR - 2140/89.4 - TRT 6a. Região. Recte: Usina Pumaty S/A. (Dr. Albino Queiroz de Oliveira Júnior). Recdo: Everaldo Martins da Silva. (Dr. Eduardo Jorge Griz).

RR - 2156/89.1 - TRT 9a. Região. Recte: CEAG - Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná. (Dr. João Régis T. Júnior). Recda: Lissele Costa. (Dr. Laércio Ricardo M. Carollo).

RR - 2178/89.2 - TRT 15a. Região. Recte: Banco Real S/A. (Dr. Arthur Luppi Filho). Recda: Maria Lucia Salvat Silva Vanini. (Dr. Miguel Nader).

RR - 2194/89.9 - TRT 3a. Região. Recte: IVAI - Engenharia de Obras S/A. (Dr. João A. da Silva). Recdos: Arildo Gomes Alvarenga e Outros. (Dr. Amair C. Lage).

RR - 2209/89.2 - TRT 12a. Região. Recte: Prefeitura Municipal de Joinville. (Dr. Edson Roberto Auerhahn). Recdo: João Maria da Silva. (Dr. Wilson Reimer).

RR - 2229/89.9 - TRT 2a. Região. Recte: Durval de Moraes. (Dr. Carlos Manoel Pestana de Magalhães). Recda: Universidade de São Paulo. (Dr. Ruy César do Espírito Santo).

RR - 2245/89.6 - TRT 15a. Região. Recte: José Antonio Santana. (Dr. Ulisses R. de Resende). Recda: CALDEMA - Caldeiraria e Máquinas Agrícolas Ltda. (Dr. Heraldo L. Dalmazo).

RR - 2260/89.6 - TRT 3a. Região. Recte: Mineração Morro Velho S/A. (Dr. Lucas de Miranda Lima). Recdo: Geraldo Victor da Silva. (Dr. Paulo César do Amaral Júnior).

RELATOR EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO - MARCELO PIMENTEL - REVISOR EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO - AURÉLIO M. DE OLIVEIRA.

RR - 2118/89.3 - TRT 6a. Região. Recte: Usina Estreliana Ltda. (Dra. Yrany Maria da Silva Costa). Recda: Maria da Conceição Silva.

RR - 2132/89.6 - TRT 6a. Região. Recte: Usina Pedroza S/A. (Dr. Evilázio de Melo Arueira). Recdo: Erickson Pessoa de Oliveira.

RR - 2148/89.3 - TRT 9a. Região. Recte: Banco Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO. (Dr. Marcelo Reus D. de Araújo). Recdo: Luiz Roberto Davanzo. (Dr. Elton Luiz de Carvalho).

RR - 2162/89.5 - TRT 2a. Região. Recte: Sebastião Ferreira de Sant'Anna. (Dr. Welington Cantal). Recda: Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS. (Dr. Marco Aurélio da Cruz Falci).

RR - 2184/89.6 - TRT 2a. Região. Rectes: Adelino dos Santos e Outros. (Dr. Eraldo Aurelio Franzese). Recda: Cia. Docas do Estado de São Paulo - CODESP. (Dr. Cêlio Silva).

RR - 2200/89.7 - TRT 1a. Região. Recte: Cremilda de Lima Santos. (Dr. Waldir J. R. Oliveira). Recda: Ghandy Malhas e Confeccões Ltda. (Dra. Anna Maria e Silva).

RR - 2215/89.6 - TRT 15a. Região. Recte: Ito Aves Integrada S/A. (Dr. Paulo T. Mendonça). Recdo: Sind. dos Trabalhadores nas Ind. de Alimentação de São Carlos. (Dr. José F. Boselli).

RR - 2237/89.7 - TRT 15a. Região. Rectes: Mitie Iwamoto Kumasaka - SP e Rosalina dos Santos Meira. (Drs. Roberto Mário R. Martins e Maurício de Freitas). Redos: Os Mesmos.

RR - 2251/89.0 - TRT 2a. Região. Recte: Fazenda Pública do Estado de São Paulo. (Dra. Andrea Isa Ripoli). Recdo: Ronaldo Pecora. (Dr. Antônio Edward de Oliveira).

RR - 2267/89.7 - TRT 1a. Região. Rectes: Heraclito Santos e Outros. (Dr. Romulo Teixeira Marinho). Recda: Cia. Docas do Espírito Santo - CODESA. (Dra. Luzia Alves Toledo).

RELATOR EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO - AURÉLIO M. DE OLIVEIRA - REVISOR EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO - JOSÉ AJURICABA.

RR - 4829/88.6 - TRT 6a. Região. Recte: Usina Massauassu S/A. (Dr. José Silveira de Lima). Recdo: José Salvino Araújo de Lima.

RR - 2124/89.7 - TRT 6a. Região. Recte: Mesbla S/A. (Dr. Edmilson Boaviagem A. M. Junior). Recdo: Rossivaldo Araújo Paulo Nunes. (Dr. José Barbosa de Araújo).

RR - 2138/89.0 - TRT 6a. Região. Recte: Usina União e Indústria S/A. (Dr. Rodolfo Pessoa de Vasconcelos). Recdo: Severino Ramos da Silva. (Dra. Maria do Rosário de F. Vaz Rodrigues).

RR - 2154/89.7 - TRT 9a. Região. Recte: Célia Regina Diniz Lell. (Dr. Geraldo Roberto C. V. da Silva). Recda: Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR. (Dr. Alido Lorenzatto).

RR - 2176/89.8 - TRT 15a. Região. Recte: Bco. Mercantil de São Paulo S/A. (Dr. Eduardo José Pinto). Recda: Silvana Maria Amorim. (Dr. José T. das Neves).

RR - 2192/89.5 - TRT 3a. Região. Recte: Bco. do Estado da Bahia S/A - BANEB. (Dr. Amilton C. de Faria). Recdo: Adilson Carlos Moreira. (Dr. Ildeu L. Lopes).

RR - 2207/89.8 - TRT 12a. Região. Recte: Rubia Regina Wuff Zanluca. (Dr. Oscar José Hildebrand). Recdo: Banco Bamerindus do Brasil S/A. (Dr. Ariel de Oliveira Abreu).

RR - 2227/89.4 - TRT 2a. Região. Recte: José Amílcar Mattei. (Dr. Walter Monacci). Recda: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. (Dr. Alfredo Ellis Machado Filho).

RR - 2243/89.1 - TRT 15a. Região. Recte: Francisco Reynol de Carvalho. (Dr. José Heitor de Barros Porto). Recda: Ind. e Com. Dako do Brasil S/A. (Dr. Paulo Cunha de F. Torres).

RR - 2258/89.1 - TRT 3a. Região. Recte: José Carlos Ruffo. (Dr. José T. das Neves). Recdo: Bco. de Crédito Nacional S/A. (Dr. Alcino Waldir Leite).

RELATOR EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO - BARATA SILVA.

AI - 8729/88.7 - TRT 1a. Região. Agte: Associação de Ensino Superior São Judas Tadeu (Dr. Joao Roberto M. Alves). Agdo: Sady Casemiro dos Santos. (Dra. Leopoldina Leoni Santos).

AI - 2573/89.4 - TRT 2a. Região. Agte: Servi Continental 2001 Ltda. (Dr. Luiz Carlos Jarola). Agdo: Sidney Moreira Alves.

AI - 2585/89.1 - TRT 6a. Região. Agte: José Milton Vieira Belo. (Dr. José T. das Neves). Agdos: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Est. de Pernambuco Emater e Outro. (Dr. Romero José de Carvalho Silva).

AI - 2598/89.7 - TRT 2a. Região. Agte: Masoneilan & Cia. (Dr. Otoniel de Melo Guimarães). Agdo: Ricardo Celestino Pereira.

AI - 2612/89.2 - TRT 2a. Região. Agte: Cia. Municipal de Transportes Coletivos/CMTC. (Dr. Maria Antonietta Mascaro). Agdo: Judith dos Santos de Abreu. (Dr. Agenor Barreto Parente).

AI - 2631/89.1 - TRT 1a. Região. Agte: Banco Real S/A. (Dr. Luiz Eduardo R.A. Dias). Agda: Maria Cristina Affonso. (Dr. José T. das Neves).

AI - 2641/89.5 - TRT 1a. Região. Agte: Nacional Informática S/A. (Dr. Eduardo Dias Manhães). Agda: Lucia Maria Evangelista do Nascimento. (Dra. Olga Romano L. Pinto).

AI - 2649/89.3 - TRT 1a. Região. Agte: Rede Ferroviária Federal S/A. (Dr. Paulo Sérgio M. dos Reis). Agdos: Orma Silva Martins e Outros. (Dra. Ludmila Schargel Maia).

AI - 2665/89.0 - TRT 1a. Região. Agte: Real Rio Equipamentos de Segurança Ltda. (Dr. Antonio R. da Silva). Agda: Sonia Cristina F. da Silva. (Dra. Cláudia M. Teixeira).

AI - 2675/89.3 - TRT 3a. Região. Agte: F.M.B. S/A - Produtos Metalúrgicos. (Dr. Jacinto A. G. Baia). Agdo: Juarez Vargas da Silva. (Dr. Afonso M. da Cruz).

AI - 2685/89.7 - TRT 5a. Região. Agte: Raimundo Almeida. (Dr. José C. de Souza). Agdo: Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRÁS. (Dr. Helbio C. S. Palmeira).

AI - 2693/89.5 - TRT 2a. Região. Agte: José Laurentino Alves Filho. (Dr. Ulisses R. de Resende). Agda: Tubopecas Ind. e Com. Ltda.

AI - 2705/89.6 - TRT 2a. Região. Agte: Marilene F. do Nascimento. (Dr. Agenor B. Parente). Agda: Tycesa Brasil Ind. de Confeccões Ltda.

AI - 2715/89.0 - TRT 15a. Região. Agte: Edson Zacarias. (Dr. Mário de M. Netto). Agda: S/A Indústrias Votorantim - Fábrica de Tecidos. (Dra. Marta Cibella).

AI - 2724/89.5 - TRT 15a. Região. Agte: Banco Real S/A. (Dr. Arthur L. Filho). Agdos: José Carlos Falconi e Outros, Banco Comércio e Ind. de São Paulo S/A. (Dr. Osvaldo Capraro).

AI - 2737/89.1 - TRT 10a. Região. Agte: Bco. Bamerindus do Brasil S/A. (Dra. Cristiana Rodrigues Gontijo). Agda: Maria Ana Ferreira da Nóbrega. (Dr. Dimas F. Lopes).

AI - 2747/89.4 - TRT 10a. Região. Agte: Francisco Henrique Bezerra. (Dr. Otonil Mesquita Carneiro). Agda: Aziz Abdala Jarjour e Cia. Ltda. (Dr. Jorge Corrêa Lima).

AI - 2756/89.0 - TRT 12a. Região. Agte: Bco. Bamerindus do Brasil S/A. (Dr. Abel de Oliveira Abreu). Agda: Marli Fátima Ribeiro dos Santos. (Dr. Prudente J.S. Mello).

AI - 2765/89.5 - TRT 2a. Região. Agte: José Maria da Costa. (Dr. Renato Rua de Almeida). Agdo: Rudloff VSL Protendidos Ltda.

AI - 2773/89.4 - TRT 1a. Região. Agte: Wilson Ribeiro de Almeida. (Dr. Luiz Pedro da Silva). Agda: Distribuidora de Comestíveis Disco S/A. (Dr. Lourival Bacellar).

AI - 2782/89.0 - TRT 1a. Região. Agtes: José de Assis Pereira e Outros. (Dr. Ulisses Riedel de Resende). Agda: Cia. Estanifera do Brasil.

AI - 2791/89.8 - TRT 1a. Região. Agte: S/A Rádio Tupi. (Dr. Sérgio Roberto R. Gonçalves). Agdo: Lauro Fabiano de Almeida Chaves Gribeler. (Dr. Edison de Aguiar).

AI - 2813/89.0 - TRT 4a. Região. Agte: Companhia Vidraria Santa Marina. (Dr. Gilberto R. Oliveira). Agdo: Silmar Luiz Gonzalez.

AI - 2830/89.4 - TRT 2a. Região. Agte: Banco Auxiliar S/A. (Dra. Eliana Covizzi). Agdo: Luiz Eduardo Siqueira da Silva. (Dr. Ephraim de C. Júnior).

AI - 2849/89.3 - TRT 15a. Região. Agte: Engesa Engenheiros Especializados S/A. (Dr. Mario D. Fanucchi). Agdo: Heumir Fernandes Lobo. (Dr. Paulo de O. Costa).

RELATOR EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO - MARCELO PIMENTEL.

AI - 2566/89.2 - TRT 7a. Região. Agte: Prefeitura Municipal de Fortaleza. (Dr. Mansueto Holanda Cavalcante). Agda: Francisca Aracy Bezerra de Lima. (Dr. Antonio José da Costa).

AI - 2577/89.3 - TRT 2a. Região. Agte: Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A. (Dr. Cláudio Gomara de Oliveira). Agdos: José-Félix dos Santos e Outro.

AI - 2588/89.3 - TRT 8a. Região. Agte: Massa Falida de Comig - Cia. Madeireira São Miguel. (Dra. Maria Suely Rodrigues de Paiva). Agdo: Rodolpho Ribas Castello Branco).

AI - 2603/89.7 - TRT 15a. Região. Agte: Sucocitric-Cutrale S/A. (Dr. Antônio Carlos de Camargo). Agdo: Sivaldo José Passos. (Dr. José Antônio R. da Silva).

AI - 2620/89.1 - TRT 2a. Região. Agte: Distribuidora de Comestíveis Disco S/A. (Dr. Nelson Raimundo de Figueiredo). Agdo: Eraí Rodrigues. (Dr. Koshi Ono).

AI - 2634/89.3 - TRT 1a. Região. Agte: Mário Lobato Azevedo Corrêa. (Dr. Acrísio de Moraes Rego Bastos). Agda: Cia. de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro - CERJ. (Dra. Lurdes Eyer Campos).

AI - 2644/89.7 - TRT 1a. Região. Agte: Telecomunicações do Rio de Janeiro S/A - TELERJ. (Dr. Carlos Arnaldo S. Mattos). Agdo: José dos Reis da Silva Mendes. (Dr. José Gomes de Abreu Filho).

AI - 2652/89.5 - TRT 1a. Região. Agte: UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A. (Dra. Rosane Silva M. da F. Almeida). Agdo: Gilberto Jorge Mariano Borges. (Dr. Ricardo de Almeida Fernandes).

AI - 2669/89.0 - TRT 8a. Região. Agte: José Luiz Rebelo Pereira. (Dra. Maria de N.A. Pereira). Agda: Estacon Engenharia S/A.

AI - 2678/89.5 - TRT 15a. Região. Agte: Banco Itaú S/A. (Dr. Armando Cavalcante). Agdos: Francisco Geraldo do Prado Sarti e Outro. (Dr. Francisco G. do P. Sarti).

AI - 2688/89.9 - TRT 5a. Região. Agte: Rede Ferroviária Federal S/A. (Dr. Renato A. N. de Macedo). Agdos: Anacleto Pereira dos Santos e Outros. (Dr. Rogério A. C. Pinto).

AI - 2698/89.2 - TRT 2a. Região. Agte: CEAGESP - Cia. de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo. (Dra. Maria da Conceição S. M. Nunes). Agdo: Wataru Tagami. (Dr. Adalberto Turini).

AI - 2709/89.6 - TRT 2a. Região. Agte: Refinações de Milho, Brasil Ltda. (Dra. Ana Cristina Pires Villaca). Agdo: Marcelo José dos Santos. (Dr. Marcos Aurélio da Costa Milani).

AI - 2718/89.1 - TRT 15a. Região. Agte: FEPASA - Ferrovias Paulista S/A. (Dra. Edna M. da Silva). Agdo: Gabriel de Lima. (Dr. Sérgio M. Valim).

AI - 2731/89.7 - TRT 10a. Região. Agte: Maria das Graças de Moraes Lôbo. (Dr. Antônio Leonel de A. Campos). Agdo: Bco. do Estado de Minas Gerais S/A - BEMGE. (Dr. Nilton Corrêa).

AI - 2740/89.2 - TRT 10a. Região. Agte: Joana Maria de Jesus Oliveira. (Dra. Ana Maria Ribas Magno). Agda: DINAMICA - Empresa de Serviços Gerais de Brasília Ltda.

AI - 2750/89.6 - TRT 10a. Região. Agte: Banco REal S/A. (Dr. José A. da Silva). Agdo: Paulo de Souza Lellis.

AI - 2759/89.1 - TRT 12a. Região. Agte: Banco do Brasil S/A. (Dr. Osny C. Garcia). Agdos: Maria do Carmo Serpa e Outros.

AI - 2768/89.7 - TRT 1a. Região. Agte: CIBRAN - Cia. Brasileira de Antibióticos. (Dr. Sérgio Galvão). Agdos: Oseas Pereira da Silva e Outros. (Dr. Luiz Alberto Alcântara Cunha).

AI - 2776/89.6 - TRT 1a. Região. Agte: Alberto Eduardo de Oliveira Martins. (Dr. David Silva Junior). Agda: SILZE - J. F. Medeiros Confecções Ltda. (Dr. Reginaldo Matias dos Santos).

AI - 2785/89.2 - TRT 1a. Região. Agte: Sind. dos Trabalhadores nas Inds. Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Município do Rio de Janeiro. (Dr. Everaldo R. Martins). Agda: COBRA - Computadores e Sistemas Brasileiros S/A. (Dr. Raphael M. Domingues).

AI - 2794/89.8 - TRT 8a. Região. Agte: Locadora Belauto Ltda. (Dr. Roberto Mendes Ferreira). Agdos: Antonio Carneiro Lima e Jair B. de Souza.

AI - 2819/89.4 - TRT 4a. Região. Agte: Amadeo Rossi S/A - Metalúrgica e Munições. (Dra. Maria Silvana R. Tedesco). Agdo: José F. França. (Dr. Norberto G. Cavalheiro).

AI - 2835/89.1 - TRT 2a. Região. Agte: Ronald's Lóterias Ltda. (Dr. José Manoel da Silva Junior). Agda: Algenora da Silva Tavares.

AI - 2853/89.3 - TRT 15a. Região. Agte: Usina Costa Pinto S/A - Açúcar e Alcool. (Dr. José Cebim). Agdas: Ivani Aparecida dos Santos Bernardino e Outra. (Dr. Alaercio Be rotti).

RELATOR EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO - AURÉLIO M. DE OLIVEIRA.

AI - 8591/88.0 - TRT 6a. Região. Agte: Usina Central Barreiros S/A. (Dr. Rômulo Mariano). Agdo: Anastácio Barbosa de Oliveira.

AI - 2570/89.2 - TRT 2a. Região. Agte: Dorgival Caetano da Silva. (Dr. Agenor Barreto Parente). Agda: Cia. Municipal de Transportes Coletivos - CMT. (Dra. Maria Antonietta Mascaro).

AI - 2583/89.7 - TRT 9a. Região. Agte: Banco Itaú S/A. (Dr. Armando Cavalcante). Agdo: José da Silva. (Dr. José T. das Neves).

AI - 2594/89.7 - TRT 2a. Região. Agte: José Aleixo da Silva. (Dr. Antônio C. dos Reis). Agda: ELETROPAULO - Eletricidade São Paulo S/A. (Dr. José C. G. de Lima).

AI - 2608/89.3 - TRT 2a. Região. Agte: Josefa Aquino de Jesus. (Dr. Carlos Alberto dos Anjos). Agda: COPADISA CIA. Paulista de Dedetização Imunização e Saneamento Ltda.

AI - 2628/89.0 - TRT 2a. Região. Agte: Pedro dos Santos. (Dr. Carlos Roberto de O. Caiana). Agda: Cia. Antártica Paulista Ind. Brasileira de Bebidas e Conexos. (Dr. Francisco P. Gaspar Filho).

AI - 2638/89.3 - TRT 1a. Região. Agtes: Waldir Ramos Lopes e Outros. (Dr. Paulo Roberto V. Camargo). Agda: Cia. Estadual de Gás do Rio de Janeiro - CEG. (Dr. Fernando B. F. Dias).

AI - 2639/89.0 - TRT 1a. Região. Agte: Cia. Estadual de Gás do Rio de Janeiro - CEG. (Dr. Fernando B. Ferreira Dias). Agdos: Waldir Ramos Lopes e Outros. (Dr. Jorge Cury Filho).

AI - 2663/89.6 - TRT 1a. Região. Agte: Tecnosub S/A - Engenharia e Serviços Submarinos. (Dra. Silmara C. Molinaro). Agdo: Hudson Skury Santarem. (Dr. Índio do Brasil Cardoso).

AI - 2673/89.9 - TRT 3a. Região. Agte: Bco. Brasileiro de Descontos S/A - BRADESCO. (Dr. Paulo C. de M. Andrade). Agdo: Nério Merísio.

AI - 2683/89.2 - TRT 15a. Região. Agte: Sind. dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Ribeirão Preto. (Dr. José T. das Neves). Agda: Caixa Econômica do Estado de São Paulo - CEESP. (Dr. Caetano A. P. Silva).

AI - 2691/89.1 - TRT 15a. Região. Agte: Companhia Siderúrgica Paulista - COSIPA. (Dr. Nelson Ranatti). Agdo: Jorge Guary.

AI - 2703/89.2 - TRT 2a. Região. Agte: Rede Ferroviária Federal S/A. (Dr. Waldeloyr Presto). Agdo: José Sebastião Barbosa. (Dra. Marlene Ricci).

AI - 2713/89.5 - TRT 2a. Região. Agte: Maria José Albuquerque de Santana. (Dr. Renato Rua de Almeida). Agda: Madeglas Ind. e Com. Ltda.

AI - 2722/89.1 - TRT 15a. Região. Agte: Banco Mercantil de São Paulo S/A. (Dra. Maria A. Pestana). Agda: Waura Cristina Salvani Alteia. (Dr. Antonio W. Frujuelle).

AI - 2735/89.6 - TRT 10a. Região. Agte: Fundação Zoobotânica do Distrito Federal. (Dr. José Carlos Alves de Oliveira). Agdo: Josimar Pinheiro de Oliveira. (Dr. Sílvio Cirilo).

AI - 2745/89.9 - TRT 10a. Região. Agte: Aurora Serviços Sociedade Civil. (Dra. Tereza Safe Carneiro). Agda: Ormezina Rodrigues de Jesus.

AI - 2753/89.8 - TRT 10a. Região. Agte: Bco. Bamerindus do Brasil S/A. (Dr. Robinson N. Filho). Agdo: Celso Ferreira. (Dr. Dimas F. Lopes).

AI - 2754/89.5 - TRT 10a. Região. Agte: Celso Ferreira. (Dr. Antonio Leonel de A. Campos). Agdo: Banco Bamerindus do Brasil S/A. (Dra. Cristiana R. Gontijo).

AI - 2771/89.9 - TRT 1a. Região. Agte: Lufer Produtos Frigoríficos Ltda. (Dr. Francisco José Medina Maia). Agda: Tereza Cristina Gusmão Cáceres. (Dr. Canby C. de Athayde).

AI - 2780/89.5 - TRT 1a. Região. Agte: E.S. Data Organização e Processamento de Dados S/A. (Dr. Júlio Goulart Tibau). Agda: Maria Terezinha Amorim Gomes. (Dr. Serafim Gomes Ribeiro).

AI - 2789/89.1 - TRT 1a. Região. Agte: Telecomunicações do Rio de Janeiro S. A. - TELERJ. (Dr. Humberto Ferreira). Agdo: Cláudio Neves Oliva. (Dr. Davi Brito Goulart).

AI - 2803/89.7 - TRT 4a. Região. Agte: Banco Bamerindus S. A. (Dra. Rosane S.L. Barros). Agda: Nair Terezinha Duarte. (Dr. Reni M. Dotto).

AI - 2823/89.3 - TRT 4a. Região. Agte: Tropical Transportes S.A. (Dr. João M. P. A. Ce tita). Agdo: José Francelício Cruz.

AI - 2847/89.9 - TRT 2a. Região. Agte: Macchi Engenharia Giomédica Ltda. (Dr. Ricardo G. C. e Silva). Agda: Rita de Cassia Aparecida Eustáquio.

RELATOR EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ - ALCY NOGUEIRA

AI - 2578/89.0 - TRT 2a. Região. Agte: Roupas "AB" S.A. (Dr. Ricardo Gelly de Castro e Silva). Agda: Márcia da Rocha Lacerda. (Dr. Agenor Barreto Parente).

AI - 2580/89.5 - TRT 2a. Região. Agte: Banco Real de Investimento S. A. (Dra. Celene Gó dinho Teixeira). Agda: Margareth Rose Gomes Teixeira Costa Menezes.

AI - 2590/89.8 - TRT 2a. Região. Agte: Helix Instrumentos Ltda. (Dr. Carlos G. Lerma). Agdo: Jurandir Rosa Lima. (Dr. José C. da Silva Arouca).

AI - 2591/89.5 - TRT 2a. Região. Agte: Banco Noroeste S. A. (Dra. Maristela F. Maranhão). Agda: Neusa Maria Teixeira. (Dr. João J. Sady).

AI - 2595/89.5 - TRT 2ª Região. Agte: Bicicletas Monark S.A. (Dr. José U. Peluso). Agdo: Francisco Canotilho. (Dr. Luiz R. Tácito).

AI - 2596/89.2 - TRT 2ª Região. Agte: Jeconias Mariano da Silva. (Dr. José Vanderlei Kemp). Agda: Companhia Paulista de Alimentação - DUCHEN. (Dr. J. Granadeiro Guimarães).

AI - 2599/89.4 - TRT 2ª Região. Agte: Escola de Ensino Supletivo "Santa Inês" S. A. (Dr. Pedro Ernesto Arruda Proto). Agdo: Antonio Aparecido Mondragon. (Dr. José Carlo Scarpa).

AI - 2607/89.6 - TRT 2ª Região. Agte: Maurício Fernandes. (Dr. Gerson Lacerda Pistori). Agdos: Banco de Crédito Nacional S. A. e Outra. (Drª Ismênia Diniz da Costa).

AI - 2609/89.1 - TRT 2ª Região. Agte: João Barbosa Araújo Filho. (Dr. Renato Rua de Almeida). Agdo: Banco Mercantil de São Paulo S.A.

AI - 2611/89.5 - TRT 2ª Região. Agte: Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEF (Dr. Laureano de Andrade Florido). Agdo: João Claro. (Dr. Antonio M. Rodrigues).

AI - 2613/89.0 - TRT 2ª Região. Agte: Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTCC. (Dr. Sérgio Lourente Martin). Agdo: Espólio de Helly Nascimento. (Dr. Agenor Barreto Parente).

AI - 2616/89.2 - TRT 2ª Região. Agte: Azaria Pereira Amadeu. (Dr. Hiroshi Hirakawa). Agda: Casa da Banha Comércio e Indústria S.A. (Dr. Armino Baptista Machado).

AI - 2621/89.8 - TRT 2ª Região. Agte: Metalúrgica Carto Ltda. (Dr. Antonio Fernando Abraão). Agdo: Benedito Stanizze. (Dr. Antonio Carlos Rocha).

AI - 2623/89.3 - TRT 2ª Região. Agte: Ford Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento. (Dr. Márcio Yoshida). Agdo: Ailton Monteiro.

AI - 2625/89.8 - TRT 2ª Região. Agte: Companhia Municipal de Transportes Coletivos - CMTCC. (Drª Olga Mari de Marco). Agdo: João Patrício da Silva. (Dr. Omi Arruda Figueiredo Júnior).

AI - 2627/89.2 - TRT 2ª Região. Agte: Servix Engenharia S.A. (Dr. Cláudio Antonio Gaeta). Agdo: Jair Pessine. (Dr. Nivaldo Pessine).

AI - 2629/89.7 - TRT 2ª Região. Agte: Rede Ferroviária Federal S.A. (Drª Ana Maria G. R. de Carmelini). Agdos: Benedito da Silva Campos e Outro. (Dr. Nelson Câmara).

AI - 2696/89.7 - TRT 2ª Região. Agte: Maria Esther dos Santos Paixão. (Drª Maria Joaquina Siqueira). Agda: Droga Glicênio Ltda.

AI - 2697/89.4 - TRT 2ª Região. Agte: Daniel Fomin. (Dr. Gerson Lacerda Pistori). Agdo: Banco Brasileiro de Descontos S.A. - BRADESCO. (Drª Aparecida de Fátima Silva).

AI - 2708/89.8 - TRT 2ª Região. Agte: Luiz de Oliveira Silva. (Drª Maria Aparecida Ferracín). Agdo: Condomínio Shopping Center Iguatemi. (Dr. Donato Bouças Júnior).

AI - 2798/89.7 - TRT 2ª Região. Agte: Sandra Menezes da Silva. (Dr. Ulisses Riedel de Resende). Agda: Cimetal Circuitos Impressos Metal Ltda.

AI - 2828/89.0 - TRT 2ª Região. Agte: Raimunda Isabel de Sousa Perlin. (Dr. Antonio Rosetta). Agdo: METALFRIO S.A. - Indústria e Comércio de Refrigeração.

AI - 2833/89.6 - TRT 2ª Região. Agte: UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S.A. (Dr. Jose M. C. da Silveira). Agdo: Geraldo Pereira Nogueira Linhares. (Dr. Gil M. Nunes).

AI - 2834/89.4 - TRT 2ª Região. Agte: Indústrias Matarazzo de Embalagens S. A. (Dr. José M. de Castro Bernils). Agdo: Geraldo Cesário Ferreira. (Dr. Paulo Cornacchioni).

AI - 2844/89.7 - TRT 2ª Região. Agte: Cristallo Indústria e Comércio de Confeitos Ltda (Dr. José U. Peluso). Agdo: José Nunes de Souza. (Drª Aida Janho).

Brasília, 25 de abril de 1989

JUHAN CURY AGUIAR
Diretora de Serviço da Secretaria da Turma

TST-AI-1569/88.0

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: BANCO ITAÚ S/A
Advogado : Dr. Benito Ricoy Fentanes Júnior
Agravado : ALEXANDRE SOARES MENEZES
Advogado : Dr. Antônio Mendes de Menezes

3ª Região

D E S P A C H O

O Regional rejeitou a preliminar de nulidade argüida e, no mérito, negou provimento ao recurso ordinário do reclamado.

Inconformado com essa decisão, recorreu de revista o empregador, alegando violação aos arts. 224, § 2º, 794 e 795, da CLT; 343, §§ 1º e 2º, 453, do CPC, dissonância com os Enunciados nºs 74, 166, 204 e 232, do Tribunal Superior do Trabalho, e divergência jurisprudencial.

Denegado seguimento à revista, agrava de instrumento o Banco. Discute-se a não aplicação da pena de confissão ao reclamante e a condenação ao pagamento de horas extras.

Sustenta o reclamado a existência de nulidade, em face da não aplicação da pena de confissão ao autor, ao entendimento de que este fora intimado para prestar depoimento pessoal, não sendo legítimo o adiamento dessa audiência.

O Regional, com base nas provas dos autos, entendeu que "o reclamante não estava intimado para prestar depoimento, com cominação da pena de confissão". Decidiu, também, que o pedido de adiamento foi fundamentado, não tendo resultado prejuízo a qualquer das partes (fls. 34).

Para se chegar a entendimento contrário, seria necessária a reapreciação do conjunto fático-probatório, o que é vedado, nesta fase

No tocante às horas extras, o Regional concluiu que o reclamante, não exercia atividade funcional de confiança, não estando incluído na exceção do § 2º do artigo 224, consolidado (fls. 36).

Neste aspecto, igualmente, a revista esbarra no Enunciado nº 126, pretendendo o Banco, na verdade, resolver matéria fática.

Nos termos do § 5º do art. 896, da CLT, com a nova redação da da pelo art. 12, da Lei nº 7701/88, nego prosseguimento ao agravo, com base no Enunciado nº 126.

Publique-se.

Brasília, 12 de abril de 1989

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Relator

TST-AI-5222/88.9

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PEDRAS ALTAS

Advogado : Dr. Carlos Eduardo Lucarelli

Agravado : SEBASTIÃO ALVES DE OLIVEIRA

2a. Região

D E S P A C H O

O Regional não conheceu do recurso ordinário do reclamado, "por falta de comprovação regular de depósito prévio". Entendeu, ainda, que, mesmo fosse regular "o apelo, impossível aceitar o Sr. Francisco Galati como representante do condomínio ante o óbice da Lei 2757/56".

Dessa decisão recorreu de revista o Condomínio, alegando violação ao art. 843, § 1º, da CLT, e conflito jurisprudencial.

Denegado seguimento à revista (fls. 33), agrava de instrumento o reclamado.

A jurisprudência trazida para confronto não abarca os dois fundamentos em que se apoiou a decisão regional, para não conhecer do recurso ordinário do Condomínio, o que atrai a incidência do Enunciado nº 23, desta Corte.

Por outro lado, quanto à ilegitimidade de representação, a matéria é interpretativa, não havendo falar-se em ofensa ao art. 843, § 1º, da CLT. Enunciado nº 221.

Nos termos do § 5º do art. 896, da CLT, com a nova redação dada pelo art. 12, da Lei nº 7701/88, nego prosseguimento ao agravo, com base nos Enunciados nºs 23 e 221, do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.

Brasília, 13 de abril de 1989

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Relator

TST-AI-5895/88.4

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: JANUÁRIO FRANCISCO DE OLIVEIRA

Advogado : Dr. Luiz Roberto Tácito

Agravada : ASSOCIAÇÃO MATERNIDADE DE SÃO PAULO

Advogado : Dr. Sérgio Rubens Maragliano

2a. Região

D E S P A C H O

O Regional deu provimento parcial ao recurso ordinário da reclamada, julgando improcedente o pedido de rescisão indireta do contrato de trabalho.

Não se conformando com essa decisão, recorreu de revista o reclamante, alegando violação aos arts. 59, parágrafo único, 145, 483, alínea "a" e § 3º, da CLT, e 1º, da Lei nº 4749/65, divergência com o Enunciado nº 13 e conflito de julgados.

Denegado seguimento à revista, agrava de instrumento o empregado.

Pleiteou o reclamante rescisão indireta do contrato de trabalho, sob o fundamento de que a reclamada vem descumprindo suas obrigações contratuais, com constantes atrasos nos pagamentos de salários, férias e 13º salário.

Entendeu o Regional que, "em que pesem os atrasos nos pagamentos, independentemente da vontade da recorrente, motivados por descumprimento de obrigação de terceiros, as consequências, para o reclamante, não foram tais a ponto de ensejar o rompimento da relação contratual, sem a permanência no emprego" (fls. 64), e atento "ao alcance social contido no Decreto-lei nº 368/68", entendeu ser este "de incidência pacífica na espécie" (fls. 65).

Incorre violação à lei. A matéria é de cunho interpretativo. Enunciado nº 221.

A hipótese dos autos não é a mesma prevista no Enunciado nº 13, do TST, não se prestando, portanto, à caracterização de divergência.

Os arestos trazidos são imprestáveis ao confronto, eis que, além de se originarem de Turmas do TST, são inespecíficos. Enunciado nº 38.

Nos termos do § 5º do art. 896, da CLT, com a nova redação dada pelo art. 12, da Lei nº 7701/88, nego prosseguimento ao agravo, com base nos Enunciados nºs 138 e 221.

Publique-se.

Brasília, 13 de abril de 1989

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Relator

TST-AI-6385/88.2

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE RIO CLARO

Advogado : Dr. José Vanildo Andolpho

Agravada : DALVA APARECIDA TOMAZELLA EDUARDO

Advogada : Drª Vandete Dorante Cagnin Everaldo

15ª Região

D E S P A C H O

O Tribunal Regional deu provimento ao recurso ordinário da reclamante, para, reformando a sentença de origem, julgar procedente a ação e condenar a Irmandade a pagar a gratificação pleiteada.

Inconformada com essa decisão, recorreu de revista a reclamada, arguindo divergência jurisprudencial.

Denegado seguimento à revista (fls. 134), agrava de instrumento a empregadora.

Discute-se a condenação ao pagamento de gratificação, equiva- lente ao valor dos depósitos do FGTS, a funcionária não optante, que teve seu contrato de trabalho extinto por sua própria iniciativa.

Sustenta a empregadora que o pagamento da referida gratifica- ção efetuado a alguns empregados foi esporádico e espontâneo não se constituindo cláusula contratual. Argumenta, ainda, que não está de- monstrada, nos autos, a existência de norma pela qual a reclamada te- nha se obrigado a pagar a todos os seus empregados demissionários não optantes pelo FGTS uma gratificação correspondente ou equivalente aos depósitos fundiários.

O Regional, com base nas provas dos autos, entendeu que:

"A gratificação, ainda que ajustada de forma tácita, o que se veri- fica sempre que é paga de forma regular e por longos anos, e no ca- so em exame tal ocorreu, no período de 1973 a 1981, pelo menos, tem natureza salarial. Por isso mesmo, incorporou-se ao contrato da re- corrente e, conseqüentemente, tornou-se exigível quando de seu des- ligamento do emprego" (fls. 95).

A discussão envolve interpretação de cláusula contratual e exame de aspectos probatórios, o que encontra óbice intransponível nos Enunciados nºs 126 e 208, desta Corte.

Nos termos do § 5º do art. 896, da CLT, com a nova redação da da pelo art. 12, da Lei nº 7701/88, nego prosseguimento ao agravo, com base nos Enunciados nºs 126 e 208.

Publique-se.

Brasília, 18 de abril de 1989

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Relator

TST-AI-8026/88.9

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: BANCO NACIONAL S/A
Advogado : Dr. Aluísio Xavier de Albuquerque
Agravado : MANOEL MONTEIRO DIAS FILHO
Advogado : Dr. Eduardo Corrêa de Almeida

1a. Região

D E S P A C H O

O Regional não conheceu do agravo de petição do Banco, por deserto, assentando que:

"As custas e atos do Contador de fls. 196 verso não foram pagos, restando impossibilitado o conhecimento do presente agravo, por de- serto e por não garantida integralmente a execução, de acordo com o artigo 883 da C.L.T." (fls. 34).

Na revista, procurou-se elucidar a deserção, ao argumento de que os autos não foram sequer examinados, uma vez que as custas de exe- cução foram pagas no dia 18.11.87 e comprovadas no dia 19.11.87, den- tro do prazo de 48 horas, determinado pela notificação de fls. 254. No mérito, alegou-se vulnerados os §§ 3º, 9º e 15 do art. 153 da Consti- tuição Federal de 1967, alterada pela Emenda nº 01/69.

Contra decisão proferida em agravo de petição, somente se ad- mite recurso de revista quando demonstrada, inequivocamente, violação direta à Constituição Federal. Enunciado nº 266, da Súmula do TST.

O Banco, na revista, sequer tentou demonstrar tenha a decisão regional, ao não conhecer do agravo de petição, por deserto, ofendido preceito da Carta Magna.

É verdade que o fez com relação ao mérito, não enfrentado, po- rém, pelo Tribunal a quo, sendo, destarte, impossível a sua apreciação, em face do não prequestionamento.

A teor do disposto no § 5º do art. 896, da CLT, com a redação dada pelo art. 12, da Lei 7701/88, nego seguimento ao agravo, com base no Enunciado nº 266.

Publique-se.

Brasília, 13 de abril de 1989.

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Relator

AI - 0551/89.9 -

15ª Região

Agravante - FEPASA - FERROVIA PAULISTA S/A
Advogada - Dra. Edna Mara da Silva
Agravado - JOÃO BATISTA QUADROS
Advogado - Dr. Sérgio Mendes Valim

D E S P A C H O

Agrava de instrumento a empresa reclamada, contra o despacho de fls. 20, que denegou seguimento ao seu Recurso de Revista, ao enten- dimento de que:

"Recorre de Revista a reclamada, alegando divergência jurisp- ru- dencial e violação do artigo 482, letra "e" da CLT.

A recorrente, em suas razões, limita-se a reforçar a tese de que a desídia do reclamante ficou caracterizada. Ora o venerando acór- dão regional não abordou tal tema. Não há a possibilidade de confronto."

Devidamente instrumentado, tempestivo e preparado, mereceu con- trariedade às fls. 09/10.

Entretanto, o recurso não merece prosperar, por suscitar discus- são em torno da caracterização ou não da desídia, o que ensejaria o revolvimento de fatos e provas, que é vedado nesta instância recur- sal.

Logo, com fulcro no Enunciado nº 126 da Súmula do TST e valendo- me da faculdade que confere o § 5º, do art. 896 da CLT, em sua re- dação atual, denego seguimento ao presente recurso.
Publique-se com efeitos intimatórios.
Brasília, 21 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

AI-0570/89.8

6ª Região

Agravante: ROSA MARIS TAVARES DA SILVA
Advogado : Dr. Paulo Azevedo
Agravada : ESCOLA PANTERA COR DE ROSA

D E S P A C H O

Agrava de instrumento a reclamante, contra o despacho de fls. 23, que denegou seguimento ao recurso de revista interposto.

Devidamente instrumentado, tempestivo e preparado, não mereceu con- trariedade.

Sustenta a autora, em seu Recurso de Revista, serem devidos, pela reclamada, os honorários advocatícios em favor do Sindicato assisten- te, face o que dispõe a Lei nº 5.584/70. Ocorre que, como bem salien- tou o despacho denegatório, em suas razões recursais a recorrente ale- ga violação, sem, contudo, indicar expressamente qual o dispositivo da Lei nº 5.584/70 teria sido vulnerado.

Logo, por não restarem demonstrados os pressupostos de admissibilida- de, denego seguimento ao presente recurso, com fulcro no Enunciado nº 42 da Súmula desta Colenda Corte, face o que dispõe o § 5º, do artigo 896 da CLT, em sua redação atual.

Publique-se.

Brasília, 24 de abril de 1989.

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

AI-0638/89.9

8ª Região

Agravante: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA
Advogada : Dra. Selma Elizabete de Lacerda Mira
Agravada : CONCEIÇÃO DE JESUS DE SOUZA RODRIGUES

D E S P A C H O

Irresignada com o despacho que denegou seguimento ao seu Recurso de Revista, agravou de instrumento a empresa, pretendendo a remoção do óbice que recaiu sobre seu apelo revisional.

Devidamente instrumentado, tempestivo e preparado, não mereceu con- trariedade.

Insurge-se a recorrente contra o venerando acórdão regional que con- firmou a extinção do processo de reconvenção sem julgamento do mérito, bem como contra a reintegração do recorrido, arguindo violação ao art. 318 do CPC.

Entretanto, o apelo não merece prosperar, pois entendo que possuía, o reclamante, estabilidade provisória, e havendo sido deferida a rein- tegração, a reconvenção somente poderia ter sido extinta, como o foi, sem julgamento de mérito, porquanto perdera o objeto, uma vez que re- queria a homologação da dispensa do reclamante.

Quanto aos arestos tidos como paradigmas, estes são inservíveis pa- ra a demonstração de conflito de teses, ou por serem oriundos de Tur- ma deste Tribunal, ou por não condizerem com a realidade fática dos autos.

Logo, por não restarem demonstrados os pressupostos de admissibi- lidade, denego seguimento ao presente recurso, com fulcro nos Enuncia- dos nºs 221 e 23 da Súmula do TST, valendo-me da faculdade que confe- re o § 5º, do art. 896 da CLT, em sua redação atual.

Publique-se com efeitos intimatórios.

Brasília, 24 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

AI-0744/89.8

15ª Região

Agravante: FEPASA - FERROVIA PAULISTA S/A
Advogada : Dra. Edna Mara da Silva
Agravado : JACINTO GALDINO
Advogado : Dr. Sérgio Mendes Valim

D E S P A C H O

Irresignada com o despacho denegatório de seu Recurso de Revista às fls. 125, agravou de instrumento a empresa-reclamada, pretendendo a remoção do óbice que recaiu sobre seu apelo revisional.

Devidamente instrumentado, tempestivo e preparado, subiram os au- tos a esta Colenda Corte.

Sustenta, a ora recorrente, violação ao art. 461, § 1º, da CLT, por haver sido concedida equiparação salarial a empregado com cargo igual, mas função diferente ao daquele apontado como paradigma.

Entretanto, a efetiva atividade do trabalhador não pertence à tese de direito, mas a aspecto fático-probatório, já devidamente esclareci- do e apreciado pelo acórdão revisando, o que impossibilita, nesta fa- se recursal, o revolvimento de fatos e provas, para novo enquadramen- to jurídico.

Logo, com supedâneo no Enunciado nº 126 da Súmula desta Corte, de- nego seguimento ao presente recurso, face o que dispõe o § 5º, do art. 896 da CLT, em sua redação atual.

Publique-se com efeitos intimatórios.

Brasília, 24 de abril de 1989.

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

AI-0941/89.6

6ª Região

Agravante: BANCO DO PROGRESSO S/A
Advogado : Dr. Airton Rodrigues Chaves
Agravado : MOZART DE MELO ALVES
Advogado : Dr. José Rocha Mendes

D E S P A C H O

Inconformado com o indeferimento de seu recurso de revista, o Ban- co do Progresso S/A interpôs agravo de instrumento, alegando, em suas

razões de apelo, com fundamento no Enunciado nº 205 da Súmula da Corte, que não é sucessor do Banco Auxiliar, e mais, por não ter sido parte no feito como reclamado, não pode responder pela execução.

Em que pese as ponderações do agravante, o acórdão revisando entendeu comprovada a sucessão.

Logo, evidenciando-se a inespecificidade do Enunciado 205, exurge a faticidade da controvérsia e a inadequação da revista, que o agravo objetiva processar, aos pressupostos recursais, consoante o entendimento cristalizado nos verbetes nºs 210 e 266 da Súmula do TST.

Ante o exposto, denego prosseguimento ao presente recurso, com su pedâneo no parágrafo 5º, do art. 896 da CLT, em sua atual redação.

Publique-se.
Brasília, 18 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

TST-AI-1373/89.6

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: MORITA S/A - COMERCIAL E IMPORTADORA
Advogado: Dr. Roberto Mehanna Khamis
Agravada: MARILENE FLORIANO MOTA
Advogada: Dra. Maria Joaquina Siqueira

2a. Região

D E S P A C H O

A empresa, inconformada com a decisão regional que entendeu devida à reclamante, gestante, na forma do disposto no Enunciado nº 244, da Súmula do TST, as verbas correspondentes ao período de estabilidade de, prevista em convenção coletiva, interpôs recurso de revista.

Denegado-lhe seguimento, agrava de instrumento a empregadora. A reclamante, contraminuta, argüi, preliminarmente, a intempestividade do agravo.

Efetivamente, observa-se que o despacho agravado foi publicado no Diário Oficial de 25/08/88 (quinta-feira), conforme lançado na certidão de fls. 24, expirando o prazo recursal em 02/09/88 (sexta-feira). O agravo somente foi interposto em 05/09/88, extemporaneamente, portanto.

Assim, a teor do § 5º do artigo 896, da CLT, com a nova redação dada pelo art. 12, da Lei nº 7.701/88, nego-lhe seguimento, por intempestivo..

Publique-se.
Brasília, 18 de abril de 1989.

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Relator

AI-1377/89.6

2ª Região

Agravante: INDÚSTRIA INAJÁ - ARTEFATOS, COPOS, EMBALAGENS DE PAPEL LTDA
Advogado: Dr. Flávio Poyares Baptista
Agravado: WILSON DE SOUZA MACIEL FILHO
Advogado: Dr. José Augusto Marques Neto
D E S P A C H O

Irresignado com o trancamento do recurso de revista interposto, a demandada agravou de instrumento contra o despacho de fls. 37.

Devidamente instrumentado, tempestivo e preparado, não mereceu contrariedade.

Não obstante as razões de agravo, o recurso encontra-se deserto posto que a guia de fls. 42 dos presentes autos não incluiu os emolumentos do agravo referentes às despesas de xerocópias que importaram em Cz\$667,00 (seiscentos e sessenta e sete cruzados), conforme cálculo de fls. 39.

Ainda que assim não fosse, a revista da empresa suscita discussão em torno da existência ou não do vínculo empregatício do autor, sendo matéria tipicamente fático-probatória e, como tal, tem sua discussão encerrada na instância ordinária.

Ex positis, denego seguimento ao presente recurso, com fulcro no Enunciado nº 126 da Súmula desta Colenda Corte, valendo-me da faculdade de que confere o § 5º do art. 896 da CLT, em sua redação atual.

Publique-se com efeitos intimatórios.
Brasília, 21 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

AI - 1383/89.0 -

2ª Região

Agravante - COMPANHIA PAULISTA DE CONSTRUÇÃO E EMPREENDIMENTOS
Advogado - Dr. Ricardo Gelly de Castro e Silva
Agravado - JOSÉ ANÍZIO DE SOUZA
D E S P A C H O

Irresignada com o despacho denegatório de seu recurso de revista, agravou de instrumento a reclamada, pretendendo a remoção do óbice que recaiu sobre seu apelo revisional.

Devidamente instrumentado, tempestivo e preparado, não mereceu contrariedade, subindo a esta Colenda Corte.

Não obstante as razões de agravo, o recurso não merece prosperar vez que inexistente as alegadas violações aos arts. 832 da CLT e 458 do CPC, relativamente à nulidade do acórdão revisando, porque o fato de remeter à execução o cálculo do débito não agride ao disposto nos arts. 461 do CPC.

Logo, por não restarem demonstradas as supostas violações legais e com fulcro no Enunciado nº 221 do TST, denego seguimento ao recurso, face o que dispõe o § 5º, do art. 896 da CLT, em sua redação atual.

Publique-se com efeitos intimatórios.
Brasília, 21 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

AI-1402/89.2

2ª Região

Agravante: JOSÉ SILVESTRE DE FREITAS JACQUES FENES
Advogado: Dr. Agenor Barreto Parente
Agravado: COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS - CMT
Advogada: Dra. Maria Antonietta Mascaro
D E S P A C H O

Irresignado com o trancamento do recurso de revista interposto, agrava de instrumento o autor, contra o despacho denegatório de fls. 31.

Não obstante às razões de agravo, o recurso encontra-se deserto, posto que a guia de fls. 38 dos presentes autos não incluiu os emolumentos do agravo referentes às despesas de xerocópias que importaram em Cz\$437,00 (quatrocentos e trinta e sete cruzados), conforme cálculo de fls. 33.

Ainda que assim não fosse, razão não assiste ao agravante vez que inexistiram as alegadas ofensas aos arts. 468 e 469 da CLT, pois a veneranda decisão regional conferiu-lhe a adequada interpretação, enquadrando os fatos ao direito.

Por outro lado, a suposta divergência pretoriana com os arestos correlacionados também não restou caracterizada, posto que inespecíficos à hipótese vertente.

Ante o exposto, presente os Enunciados nºs 221 e 23 da Súmula do TST, denego prosseguimento ao agravo, com fulcro no § 5º, do art. 896 da CLT, em sua redação atual.

Publique-se.
Brasília, 21 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

PROC. Nº TST-AI-1417/89.2

10ª. Região

Agravante: CDL-ENGENHARIA DE MONTAGENS LTDA
Advogado: DR. JOSÉ RIVA PEREIRA (fls. 14).
Agravado: ANTONIO IVON TEIXEIRA DA SILVA
Advogado: DR. HIDEKI ITO (fls. 11).

D E S P A C H O

Do exame dos autos, verifica-se que o instrumento de mandato de fls. 14 consigna prazo de validade de há muito vencido, quando da interposição do agravo, não conferindo ao subscritor da minuta poderes para procurar em juízo, pois extinto aquele mandato segundo a previsão do art. 1316, inciso IV, do Código Civil. Vale dizer, ainda, que o Excelso Pretório tem decidido, reiteradamente, que cabe ao Agravante o dever de vigilância com respeito à exatidão do traslado.

Logo, com suporte no art. 896, § 5º, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 7701/88, nego prosseguimento ao agravo, com base nos Enunciados nºs 164 e 272.

Publique-se.

Brasília, 19 de abril de 1989

MINISTRO AURÉLIO M. DE OLIVEIRA
Relator

TST-AI-1451/89.1

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: CONSTRUTORA BRASÍLIA LTDA
Advogado: Dr. Alberto de Paula Machado
Agravado: PEDRO ANTÔNIO DA SILVA
Advogado: Dr. Ignácio Minoru Maruno

9ª Região

D E S P A C H O

Agrava de instrumento a empresa contra o despacho de fls. 32, que denegou seguimento à sua revista ao seguinte fundamento.

"O Enunciado nº 240 do TST deve ser aplicado com a ressalva expressa contida no Enunciado nº 164 do TST, versando ambos acerca da representação das partes em juízo por mandatários munidos de mandato".

O Tribunal a quo rejeitou a preliminar de irregularidade de representação, argüida pela empresa, ao fundamento de que, não obstante a procuração outorgada ao advogado do autor não se encontrar com firma reconhecida, a configuração do mandato tácito supre essa irregularidade.

Na revista, a reclamada alega contrariado o Enunciado nº 270, da Súmula do Tribunal Superior do Trabalho. Sustenta que, na hipótese de mandato expresso irregular, não há falar-se em mandato tácito, diante do entendimento consagrado no texto do Verbo mencionado.

A decisão regional está em consonância com o disposto no Enunciado nº 164, desta Corte, não havendo falar-se em conflito com o Enunciado nº 270.

Em face do disposto no § 5º do art. 896, da CLT, com a redação dada pelo art. 12, da Lei 7701/88, denego seguimento ao agravo, com base no Enunciado nº 164.

Publique-se.
Brasília, 11 de abril de 1989

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Relator

PROC. Nº TST-AI-1469/89.2

5ª. Região

Agravante: INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA SCHERING S/A
Advogado: DR. NILSON TOSTA DE ARAÚJO (fls. 29)
Agravado: JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO
Advogado: DR. ARY DA S. MOREIRA (fls. 20)

DESPACHO

A ora Agravante foi intimada para a feitura do preparo em 13/01/89 - 6ª feira (fls. 56), entretanto, somente em 18/01/89 - 4ª feira, efetuou o respectivo pagamento (fls. 58), portanto, a destempo, a teor do § 5º do art. 789 da CLT, que determina o prazo de 48 horas para o preparo do Agravamento de Instrumento.

Logo, com suporte no art. 896, § 5º, in fine, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 7701/88, nego prosseguimento ao agravo. Publique-se.

Brasília, 19 de abril de 1989

MINISTRO AURÉLIO M. DE OLIVEIRA
Relator

PROC. Nº. TST-AI-1480/89.0

2ª. Região

Agravante: ILADY MARTINS PEREIRA
Advogado: DR. JOSÉ ROBERTO REIS DE OLIVEIRA (fls. 13)
Agravado: PEDRO JOSÉ DA CRUZ
Advogado: DR. JOÃO SORBELLO (fls. 09).

DESPACHO

A ora Agravante foi intimada para a feitura do preparo, na forma constante de fls. 24, deixando, entretanto, transcorrer in albis o prazo para o respectivo pagamento (fls. 25), descumprindo, com isso, o disposto no art. 789, § 5º, da CLT.

Logo, com suporte no art. 896, § 5º, in fine, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 7701/88, nego prosseguimento ao agravo. Publique-se.

Brasília, 19 de abril de 1989

MINISTRO AURÉLIO M. DE OLIVEIRA
Relator

PROC. Nº. TST-AI-1501/89.0

1ª. Região

Agravante: TRANSENGE-TRANSPORTE, ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
Advogado: DR. ORLANDO SILVA ARAÚJO (fls. 32).
Agravado: LUIZ CARLOS DA FONSECA GONÇALVES
Advogado: DR. JOSÉ CARLOS O. DA SILVA (fls. 39).

DESPACHO

A ora Agravante foi intimada para a feitura do preparo, na forma constante de fls. 41, deixando, entretanto, transcorrer in albis o prazo para o respectivo pagamento (fls. 41 verso), descumprindo, com isso, o disposto no art. 789, § 5º, da CLT.

Logo, com suporte no art. 896, § 5º, in fine, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 7701/88, nego prosseguimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 19 de abril de 1989

MINISTRO AURÉLIO M. DE OLIVEIRA
Relator

TST-AI-1505/89.9

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: WALDEMAR HENRIQUE MENDES
Advogado: Dr. Gustavo Tadeu Alkmin
Agravada: CASA SÃO FERNANDO LTDA.
Advogada: Dra. Maria das Neves Santo
1ª. Região

DESPACHO

Rebela-se o reclamante, na revista, contra a decisão regional que não lhe reconheceu direito a receber os créditos relativos aos processos nºs 1073/84 - 34a. JCJ/RJ e 2250/82- 3a. JCJ/RJ, porquanto não restou comprovada a alegação de que a reclamada não estaria cumprindo o decidido nos referidos feitos.

Preliminarmente, verifica-se que o presente apelo é inexistente, eis que irregular a representação.

O subscritor do agravo de instrumento, Dr. Gustavo Tadeu Alkmin (fls. 2/4), não tem, nos autos, poderes para representar o agravante. Observa-se que, na procuração de fls. 8, não consta o seu nome, não se verificando, tampouco, documento de substabelecimento que o habilite a procurar em nome do reclamante.

Saliente-se, por oportuno, que o autor foi assistido em audiência pelo Dr. Rogério Vieira de Carvalho; afastada, por conseguinte, a possibilidade da existência de mandato tácito.

Destarte, irregular a representação processual, o agravo esbarra no Enunciado nº 164, da Súmula desta Corte.

Assim, a teor do § 5º do artigo 896, da CLT, com a redação dada pelo art. 12, da Lei nº 7.701/88, nego-lhe seguimento, com base no Enunciado nº 164, da Súmula do TST.

Publique-se.

Brasília, 13 de abril de 1989

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Relator

TST-AI-1525/89.5

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: JOSÉ CARLOS MONTEIRO
Advogado: Dr. Fernando Tadeu T. Anuda
Agravada: MINAS GÁS S/A - DISTRIBUIDORA DE GÁS COMBUSTÍVEL
1ª. Região

DESPACHO

Recorreu de revista o reclamante contra a decisão regional, assim ementada:

"JUSTA CAUSA. Devidamente comprovada a justa causa para rescisão contratual, não há como modificar o decisum, o qual deve ser mantido, posto que foi dada perfeita adequação da prova ao direito aplicado" (fls. 12).

Denegado seguimento à revista (fls. 21), agrava de instrumento o autor.

Preliminarmente, observa-se que o recurso está deserto, por que inobservado o disposto no § 5º do art. 789, da CLT.

Intimado, através de notificação do Regional, expedida em 24/11/88 (quinta-feira), o reclamante não procedeu ao pagamento do preparo, conforme certidão de fls. 25 e 25v.

Ainda que assim não fosse, a conclusão regional, no sentido de que restou caracterizada justa causa para a despedida, teve por base a prova produzida nos autos, o que, de qualquer forma, inviabilizaria o processamento da revista, ante o que dispõe o Enunciado nº 126, da Súmula desta Corte.

Assim, nos termos do § 5º do artigo 896, da CLT, com a nova redação dada pelo artigo 12, da Lei nº 7701/88, nego prosseguimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 14 de abril de 1989

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Relator

PROC. Nº TST-AI-1531/89.9

1ª Região

Agravante: GOLDEN GIFT PRESENTES LTDA
Advogado: DR. ARMANDO L. SILVA - fls. 26
Agravada: MARIA SOLANGE DE SOUZA
Advogado: DR. MARCELO E SILVA SANTOS - fls. 50

DESPACHO

A ora Agravante foi intimada para a feitura do preparo em 19/12/88 - 2ª feira (fls. 55), entretanto, somente em 10/1/89 - 3ª feira, efetuou o respectivo pagamento (fls. 57), portanto, a destempo, a teor do § 5º do art. 789 da CLT, que determina o prazo de 48 horas para o preparo do Agravamento de Instrumento.

Não há como se argumentar com eventual suspensão do prazo, em face dos dias feriados compreendidos entre 20/12 e 6/1, relativos ao recesso forense, uma vez que a parte é responsável pelas custas e emolumentos, devendo adquirir, no comércio local, a guia DARF e providenciar o seu preenchimento e pagamento no Banco arrecadador, conforme Resolução Administrativa nº 84/85 deste Tribunal, em nada interferindo, pois, o referido recesso no cumprimento do preceito legal alusivo ao recolhimento dos emolumentos.

Logo, com suporte no art. 896, § 5º, in fine, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 7701/88, nego prosseguimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 19 de abril de 1989

MINISTRO AURÉLIO M. DE OLIVEIRA
Relator

TST-AI-1543/89.7

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: MINERAÇÃO MORRO VELHO S/A
Advogado: Dr. Roberto Pessoa
Agravado: GILSON MIRANDA GONÇALVES
Advogado: Dr. Carlos Alberto Oliveira
5ª Região

DESPACHO

O Regional entendeu devidas as horas in itinere, "uma vez presentes todos os requisitos exigidos pelo Enunciado nº 90, editado pelo E.TST..." (fls. 38).

A pretensão da agravante em reexaminar a matéria encontra óbice no Enunciado nº 126, desta Corte, por envolver a discussão de fatos e provas.

Quanto à suposta violação ao artigo 14, da Lei nº 5584/70, observa-se que a matéria, como colocada na revista, não foi apreciada pelo Regional, faltando-lhe o necessário prequestionamento.

Nego prosseguimento ao agravo, nos termos do § 5º do artigo 896, da CLT, com a nova redação dada pelo artigo 12, da Lei nº 7701/88, com base nos Enunciados nºs 126 e 184, da Súmula deste Tribunal.

Publique-se.

Brasília, 11 de abril de 1989

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Relator

PROC. Nº. TST-AI-1594/89.0

15ª Região

Agravante: BANCO AUXILIAR S/A
Advogada: Drª Eliana Covizzi (fls.51)
Agravada: ROSANA PACHECO MEIRELLES ROSA PRECCARO
Advogado: Dr. José Torres das Neves (fls.58)

D E S P A C H O

Do exame dos autos, verifica-se que o ora Agravante foi intimado para a feitura do preparo, no dia 07/12/88 - quarta-feira (fls.62), mas só efetuou o respectivo pagamento em 13/12/88 - terça-feira (fls.64), portanto, a destempepo, descumprindo, com isso, o disposto no § 5º do art.789 da CLT. Logo, com suporte no art.896, § 5º, in fine, da CLT (Lei nº 7701/88), nego prosseguimento ao agravo. Publique-se.

Brasília, 19 de abril de 1989

MINISTRO AURÉLIO M. DE OLIVEIRA
Relator

TST-AI-1656/89.7

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: ABEL VIEIRA DE FARIA
Advogado: Dr. Victor Russomano Júnior
Agravado: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado: Dr. Odilon José Costa Jones
3ª Região

D E S P A C H O

Interpôs o reclamante recurso de revista contra decisão do Tribunal a quo que negou provimento ao seu agravo de petição, ao seguinte fundamento:

"O pleito do agravante, estampado na letra "e" de fls. 03, foi acolhido pelo r. acórdão de fls. 129, mas com a ressalva ou o esclarecimento de que apenas se deferia o registro. Impôs, com isso, ao agravado, mera obrigação de fazer, sem qualquer conteúdo ou consequência de ordem pecuniária.

Ora, se o agravante, no momento oportuno, não se insurgiu contra essa forma de acolhimento de sua pretensão que, pela lógica, era mais ampla e objetiva, a questão ficou jungida à força e aos efeitos da res judicata, imodificável na fase da execução.

Ao dar cumprimento à singela obrigação de fazer, consistente no simples registro da ocorrência do trabalho suplementar habitual, nos assentos do agravante, atendeu o agravado ao comando do r. decisório, nada mais se lhe podendo exigir a esse respeito" (fls. 92/93).

Na revista, alega-se malferido o art. 153, § 3º, da Constituição Federal de 1967, alterada pela Emenda nº 01/69. A matéria, contudo, não foi ventilada na decisão hostilizada, estando preclusa a sua arguição. Enunciado nº 184.

Não há, pois, como se aferir a apontada ofensa, obstando, também, o apelo o Enunciado nº 266.

Assim sendo, nos termos do § 5º do art. 896, da CLT, com a nova redação dada pelo artigo 12, da Lei nº 7701/88, nego seguimento ao agravo, com base nos Enunciados nºs 184 e 266.

Publique-se.
Brasília, 11 de abril de 1989

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Relator

AI - 1676/89.4

Agravante - DURATEX S/A
Advogado - Dr. Marci F. de Deus
Agravado - JOEL BATISTA PEREIRA

2ª Região

D E S P A C H O

Agrava de instrumento a empresa-reclamada contra o despacho de fls. 34 que denegou seguimento ao seu recurso de revista.

Devidamente instrumentado, tempestivo e preparado, não mereceu contrariedade, subindo a esta Colenda Corte, onde me foi distribuído.

Entretanto, o recurso não merece prosperar, eis que deserto. A guia de fls. 39 não incluiu os emolumentos do agravo referentes às despesas de xerocópias que importaram em Cz\$ 644,00 (seiscentos e quarenta e quatro cruzados), conforme cálculo de fls. 36.

Ainda que assim não fosse, improsperável a preliminar de nulidade argüida pela ora agravante, vez que a decisão recorrida está em conformidade com o art. 832 da CLT. Quanto ao mérito, alteração do horário de trabalho do laborista, os arestos que sustentam o pleito ou são originários de Turma deste Tribunal, ou são inespecíficos à realidade evidenciada nos autos.

Logo, diante da falta de enquadramento legal, e com fulcro nos Enunciados nºs 221 e 23 do TST, denego curso ao agravo, face o que dispõe o § 5º do art. 896 da CLT, com a nova redação dada pela Lei nº 7701/88, em seu art. 12.

Publique-se.
Brasília, 21 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

TST-AI-1679/89.6

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: ALFREDO ALVES PEREIRA
Advogado: Dr. Ruy Cesar do Espírito Santo
Agravada: FELLINI-MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA
Advogado: Dr. Léo Costa Ramos

2ª Região

D E S P A C H O

O Regional, ao analisar a matéria, negou provimento ao recurso do reclamante, ao seguinte fundamento:

"Entendo ser aplicável o artigo 79 do Decreto 83.080/79 somente quando existente o contrato de trabalho, ou seja, durante a vigência do pacto laboral, o empregador se responsabiliza pelos salários dos primeiros quinze dias de afastamento, por doença, do seu empregado.

No caso, porém, quando do atestado de fl. 08, datado de 04.04.86, não mais havia entre os litigantes qualquer liame empregatício. Este já havia se encerrado no dia anterior, por extinto o contrato por prazo certo por eles firmado" (fls. 24).

Contra esta decisão, recorre de revista os autos, apontando violação aos artigos 476, da CLT, e 79 do Decreto nº 83.080/79.

A decisão impugnada deu razoável interpretação à lei. Não se consubstancia, assim, a pretensa ofensa aos dispositivos supra-referidos. Incide, in casu, o Enunciado nº 221, desta Corte.

Nos termos do § 5º do artigo 896, da CLT, com a nova redação que lhe foi dada pelo artigo 12, da Lei nº 7.701/88, nego prosseguimento ao agravo, com base no Enunciado nº 221.

Publique-se.
Brasília, 12 de abril de 1989

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Relator

TST - AI - 1753/89.1

Agravante: ALENCAR DE PAULA PORTES
Advogado: Dr. Orlando Rodrigues Sette
Agravada: REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S. A.
Advogado: Dr. Rogério Noronha

"Foi exarado às fls. 60, da Petição de nº 06391/89.6, o seguinte despacho "1. Junte-se. 2. Defiro o pedido, em termos".

Brasília, 18 de abril de 1989

MINISTRO AURÉLIO M. DE OLIVEIRA
Relator

PROC. Nº. TST-AI-1753/89.1

3ª Região

Agravante: ALEMAR DE PAULA PORTES
Advogado: DR. ORLANDO RODRIGUES SETTE (fls. 37).
Agravada: REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A

D E S P A C H O

Trata-se de Agravo de Instrumento contra o Despacho que denegou prosseguimento ao Recurso de Revista do Agravante, em face do Enunciado nº 126 da Súmula.

Ocorre, entretanto, que os ilustres patronos do ora Agravante receberam o subestabelecimento de fls. 37, firmado pelo advogado a quem foi dada a procuração de fls. 21, outorgada pelo Reclamante. Porém, tal instrumento carece do requisito essencial do reconhecimento da firma do Outorgante, revelando, com isso, irregularidade de representação processual.

À vista do exposto e considerando os Enunciados nºs. 164, 270 e 272 da Súmula deste Egrégio Tribunal, bem como o disposto no art. 896, § 5º, da CLT (Lei 7701/88), nego prosseguimento ao Agravo.

Publique-se.

Brasília, 18 de abril de 1989

MINISTRO AURÉLIO M. DE OLIVEIRA
Relator

TST-AI-1781/89.5

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: JUVENAL AFONSO DOS SANTOS
Advogado: Dr. Raimundo Simão de Melo
Agravada: FORD BRASIL S/A
Advogado: Dr. Márcio Yoshida

2ª Região

D E S P A C H O

O Tribunal Regional deu provimento ao recurso ordinário da reclamada, para julgar a ação improcedente.

Não se conformando com essa decisão, recorreu de revista o empregado, apontando violação ao § 1º, do art. 222, do Decreto nº 83.080/79, e à letra "B", da cláusula 22ª, da sentença normativa, e divergência de julgados.

Denegado seguimento à revista (fls. 144), agrava de instrumento o reclamante.

O Regional entendeu inexistir "prova segura de que o reclamante fosse portador de doença profissional que o incapacita. Citasse de exercer a profissão que vinha exercendo, tanto que a exercia normalmente até a data da despedida, sem qualquer objeção ou reclamação" (fls. 137).

Pleiteia o obreiro sua reintegração no emprego, ao argumento de que, sendo portador de doença profissional (surdez), adquirida na constância do contrato de trabalho, encontrava-se abrigado pela garantia de estabilidade no emprego, prevista em cláusula de dissídio coletivo de sua categoria.

Alega que o acórdão regional, ao não considerar surdez profissional como doença do trabalho, violou a lei, e, ao decidir que a estabilidade só pode ser concedida quando a doença incapacita o trabalhador para o exercício da função habitual, ofendeu cláusula da sentença normativa, embasadora do pedido. Afirma, ainda, que a decisão regional não deu o devido valor probante ao laudo pericial, apresentado nos autos.

O que pretende o reclamante, todavia, é o revolvimento de matéria fático-probatória e sua revisão, nesta fase recursal, encontrando óbice no Enunciado nº 126, da Súmula desta Corte. Afastada resta, portanto, a possibilidade de violação à lei ou à cláusula de dissídio coletivo e de dissenso pretoriano.

Nos termos do § 5º do art. 896, da CLT, com a redação dada pelo art. 12, da Lei nº 7701/88, nego prosseguimento ao agravo, com base no Enunciado nº 126.

Publique-se.
Brasília, 18 de abril de 1989

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Relator

AI-1796/89.5

2ª Região

Agravante: **TORMEC FÁBRICA DE PARAFUSOS E PEÇAS TORNEADAS DE PRECISÃO**
 LTDA
 Advogado : Dr. Lourenço João Cardiolli
 Agravado : SEBASTIÃO GOMES DE OLIVEIRA
 Advogado : Dr. Ulisses Riedel de Resende
 D E S P A C H O

Irresignada com o despacho denegatório de seu recurso de revista às fls. 34, agravou de instrumento a reclamada, pretendendo a remoção do óbice que recaiu sobre seu apelo revisional.

Devidamente instrumentado, tempestivo e preparado, subiram os autos a esta Colenda Corte, onde me foram distribuídos.

Ocorre que o recurso não merece prosperar, eis que deserto. A guia de fls. 42 não incluiu os emolumentos do agravo referentes às despesas de xerocópias que importaram em Cz\$ 690,00 (seiscentos e noventa cruzados), conforme cálculo de fls. 39.

Ainda que assim não fosse, conforme bem salientou o despacho denegatório, desfundamentado está o apelo apresentado pela empresa, ora agravante, por não apontar, como lhe incumbia, dispositivo de lei ou de sentença normativa que teria sido infringida pelo acórdão recorrido, nem mesmo aresto conflitante com o entendimento adotado pelo decisório impugnado.

Pelo exposto, diante da falta de enquadramento legal, com supedâneo no Enunciado nº 42, denego seguimento ao presente recurso, valendo-me da faculdade que confere o § 5º, do art. 896 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 7701/88, em seu art. 12.

Publique-se com efeitos intimatórios.
 Brasília, 21 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
 Relator

AI-1849/89.6

2ª Região

Agravante: **SILVANA CALIXTO**
 Advogado : Dr. José Carlos da Silva Arouca
 Agravado : **BRIOSOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALTO FALANTES LTDA**
 Advogado : Dr. Acir Vespóli Leite
 D E S P A C H O

O recurso de revista interposto pela demandante foi denegado com base no Enunciado nº 221 da Súmula do TST, sob o fundamento de que o v. acórdão regional contém interpretação razoável do art. 920 do Código Civil Brasileiro.

Daí o agravo subsequente, alegando a impropriedade do exame da controvérsia à luz do art. 920 do Código Civil, visto que a multa em questão tem fonte trabalhista expressa no art. 613, inciso VIII, da CLT, que aponta como transgredido, e, via de consequência, pressuposto válido ao processamento da revista.

Não obstante as razões de agravo, a revista sustenta a tese de que a multa convencional não prevê limitações, enquanto que o acórdão regional manteve in totum a sentença de origem, limitando-a até o valor do principal, lançando, portanto, a solução da lide no campo probatório, cujo reexame evidencia-se essencial quanto ao teor da cláusula.

Por outro lado, a literalidade do art. 613, inciso III, da CLT, não foi afrontada, visto que o acórdão regional não afirmou a impossibilidade dos acordos e convenções conterem penalidades para o caso de descumprimento pelas partes. Este ateu-se ao campo da interpretação normativa.

Logo, presentes os Enunciados nºs 126 e 221, denego prosseguimento ao agravo, com fulcro no parágrafo 5º, do art. 896 da CLT, em sua atual redação.

Publique-se.
 Brasília, 14 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
 Relator

TST-AI-1896/89.0

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: **EDVALDO MONTEIRO**
 Advogado : Dr. Adionan Arlindo da Rocha Pitta
 Agravado : **BANCO IOCHPE S/A**
 Advogados: Drs. Assad Luiz Thomé e Francisco A. L. R. CUCCHI

2ª Região

D E S P A C H O

Entendeu o Regional inexistir garantia de emprego legal a empregados de bancos e instituições financeiras em regime de liquidação extrajudicial, declarando, ainda, não ter havido alegação, neste sentido, na inicial, que apenas aludiu a compromisso do reclamado com tal garantia, cuja prevalência exigiria prova. E, quanto ao aviso prévio, assim concluiu:

"Acresce notar que ainda se garantido fosse o emprego nada obstaría a dação do pré-aviso no curso da garantia, eis que, por força de lei, o aviso prévio, mesmo indenizado, é parte integrante do contrato" (fls. 24).

O reclamante, ora agravante, argüi, em sua revista, violação aos artigos 487, da CLT e 337, do CPC, e aponta arestos à divergência.

A discussão pretendida é inviável, por força do Enunciado nº 126, da Súmula desta Corte, porquanto o Regional deixou claro que não houve apresentação de prova a embasar a pretensão do reclamante. Por tal razão, impossível o exame das violações legais invocadas e o cotejo jurisprudencial pretendido.

Assim, nos termos do § 5º do artigo 896, da CLT, com a nova redação dada pelo artigo 12, da Lei nº 7701/88, nego seguimento ao agravo, com base no Enunciado nº 126, da Súmula do Tribunal Superior do Trabalho.

Publique-se.
 Brasília, 14 de abril de 1989

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
 Relator

TST-AI-1905/89.0

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: **JOSÉ WANDERLEY DA MOTTA**
 Advogado : Dr. Agenor Barreto Parente
 Agravada : **SÃO PAULO ALPARGATAS S/A**
 Advogado : Dr. Nilton Tadeu Beraldo

2ª Região

D E S P A C H O

O Tribunal Regional negou provimento ao recurso ordinário do reclamante, mantendo a sentença de primeiro grau que julgou improcedente a reclamatória.

Não se conformando com essa decisão recorreu de revista o empregado, alegando violação aos arts. 818, da CLT, 333, do CPC, e conflito de julgados.

Denegado seguimento à revista, agrava de instrumento o reclamante.

Discute-se a existência, ou não, de justa causa, ensejadora da dispensa do empregado.

O Regional, com base nas provas dos autos, entendeu que a "recorrida comprovou robustamente a justa causa alegada para dispensa do recorrente, desincumbindo-se cabalmente do ônus da prova, que era seu (Art. 333, inciso II do CPC)" (fls. 32). Para se chegar a entendimento contrário, necessário seria o reexame de matéria probatória, o que é vedado nesta fase processual, pelo Enunciado nº 126, do Tribunal Superior do Trabalho.

Nos termos do § 5º do art. 896, da CLT, com a nova redação da da pelo art. 12, da Lei nº 7701/88, nego prosseguimento ao agravo, com base no Enunciado nº 126.

Publique-se.
 Brasília, 11 de abril de 1989

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
 Relator

AI - 1913/89.8 -

1ª Região

Agravante - **VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA**
 Advogado - Dr. Luiz Fernando Basto Aragão
 Agravada - **MARIA ELISA FERREIRA DE LIMA**
 Advogado - Dr. Osny G. Tavares
 D E S P A C H O

O Recurso de revista da reclamada teve seu prosseguimento denegado pelo despacho de fls. 27, ao entendimento de que: "A recorrente não comprovou a ofensa legal apontada. Conforme bem salientado no respeitável acórdão regional, a mora em que incorreu a recorrente era, em média, de cinco meses, quando o Decreto-lei 368/68 fala de mora com duração de três meses.

Por outro lado, quem contrariou o art. 459 da CLT, foi a ora recorrente e não o respeitável acórdão recorrido

Por sua vez, as ementas transcritas não se ajustam, especificamente à hipótese, não configurando dissídio jurisprudencial. Nego provimento".

Irresignada, agravou de instrumento, pretendendo a remoção do óbice que recaiu sobre seu apelo revisional.

Ocorre que o presente recurso não merece prosperar, vez que no que tange a violação de lei, este pressuposto não restou configurado, por que conferida razoável interpretação do preceito legal consolidado, bem como do Dec. lei 363/68. Referentemente ao conflito de julgados, os arestos citados como paradigmas não se ajustam aos requisitos exigidos pelo Enunciado nº 23 deste Colendo Tribunal, por faltar-lhes especificidade em relação à realidade fática dos autos.

"Ex positus", denego curso ao presente apelo, face o que dispõe o § 5º do art. 896 da CLT, em sua redação atual.

Publique-se com efeitos intimatórios.
 Brasília, 21 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
 Relator

TST-AI-1927/89.1

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: **COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA - COSIPA**
 Advogado : Dr. Nelson Ranalli
 Agravado : **JOSÉ FERNANDES**
 Advogado : Dr. Décio Marino de Jesus

2a. Região

D E S P A C H O

Pretende a empresa seja reconhecido ato de improbidade que imputou ao reclamante, ensejador da ruptura do pacto laboral.

O Regional negou provimento ao recurso ordinário da reclamada, assentando que, para se aceitar "como configurado esse tipo de falta grave, é necessária a existência de prova inquestionável, o que não é o caso dos autos" (fls. 111).

A Cosipa não apontou, na revista, dispositivo de lei possivelmente vulnerado, nem jurisprudência, visando caracterizar conflito de julgados. Desfundamentada, pois.

Ademais, toda a argumentação visa ao reexame dos fatos e provas, obstado pelo Enunciado nº 126.

Tendo em vista o disposto no § 5º do art. 896, da CLT, com a redação dada pelo art. 12, da Lei 7701/88, nego seguimento ao agravo, com base no Enunciado nº 126.

Publique-se.
 Brasília, 13 de abril de 1989

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
 Relator

TST-AI-1963/89.4

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS
 Advogada: Dr.ª MARIA TERESA MARAGNI SILVEIRA
 Agravado: CÍCERO FERREIRA DA SILVA
 Advogado: Dr. Omi Arruda Figueiredo Júnior

2ª Região

D E S P A C H O

Versa a hipótese complementação de aposentadoria.

O Regional negou provimento ao recurso da reclamada, entendendo que as horas extras integram o salário-base para a complementação de aposentadoria, ao seguinte fundamento.

"O reclamante trabalhava, normalmente, nove (9) horas diárias e isso não contestou a reclamada.

Salários normais são os salários percebidos nos termos do art. 457, § 1º da CLT. A própria reclamada percebendo a extensão do aviso 64, baixou outro aviso, ou seja, o de nº 1167/76 que modificou o aviso 64.

Entretanto, esse aviso não pode ter efeito retroativo e só terá aplicação aos empregados admitidos após 09 de julho de 1976, que não é o caso "sub judice" (fls. 69).

Recorre de revista a empregadora, sustentando que as horas foram suprimidas por força de acordo coletivo, "mas foram as mesmas incorporadas ao salário dos mecânicos, a partir de 01.11.1985" (fls. 74), sendo paga a complementação sobre esse valor. Afirma, mais, que se comprometeu a complementar a aposentadoria do reclamante até o seu salário normal, sem a inclusão de qualquer outro título e que "por ser o Aviso 64 ato unilateral de vontade, há de ser interpretado a teor dos artigos 85 e 1090 do Código Civil, e § 2º do artigo 153 da Constituição Federal" (fls. 75).

A questão do acordo coletivo não foi analisada pelo Regional, nem poderia ter sido, pois veio aos autos somente por ocasião da interposição da revista, implicando em inovação vedada.

Data o citado acordo de 21.11.85, e a decisão recorrida, de 23.08.88. Não tendo sido provado o justo impedimento e não se referindo a fato posterior à decisão, não se justifica a juntada extemporânea. Enunciado nº 8.

A discussão como posta, prende-se em torno de norma regulamentar da empresa, não merecendo prosperar o recurso de revista, a teor do Verbete nº 208, deste Tribunal, o que afasta, desde logo, a violação aos dispositivos legais citados e o dissenso pretoriano.

Nos termos do § 5º do artigo 896, da CLT, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 12, da Lei nº 7701/88, nego prosseguimento ao apelo, com base nos Enunciados nºs 8 e 208.

Publique-se.

Brasília, 18 de abril de 1989

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
 Relator

AI - 2012/89.2 -

1ª Região

Agravante - WILSON DE SOUZA
 Advogada - Dra. Hilma Coelho Van Leuven
 Agravado - VIAÇÃO MADUREIRA CANDELÁRIA LTDA
 Advogado - Dr. David Silva Júnior

D E S P A C H O

Irresignado com o trancamento do Recurso de Revista interposto, o autor agravou de instrumento contra o despacho de fls. 28.

Não obstante as razões de agravo, o recurso não merece prosperar visto que os itens abordados: pedido de horas extras e reflexos destas nos repouso semanais, férias e 13ºs. salários, são matérias eminentemente de provas, inviabilizando o recurso no atual momento processual ex vi do Enunciado nº 126 do TST.

Ante o exposto, e com base no Enunciado nº 126 do TST, e no uso da atribuição que me confere o § 5º, da nova redação do art. 896 da CLT, dada pelo art. 12 da Lei nº 7701/88, denego seguimento ao presente agravo.

Publique-se com efeitos intimatórios.

Brasília, 20 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
 Relator

AI - 2022/89.5 -

1ª Região

Agravante - JOANA MAGDA GARCIA DA SILVA DE ARAÚJO BASTOS
 Advogado - Dr. Nilton Carvalho da Silva
 Agravado - TELECOMUNICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO S/A - TELERJ
 Advogado - Dr. Mariano Palermo

D E S P A C H O

Agrava de instrumento a reclamante contra o despacho de fls. 10, que denegou seguimento ao seu recurso de revista.

Em suas razões de agravo, a reclamante sustenta que as parcelas não recebidas na quitação referentes à rescisão do contrato, têm amparo inclusive na jurisprudência afirmada.

Não obstante as razões de agravo, o recurso encontra-se desfundamentado além de controverter-se à questão no campo fático probatório, considerando-se que o Egrégio Tribunal "a quo" indeferiu as parcelas reclamadas com base na prova dos autos, hipótese do Enunciado nº 126 do TST.

Ante o exposto, com base no Enunciado nº 126 do TST e com fulcro no § 5º, do art. 12 da Lei nº 7701/88, que deu nova redação ao art. 896 consolidado, denego seguimento ao agravo.

Publique-se com efeitos intimatórios.

Brasília, 19 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
 Relator

TST-AI-2035/89.0

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Agravante: BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A
 Advogado: Dr. Ricardo de Paiva Virzi
 Agravado: OSVALDO GOMES DOS SANTOS

1ª. Região

D E S P A C H O

Verifica-se, às fls. 17, que em 19/01/89 foi expedida notificação para que o agravante, no prazo de 48 horas, efetuasse o pagamento do preparo.

A teor do que dispõe o Enunciado nº 16 do TST, presume-se recebida a notificação 48 horas depois de sua regular expedição.

O agravante, todavia, somente efetuou o recolhimento em 25/01/89 (fls. 17), portanto, fora do prazo legal.

Nos termos do § 5º do art. 896, da CLT, com a nova redação da da pelo art. 12, da Lei nº 7701/88, nego prosseguimento ao agravo, por deserto.

Publique-se.

Brasília, 14 de abril de 1989.

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
 Relator

AI - 2052/89.4 -

1ª Região

Agravante - ARIIVALDO ARTUR TOBIAS
 Advogado - Dr. Álvaro Rangel de Carvalho
 Agravado - TRANSBRASIL S/A LINHAS AÉREAS
 Advogado - Dr. Marco Antonio G. Rabello

D E S P A C H O

Irresignada com o trancamento do Recurso de Revista interposto, a Ré agravou de instrumento contra o despacho de fls. 44.

Devidamente instrumentado e tempestivo, não mereceu contrariedade.

Não obstante as razões de agravo, a veneranda decisão "a quo" examinou as provas dos autos referentes à controvérsia concluindo que a presente ação visa o cumprimento de cláusula contida em Norma Coletiva de Trabalho.

E que "se deu realmente uma dispensa normal inclusive até com base em indisciplina que cometeu o empregado".

Consignou, ainda, que "sem vedação de Norma Coletiva e disciplinado, podia ser demitido, como aconteceu dentro da legislação em vigor".

A matéria como se verifica, está calcada no campo fático probatório, insusceptível de reapreciação no atual momento processual, ex vi do Enunciado nº 126 da Súmula da Corte.

Sendo assim, não há como enquadrar o recurso nas alíneas do art. 896 da CLT.

Ante o exposto, e com base no Enunciado nº 126 do TST e no uso da atribuição que me confere o § 5º, da nova redação do art. 896 da CLT, dada pelo art. 12 da Lei nº 7701/88, denego seguimento ao presente agravo de instrumento.

Publique-se com efeitos intimatórios.

Brasília, 19 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
 Relator

AI - 2062/89.8 -

1ª Região

Agravante - JOÃO BEZERRA DE LIMA
 Advogado - Dr. Luiz Antonio Jean Tranjan
 Agravado - O CORSÁRIO BOITE E BALNEÁRIO LTDA

D E S P A C H O

Agrava de instrumento o reclamante contra o despacho de fls. 29, que denegou seguimento ao seu recurso de revista, com o seguinte fundamento:

"O Egrégio Regional consignando que a nulidade da opção é matéria estranha à lide não viola quaisquer dos preceitos legais mencionados, deixando a revista desfundamentada."

Devidamente instrumentado e tempestivo, não merecendo contrariedade.

O presente agravo não merece prosperar porque deserto.

O fato inclusive, acha-se denunciado pela certidão emitida pelo Regional "a quo", afixada no verso da cópia da notificação do preparo (fls. 40).

A notificação para que o agravante efetuasse o preparo foi expedida em 24-01-89 e o prazo para a comprovação do preparo exauriu-se em 30-01-89, e não há nos autos qualquer comprovação do mesmo.

Ante o exposto, e com base no § 5º do art. 789 da CLT, e no uso da faculdade que me confere o § 5º da nova redação do art. 896 da CLT, dada pelo art. 12 da Lei nº 7701/88, denego seguimento ao presente agravo.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 13 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
 Relator

AI-2098/89.1

2ª Região

Agravante: LUIS CARDOSO DE OLIVEIRA FILHO
 Advogado: Dr. Takao Amano
 Agravado: BANCO ITAÚ S/A
 Advogado: Dr. Marci Fernandes de Deus

D E S P A C H O

Insurge-se o reclamante, através do presente agravo de instrumento, contra despacho que indeferiu seu recurso de revista, ao entendimento de que:

"Denego seguimento à revista, porquanto restou demonstrado do que o autor estava enquadrado na exceção prevista no § 2º do artigo 224 da CLT. Trata-se de matéria fática, sendo impossível seu reexame pela Superior Instância, a teor do que dispõe o Enun

ciado 126 do C. Tribunal Superior do Trabalho. Destarte, inadmissível o recurso, face aos termos do art. 896 da CLT." Devidamente instrumentado, tempestivo e preparado (fls. 46), mereceu contrariedade às fls. 6/8.

O ora agravante em sua revista, alega não se tratar da aplicação do art. 224, § 2º da CLT e contrariedade ao Enunciado nº 109 do TST. Acosta arestos que entende divergentes.

Entretanto, o regional assim entendeu:

"Entendo que a função de confiança a que se refere o artigo 224, parágrafo 2º da CLT, se encontra perfeitamente demonstrada neste caso.

A primeira testemunha do reclamante, às fls. 96, confirma que era o autor quem distribuía e conferia os serviços a ela distribuídos.

A primeira testemunha arrolada pelo reclamado, superior do reclamante, esclarece o mesmo fato, dizendo, ainda, que o autor possuía cerca de quatro funcionários sob seu comando.

A aplicação de punições em empresa de grande porte, como o banco reclamado não se dá de modo absoluto, pois os empregados mudam constantemente de local de trabalho e de chefia, sendo o passado funcional dos mesmos apenas de conhecimento da administração de pessoal. Assim, a chefia se caracteriza por recomendação a punições, em hipótese de faltas praticadas pelos empregados e não na aplicação da punição, que compete ao setor de Recursos Humanos. E a segunda testemunha do reclamado confirmou que o reclamante podia sugerir punições.

Caracterizada a confiança, tenho que a reclamação improcede praticamente na sua totalidade."

Portanto, verifica-se que o ora agravante pretende o revolvimento fático-probatório, vedado pelo Enunciado nº 126 do TST.

Diante do exposto e com base no verbete sumular nº 126 desta Corte e usando da faculdade que me confere o art. 12, § 5º, da Lei nº 7.701/88, que deu nova redação ao art. 896 da CLT, denego seguimento ao presente agravo de instrumento.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 13 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

AI-2200/89.4

Agravante: COMPANHIA SIDERÚGICA PAULISTA - COSIPA

Advogado: Dr. Nelson Ranalli

Agravado: SINDICATO DOS EMPREGADOS DESENHISTAS TÉCNICOS, ARTÍSTICOS E INDUSTRIAIS, COPISTAS, PROJETISTAS TÉCNICOS E AUXILIARES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Advogado: Dr. Ronaldo Alvaír dos Santos

D E S P A C H O

Insurge-se a reclamada através do presente agravo de instrumento, contra despacho que indeferiu seu recurso de revista, ao fundamento de que:

"Denego seguimento ao recurso por desfundamentado, eis que não vislumbro entendimento adotado qualquer violação, nem configura a jurisprudência transcrita divergência capaz de justificar o recebimento da revista".

Devidamente instrumentado, tempestivo e preparado (fls. 68), não mereceu contrariedade.

O regional assim consignou em seu acórdão:

"O acordo coletivo firmado diretamente pela ora recorrente não elididos efeitos do Dissídio Coletivo das categorias diferenciadas pelo que, as contribuições postuladas pelo sindicato autor, são devidas, como bem decidiu a decisão de origem".

O ora agravante, em sua revista, alega violação dos arts. 611, § 1º, 545, 462 da CLT, 3º, do CPC, acostando arestos que entende divergentes.

Entretanto, não vislumbro a alegada vulneração ao art. 611, § 1º, da CLT, em sua literalidade, face ao óbice do Enunciado nº 221 do TST.

O aresto colacionado às fls. 59/60, não obedece ao contido no Enunciado nº 38/TST, eis que não indica a data e a fonte de publicação, se é proveniente do Pleno, e nem o nº do processo.

Não vislumbro, também quanto as argüidas ofensas aos arts. 462, 545, da CLT, 3º, do CPC, eis que o regional não se pronunciou quanto aos descontos, atraindo a incidência do recente Enunciado nº 297 do TST, que assim dispõe:

"PREQUESTIONAMENTO - OPORTUNIDADE - CONFIGURAÇÃO

Diz-se prequestionada a matéria quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito. Incumbe à parte interessada interpor Embargos Declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de preclusão".

Diante do exposto e com base nos verbetes sumulares nºs 221 e 296 desta Corte, e no uso das atribuições que me confere o § 5º, da nova redação do art. 896 da CLT, dada pela Lei 7.701/88, em seu artigo 12, denego seguimento ao presente agravo de instrumento.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 21 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

AI-2231/89.1

3ª Região

Agravante: USINA QUEIROZ JÚNIOR S/A - INDÚSTRIA SIDERÚGICA

Advogado: Dr. José Antonio Canaan

Agravado: ANTONIO CASTOR DE ASSIS

Advogada: Dra. Lidelena Alves Fernandes

D E S P A C H O

Insurge-se a reclamada através do presente agravo de instrumento, contra despacho que indeferiu seu recurso de revista, ao entendimento de que: "Versa o apelo pedido de revisão do v. acórdão atacado que, afastando a ocorrência da prescrição, determinou o retorno dos autos à MM. Junta de origem para exame dos demais aspectos de mérito" (fls. 48).

Tem, portanto, aplicação ao caso dos autos a regra consubstanciada no Enunciado nº 214/TST, segundo a qual são irrecorríveis de imediato, na Justiça do Trabalho, as decisões interlocutórias."

Devidamente instrumentado, tempestivo e preparado (fls. 44).

O ora agravante em sua revista, alega aplicabilidade do Enunciado nº 95 e não o de nº 206 do TST. Acosta arestos que entende divergentes.

O regional entendeu inaplicável o Enunciado nº 206/TST e entendeu que "a prescrição de que trata esse Enunciado só tem aplicação quando o pedido do FGTS versa sobre parcelas pagas e já alcançadas pela prescrição bienal". Deu, pois, provimento ao recurso, determinando o retorno dos autos à MM. Junta de origem, para exame dos demais aspectos do mérito, afastada a prescrição.

Portanto, o acórdão ora recorrido prolatou decisão interlocutória, não terminativa do feito, e, conseqüentemente, irrecorrível de imediato.

Incide, pois, o Enunciado nº 214 do TST, que assim dispõe: "DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - IRRECORRIBILIDADE. Salvo quando terminativas do feito na Justiça do Trabalho, as decisões interlocutórias não são recorríveis de imediato, podendo ser impugnadas quando da interposição de recurso contra a decisão definitiva."

Diante do exposto e com base no verbete sumular nº 214 desta Corte e usando da faculdade que me confere o artigo 12, § 5º, da Lei 7701/88, que deu nova redação ao artigo 896 da CLT, denego seguimento ao presente agravo de instrumento.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 24 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

AI-2241/89.4

12ª REGIÃO

Agravante: DIGEBEL - DISTRIBUIDORA GERAL DE BEBIDAS LTDA

Advogado: Mauro Viegas

Agravado: RALF FRANZ

Advogado: José Batista da Silva

D E S P A C H O

Insurge-se a reclamada, através do presente agravo de instrumento, contra despacho que indeferiu seu recurso de revista, ao entendimento de que:

"Este Regional, por unanimidade de votos, ratificando o entendimento esposado pela r. sentença de 1º grau, deferiu ao recorrido, com os trabalhadores, 70% dos feriados ocorridos no período imprescrito, de forma dobrada.

O recorrente insurge-se contra o v. acórdão recorrido, alegando julgamento "ultra petita", em razão de não ter sido pleiteada na inicial a dobra da verba deferida.

Inexiste o prequestionamento da matéria. Pretende o recorrente, em recurso de revista, inovar sua tese, já que no recurso ordinário ela foi de negativa com referência aos trabalhos nos dias feriados." (fls. 37)

Devidamente instrumentado, tempestivo e preparado (fls. 09), não mereceu contrariedade.

O ora agravante em sua revista, alega preliminar de nulidade do v. acórdão regional por julgamento "ultra petita", ao manter a sentença, que condenou a reclamada ao pagamento de 70% dos feriados de forma dobrada e que não foi pleiteada na inicial a referida dobra. Alega violação dos arts. 128 e 460 do CPC.

Entretanto, o regional confirmou a sentença em que a demandada foi condenada a pagar os dias feriados trabalhados, e assim negou que a recorrente tem como norma não trabalhar nos feriados.

Não vislumbro, portanto, as alegadas violações dos arts. 128 e 460, do CPC, eis que não houve o prequestionamento da matéria, no sentido de que não foi pleiteada na inicial o pagamento dos feriados de forma dobrada.

Incide, pois, o Enunciado nº 297/TST recentemente editado, que assim dispõe:

"PREQUESTIONAMENTO - OPORTUNIDADE - CONFIGURAÇÃO

Diz-se prequestionada a matéria quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito. Incumbe à parte interessada interpor Embargos Declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de preclusão". (Enunciado nº 297/TST)

Diante do exposto e com base no verbete sumular nº 297 desta Corte e usando da faculdade que me confere o art. 896, § 5º, da CLT, dada pela Lei nº 7.701/88, em seu art. 12, denego seguimento ao presente agravo de instrumento.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 24 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

AI-2251/89.7

10ª Região

Agravante: LUIZ HENRIQUE GOMES BORGES

Advogado: Dr. João Amílcar Valle

Agravado: BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A

Advogada: Dra. Cristiana Rodrigues Gontijo

D E S P A C H O

Insurge-se o reclamante através do presente agravo de instrumento, contra despacho que indeferiu seu recurso de revista, ao fundamento de que:

"Todavia, ante os termos do acórdão recorrido que nada mais fez do que adequar a condenação ao que efetivamente fora pedido na inicial, pena de não o fazendo "incorrer em julgamento ultra petita", impossível dar-se pela especificidade dos arestos transcritos, bem como em falar-se em violação a dispositivo legal, ante a razoabilidade de interpretação dada a matéria (Enunciado 221 do C. TST)."

Devidamente instrumentado e tempestivo, mereceu contrariedade às fls. 75/76.

Preliminarmente, ainda que devidamente instrumentado e tempestivo, o presente agravo não merece prosperar.

O prazo legal para que o agravante preparasse o seu apelo inicia-se no dia 11/11/88 (quinta-feira) e terminava no dia 12/11/88 (sexta-feira), e o recorrente pagou os emolumentos no dia 14/11/88 (segunda-feira). Assim, preparado fora do prazo determinado pelo art. 789, § 5º, da CLT, o apelo foi atingido pela deserção.

Fica, pois, prejudicado o exame do mérito. Diante do exposto e com base no art. 789, § 5º, da CLT, e usando da faculdade que me confere o art. 12, § 5º, da Lei 7.701/88, que deu nova redação ao art. 896, da CLT, denego seguimento ao agravo de instrumento.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 24 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

AI-2273/89.8

5ª Região

Agravante: LUIZA PEDRA DOS SANTOS
Advogado: Dr. José Roberto de S. Cruz
Agravada: LOJAS IPÊ LTDA
Advogado: Dr. Rubem Nascimento Júnior
D E S P A C H O

O Recurso de Revista da autora teve prosseguimento denegado, sob o seguinte fundamento: "A decisão recorrida é interlocutória e, como tal, não enseja revista, nos termos do Enunciado 214 do Colendo TST. Nego seguimento."

Irresignada, agravou de instrumento pretendendo a remoção do óbice que recaiu sobre seu apelo revisional.

Contra-minutado às fls. 06/07, subiram os autos a esta Colenda Corrente.

Não obstante as razões de agravo, o presente recurso não merece prosperar, eis que deserto. A agravante foi intimada para conferir as peças indicadas à formação do instrumento e da conta de custas e emolumentos através da publicação realizada no Diário da Justiça do dia 27.01.89, sexta-feira, tendo feito recolhimento através do DARF de fls. 40, somente dia 01.02.89, quarta-feira. Desse modo, fora das 48 horas legais, a intempestividade do preparo caracteriza a deserção.

"Ex positis", denego seguimento ao presente apelo, com fulcro no § 5º, do art. 789 da CLT e valendo-me da faculdade que confere o § 5º, do art. 896 da mesma Consolidação, em sua redação atual.

Publique-se com efeitos intimatórios.

Brasília, 24 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

PROC. Nº TST-AI-2302/89.4. 1ª Região
Agravante: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S/A
Advogado: DR. DAVI HENRIQUE PALADINO - fls. 11
Agravada: JOSÉ PEDRO DE AQUINO
Advogado: DR. JOÃO ANTONIO FONSECA VIGA - fls. 24

DESPACHO

Do exame dos autos verifica-se que o instrumento de procuração (fls. 11), que outorga poderes ao subscritor da minuta de agravo, tinha validade de somente até 30/3/88 e o agravo foi protocolizado em 18/11/88, ou seja, quando o aludido mandante não tinha mais poderes para representar a Empresa, pois extinto aquele mandato segundo a previsão do art. 1316, inciso IV, do Código Civil Brasileiro, não havendo, por outro lado, evidência de mandato tácito (apud acta).

Logo, com suporte no art. 896, § 5º, in fine, da CLT (Lei 7.701/88), nego prosseguimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 25 de abril de 1989

MINISTRO AURÉLIO M. DE OLIVEIRA
Relator

PROC. Nº TST-AI-2387/89.6. 7ª Região
Agravante: BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A - BRADESCO
Advogado: Dr. João Bosco de O. Almeida - (fls. 03)
Agravada: ALDEIDES MARIA BARBOSA ARANHA
D E S P A C H O

Do exame dos autos verifica-se que o Dr. João Bosco de O. Almeida, subscritor do Agravo, não possui mandato procuratório, não havendo, por outro lado, evidência de mandato tácito (apud acta), o que o inibe de procurar em Juízo, tornando inexistente o recurso interposto, na forma da orientação jurisprudencial contida nos Enunciados nºs 164 e 272.

Logo, com suporte no art. 896, § 5º, in fine, da CLT (Lei 7.701/88), nego prosseguimento ao agravo, face aos aludidos verbetes nºs 164 e 272.

Publique-se.

Brasília, 25 de abril de 1989

MINISTRO AURÉLIO M. DE OLIVEIRA
Relator

AI-2389/89.1

15ª Região

Agravante: MAURELI SIRI DA SILVEIRA LOUREIRO
Advogado: Dr. José Eduardo Furlanetto
Agravado: BANCO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE SÃO PAULO S/A
D E S P A C H O

Insurge-se o reclamante através do presente agravo de instrumento, contra despacho que indeferiu seu recurso de revista, ao fundamento de que:

"Entretanto, em que pesem as considerações expendidas pelo recorrente, a Lei 6024/74 isentou de juros e correção monetária as empresas em liquidação. Posteriormente, o Decreto-Lei 2278/85 restabeleceu apenas a correção monetária e silenciou sobre os juros. Assim, aplicando-se o disposto no artigo 2º, § 1º, da Lei de Introdução ao Código Civil, é de se ter por não restabelecidos os juros.

Com relação à correção monetária deferida pelo v. Acórdão revisando, este está em harmonia com o Enunciado 284 do TST. Devidamente instrumentado, tempestivo e preparado (fls. 34).

O regional deu provimento parcial ao recurso ordinário da reclamada, determinando a incidência da correção monetária a partir de 22/11/85, e os juros de mora, a partir da suspensão da liquidação extrajudicial, ao entendimento de que: "A correção monetária deverá incidir a partir de 22/11/85, por força do Enunciado nº 284 do Colendo TST e, os juros de mora, somente após a suspensão da liquidação extrajudicial."

1. JUROS

Alega o ora agravante em sua revista, que o Decreto-lei 2278/85 derogou a Lei 6024/74, que isentou os juros e correção monetária as empresas sob intervenção, em liquidação extrajudicial, pelo Banco Central, e assim os juros passaram a incidir sobre os créditos reclamados.

Entretanto, a matéria tem cunho interpretativo, vedado pelo Enunciado nº 221 do TST.

2. CORREÇÃO MONETÁRIA

O ora agravante argüi que "não houve suspensão da correção monetária por sequer um dia. Ela é devida até 22/11/85 por força do Decreto-Lei 75/66 e a partir daí, por força do Decreto-lei 2278/85".

Observa-se que a decisão regional está em consonância com o Enunciado nº 284 do TST, que assim dispõe:

"CORREÇÃO MONETÁRIA - EMPRESAS EM LIQUIDAÇÃO - LEI 6024/74 - REVISÃO DO ENUNCIADO Nº 185

Os débitos trabalhistas, das empresas em liquidação de que cogita a Lei 6024/74, estão sujeitos a correção monetária, observada a vigência do Decreto-lei 2278/85, ou seja, a partir de 22 de novembro de 1985."

Diante do exposto e com base nos verbetes sumulados nºs 221 e 284 desta Corte, e usando da faculdade que me confere o art. 12, § 5º, da Lei nº 7701/88, que deu nova redação ao art. 896, da CLT, denego seguimento ao presente agravo de instrumento.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 24 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

PROC. Nº TST-AI-2417/89.9

2ª Região

Agravante: ELDORADO S/A COMÉRCIO INDÚSTRIA IMPORTAÇÃO
Advogada: DRA. IRENE FERNANDES SILVESTRE BEARES (fls. 08 verso).
Agravada: ELLEN KNEBL RODRIGUES
Advogada: DRA. ANA MARIA CARDOSO DE ALMEIDA (fls. 06).

DESPACHO

O ora agravante foi intimado para a feitura do preparo em 16/01/89 - 2ª feira (fls. 23), entretanto, somente em 19/01/89 (6ª feira), efetuou o respectivo pagamento (fls. 25), portanto, a destempo, descumprindo, com isso o disposto no § 5º do art. 789 da CLT.

Logo, com suporte no art. 896, § 5º, in fine, da CLT (Lei nº 7.701/88), nego prosseguimento ao Agravo.

Publique-se

Brasília, 25 de abril de 1989

MINISTRO AURÉLIO M. DE OLIVEIRA
Relator

PROC. Nº TST-AI-2466/89.2. 10ª Região
Agravante: CERVEJARIA DE BRASÍLIA S/A - CEBRASA
Advogado: Dr. Sérgio Gonzaga Jaime (fls. 12).
Agravado: JOSÉ GOULÃO

DESPACHO

Do exame dos autos verifica-se que o instrumento de procuração que outorga poderes ao subscritor da minuta do agravo, tinha validade somente até 30 de junho de 87 e o agravo foi protocolizado em 20/10/88, ou seja, quando o aludido mandante não tinha mais poderes para representar a Empresa, pois extinto aquele mandato segundo a previsão do art. 1316, inciso IV, do Código Civil Brasileiro, não havendo, por outro lado, evidência de mandato tácito (apud acta).

Logo, com suporte no art. 896, § 5º, in fine, da CLT (Lei 7.701/88), nego prosseguimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 25 de abril de 1989

MINISTRO AURÉLIO M. DE OLIVEIRA
Relator

AI - 2491/89.0 -

15ª Região

Agravante - USINA COSTA PINTO S/A AÇÚCAR E ALCOOL
Advogado - Dr. José Cebim
Agravados - GILMAR CARLOS DA SILVA E OUTRO
Advogado - Dr. George Nacaguma
D E S P A C H O

Irresignada com o trancamento do Recurso de Revista interposto, a autora agravou de instrumento contra o despacho de fls. 31.

A agravante em suas razões de fls. 3/5 requer o processamento da revista denegada sustentando que o recurso atende aos pressupostos do art. 896 consolidado tanto no que tange a questão preliminar referente a alteração do valor da causa, como no que diz respeito à tese de mérito relativa a falta grave por participação em greve fora do permitido pela Lei nº 4330/64.

Quanto ao aspecto preliminar, a revista indica contrariedade ao Enunciado nº 71 da Súmula do TST.

No mérito, além da divergência jurisprudencial a recorrente alega ofensa aos arts. 20 da Lei nº 4330/64, e 482, letra "h", da CLT, não obstante o Enunciado nº 71 revela-se inespecífico à hipótese, posto que, a fixação pela junta do valor arbitrado na condenação atende a autorização legal contida no art. 789 da CLT, que regulamenta o cálculo das despesas judiciais, enquanto que o citado verbete sumular trata de alçada, relativamente ao mérito, a pretensão justa causa recai no campo fático probatório mostrando-se, outro sim, inespecíficos os arestos paradigmas além de ter sido razoavelmente interpretado as disposições da Lei nº 4330/64 citada.

Ante o exposto, no uso da atribuição que me confere o § 5º, da nova redação do art. 896 da CLT, dada pelo art. 12 da Lei nº 7701/88 denego seguimento ao presente recurso.

Publique-se com efeitos intimatórios.
Brasília, 21 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

AI - 2501/89.7 -

15ª Região

Agravantes - GERVÁSIO PAULINO DA CUNHA E OUTROS
Advogado - Dr. José Antonio Cremasco
Agravado - BALSIMI CONSTRUTORA E COMÉRCIO LTDA.
Advogado - Dr. Álvaro dos Santos

D E S P A C H O

Irresignados com o trancamento do Recurso de Revista interposto, os autores agravaram de instrumento contra o despacho de fls. 55.

Em suas razões de fls. 04/11, requerem o processamento da revista denegada, sustentando que o recurso atende aos pressupostos do art. 896 consolidado, tanto no que tange a questão da dispensa discriminatória dos agravantes, como no que diz respeito à tese, não há falta grave por participação em greve fora do permitido pela Lei nº 4330/64.

O venerando acórdão revisando concluiu, diante das provas apresentadas, pela não participação dos agravantes, apenas na greve, mas, também, na prática de atos de "comandantes" da greve, além de caracterizar insubordinação.

Logo, para mudar o "decisum", seria necessário o reexame de matéria fático-probatória, o que é insusceptível de apreciação nesta instância recursal. Hipótese do Enunciado nº 126/TST.

Além da divergência jurisprudencial os agravantes alegam ofensa aos arts. 27 da Lei nº 4330/64 e 482 letras "h" e "i", da CLT.

São inespecíficos os arestos paradigmas trazidos para confronto além de ter sido razoavelmente interpretadas as disposições da Lei nº 4330/64 citada. Hipótese dos Enunciados nºs 23 e 221.

Ante o exposto, no uso da atribuição que me confere o § 5º, do art. 896 da CLT, em sua atual redação, denego seguimento ao presente agravo.

Publique-se com efeitos intimatórios.
Brasília, 21 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

AI - 2511/89.0 -

5ª Região

Agravante - FRANCISCO DE MORAES ROCHA FILHO
Advogado - Dr. Eurípedes Brito Cunha
Agravado - BANCO DE BRASÍLIA - BRB

D E S P A C H O

Agrava de instrumento o autor contra o despacho de fls. 20 que negou prosseguimento ao seu recurso de revista.

Devidamente instrumentado e tempestivo, não mereceu contrariedade. O presente recurso não merece prosperar, visto que, deserto.

O fato inclusive acha-se denunciado pela certidão emitida pelo Regional "a quo", afixada no verso da cópia da notificação do preparo. (fls. 22-verso).

A notificação para que o agravante efetuasse o pagamento das custas e emolumentos foi expedida em 13-01-89 e o prazo para a efetivação do mesmo exauriu-se em 17-01-89 e não há, nos autos, qualquer comprovação de pagamento deste.

Ante o exposto, denego seguimento ao recurso, com fulcro no § 5º do art. 896 da CLT, em sua atual redação.

Publique-se com efeitos intimatórios.
Brasília, 24 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

AI - 2537/89.0 -

4ª Região

Agravante - MÁRCOS VITOR SPIELMANN
Advogada - Dra. Beatriz Renck
Agravada - MASSEY PERKINS S/A
Advogado - Dr. Mário A. Beth

D E S P A C H O

Irresignado com o trancamento do Recurso de Revista interposto, o autor agrava de instrumento contra o despacho de fls. 31/32 que denegou prosseguimento ao seu recurso.

Devidamente instrumentado e tempestivo, mereceu contrariedade às fls. 36.

Não obstante às razões de agravo, o recurso não merece prosperar visto que, a matéria abordada, existência ou não de periculosidade na atividade diária do autor, implicaria em reexame de elementos probatórios, o que é insusceptível, nesta instância ordinária, ex vi do Enunciado nº 126 da Súmula da Corte.

Ainda que assim não fosse, não ficou demonstrada a divergência jurisprudencial apontada, portanto, não há como enquadrar o presente recurso às alíneas do art. 896 Consolidado.

Ante o exposto, com base no Enunciado 126 e no uso da faculdade que me confere o § 5º, do art. 896 da CLT, em sua atual redação, denego seguimento ao presente agravo.

Publique-se com efeitos intimatórios.
Brasília, 24 de abril de 1989.

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

RR-2479/87.0

Recorrente: DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A.

Advogado: Dr. Dráusio A. Villas Boas Rangel.

Recorrido: JOSÉ FERNANDES FILHO.

Advogado: Dr. Rodolfo Ayrton Stolf.

D E S P A C H O

Trata-se de processo perdido em 1987, quando em tramitação na Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho e que, por isso, ainda não fora distribuído a Relator nesta C. Corte, nele não tendo sido praticado nenhum ato processual.

A restauração e o respectivo julgamento devem ser feitos, pois, exclusivamente, pelo Tribunal de origem, que é o Eg. TRT da 2ª Região, ex vi do disposto nos §§ 1º e 2º, do Art. 1068, do CPC.

Os autos já foram restaurados perante aquele Eg. Tribunal, mas nele não se fez o julgamento de restauração a que se refere o Art. 1067, do mesmo diploma legal.

Devolvam-se, pois, os mesmos àquela Eg. Corte, para este fim. Publique-se.

Brasília, 19 de abril de 1989

MINISTRO JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA
Relator

RR-6205/87.6

10ª Região

Recorrente : BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO S/A

Advogado : Dr. Rogério Avelar

Recorrido : HAROLDO PINTO DOS SANTOS

Advogado : Dr. Osvaldo da Silva

D E S P A C H O

O venerando acórdão regional tem a seguinte fundamentação:

"A matéria de gratificação semestral ou participação nos lucros, do Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A já recebeu exame reiterado desta Eg. Turma que a entende incorporada ao patrimônio do obreiro, porque paga com habitualidade, o que tornou o evento concedido por liberalidade, sujeito a condição, eventual e incerto, em parcela salarial (Enunciado nº 251 da Súmula do C. TST)."

Irresignado com a negativa de provimento ao apelo ordinário, com base na fundamentação supra, o Banco ingressou com o presente recurso de revista, calcado em dissídio pretoriano e violação aos arts. 1.090 do Código Civil e 153, parágrafo 2º, da Constituição Federal pretérita, sustentando que a vantagem, estando condicionada a existência de lucros, mesmo sendo paga reiteradamente, se inexistente o resultado positivo no balanço, não obriga ao instituidor a pagar o benefício diretamente vinculado àquele.

Não obstante, por violação de lei o recurso é improsperável, em face da interpretatividade da matéria. Hipótese do Enunciado nº 221 da Súmula do TST.

Quanto ao conflito de julgados, o aresto recorrido afirmou às fls. 221 que a gratificação "já se tinha tornado habitual...", lançando, pois, a controvérsia, ao campo fático-probatório. Por outro lado, imo difícil tal delineamento fático, o entendimento consagrado no verbebo nº 251 da Súmula do TST evidencia-se plenamente ajustado ao decidido pelo Egrégio Tribunal "a quo".

Ante o exposto, com supedâneo no parágrafo 5º, do art. 896 da CLT, em sua atual redação, denego prosseguimento à revista.

Publique-se.

Brasília, 24 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

TST-RR-1560/88.6

RECURSO DE REVISTA

Recorrente: FEPASA - FERROVIA PAULISTA S/A

Advogada : Drª Evely Marsiglia de Oliveira Santos

Recorridos: EVARISTO BIANCHI E OUTROS

Advogado : Dr. Ulisses Borges de Resende

15ª Região

D E S P A C H O

Postularam os reclamantes, na inicial, revisão da complementação dos proventos da aposentadoria, prevista no Estatuto dos Ferrovianos, em igualdade de condições com os ativos de igual cargo e função, com base na cláusula 1ª do acordo homologado no bojo do DC-TST-3/74, em cujo cumprimento foi criada, afirma a reclamada, uma nova "Estrutura de Cargos e Salários" na empresa, implantada em duas fases, denominadas "Escalonamento" e "Método por pontos".

O pedido dos autores fundamentou-se em que as suas aposentadorias ocorreram "no período que medeou entre a avaliação provisória dos cargos (método de escalonamento) e a definitiva (método de pontos). En tretanto, só foram abrangidos pelo cumprimento parcial da referida cláusula com a avaliação provisória da primeira etapa (escalonamento) tendo sido excluídos da avaliação final" (sic. fls. 4/5) (fls. 384).

O Regional, examinando os recursos de ambas as partes, conheceu do da Fepasa e, no mérito, negou-lhe provimento, rejeitando a preliminar de julgamento extra petita, admitindo apenas as alegações quanto à perícia. Conheceu e deu provimento ao apelo ordinário dos autores, "a fim de que se dê cumprimento integral à cláusula em referência do Dissídio, com base no item X da inicial" (fls. 377/386).

Recorre a reclamada de revista, fulcrada em divergência juris prudencial e em violação aos arts. 142, da Constituição Federal anterior, 2º, 444, 461, 511 e 618, da CLT. Sustenta ser incompetente esta Justiça para apreciar e julgar ação de empregados aposentados, vinculada às antigas Ferrovias que foram por ela absorvidas, na qual se pleiteiam benefícios do Estatuto dos Ferroviários.

No mérito, afirma que provado restou advir a disparidade salarial da aplicação do sistema de atribuições de salários vigente na empresa, o qual "prevê um 'maior' e um 'menor' salário atribuídos aos cargos contidos numa mesma classe salarial, segundo o desempenho diferenciado dos empregados". Aduz, ainda, que a "Estrutura salarial vem sendo aplicada desde o primeiro Dissídio Coletivo nº TST 3/74 (Ac. TP-4397/75), onde se acordou um NOVO REGIME DE ORGANIZAÇÃO DE PESSOAL" (fls. 395 e 396).

O recurso, no tocante à questão relativa à incompetência da Justiça do Trabalho, fica obstado pelo disposto no Enunciado nº 184, deste Tribunal. É que, apesar de o Regional tê-la decidido, conforme se verifica na parte dispositiva da decisão recorrida, não emerge, do corpo do acórdão, qualquer tese a respeito, ficando afastada, assim, a possibilidade de cotejo. Embargos declaratórios não foram opostos, visando sanar a evidente omissão.

No mérito, a revista esbarra no disposto no Enunciado nº 126, tendo em vista que se pretende, fundamentalmente, reexaminar matéria fático-probatória.

A teor do disposto no § 5º do art. 896, da CLT, com a redação dada pelo art. 12, da Lei 7701/88, nego prosseguimento à revista, com base nos Enunciados nºs 184 e 126, da Súmula desta Corte.

Publique-se.

Brasília, 12 de abril de 1989

MINISTRO MARCELO PIMENTEL
Relator

RR-3254/88.1

Recorrente: FRANCISCA DE SOUZA PEREIRA.
Advogado: Dr. Sid H. Riedel de Figueiredo.
Recorrida: LAVANDERIAS PIRATININGA LTDA.
Advogado: Dr. J. Granadeiro Guimarães.

D E S P A C H O
CORREÇÃO MONETÁRIA.

1. Absolvendo a Reclamada da correção monetária das verbas rescisórias oferecidas pela mesma em audiência e depositadas, decidiu o Eg. Regional, verbis (fls. 96): "Estando em vigor o Decreto-lei nº 76/66, que regula a aplicação da correção monetária aos débitos de natureza trabalhista, impõe-se a reforma da r. sentença no tópico em que determinou a atualização do quantum debeat, eis que não decorreram 90 dias entre a época em que eram devidas as verbas rescisórias e seu efetivo pagamento. Com efeito, a Reclamada colocou à disposição da Autora em audiência (fls. 12), o saldo salarial e as verbas rescisórias, recusando-se a Reclamante a receber as últimas. A empresa depositou as verbas rescisórias em conta junto ao BNH, em 12.04.85 (fls. 36), colocando a importância à disposição da Autora em 19.04.85 (fls. 34), decorridos apenas 68 dias da época em que eram devidos os consectários legais do injusto despedimento."

2. Insurge-se em revista a Reclamante, alegando que a Lei 6899/81, em seu Art. 1º, revogou o DL-75/66. Defende a tese de que, pela nova lei, a correção monetária incide sobre qualquer débito de decisão judicial (fls. 101). Alega, também, divergência jurisprudencial, colacionando os arestos de fls. 102, tidos como conflitantes.

3. Entretanto, o Eg. Regional julgou o feito à luz do DL-75/66, na da decidindo sobre sua alegada revogação pela Lei 6899/81, não tendo sido, portanto, prequestionada a matéria. Incidente, pois, a Súmula 184/TST.

Quando à alegada divergência, os arestos trazidos a confronto não satisfazem ao fim colimado, pois o de fls. 101 é de Turma do STF, os dois primeiros de fls. 102 são de Turma desta C. Corte e o último não confronta especificamente a tese decidida pelo Eg. TRT. Incidente, no particular, a Súmula 23/TST.

4. Usando da faculdade que me é concedida pelo Art. 9º, da Lei 5584/70, c/c o Art. 67, inciso V, do RITST, nego prosseguimento ao presente apelo.

Publique-se.

Brasília, 24 de abril de 1989

MINISTRO JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA
Relator

RR-3739/88.7

Recorrente: INSTITUTO DE MEDICINA TROPICAL DE MANAUS.
Advogada: Drª Alzira Farias de A. de F. de Goes.
Recorrida: MARIA LEONOR SANTOS SILVA.

D E S P A C H O

Não há nos autos notícia de que o despacho de admissibilidade da revista (fls. 62/63) foi publicado, tampouco de que foi a Recorrida intimada, por qualquer outro meio, para contra-arrazoar o apelo. Devolvam-se, pois, os autos ao TRT de origem, para que seja suprida a omissão.

Publique-se.

Brasília, 20 de abril de 1989

MINISTRO JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA
Relator

RR-4092/88.6

Recorrente: OSWALDO MONTILHA.
Advogado: Dr. Agenor Barreto Parente.
Recorrida: IMOBILIÁRIA SANTA RITA DE CÁSSIA (GERALDO ANÉSIO DA SILVA)
Advogado: Dr. José Maciel de Paula.

D E S P A C H O

INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO. PENA DE CONFISSÃO.

1. Decidiu o Eg. TRT, às fls. 66/67, verbis: "Confessa o reclamante que nada recebeu a título de salário, mas que lhe fora prometido um

salário mínimo mensal, mais 25% de comissões por venda. Confessa, também, que jamais vendeu um imóvel porque não podia sair da barraca, pois lá ficava sozinho (fls. 19). Apesar da reclamada ter sofrido pena de confissão por não comparecer à audiência para depor, resulta dos autos a inexistência do vínculo, já que não houve trabalho, nem salário, apenas o comparecimento. Em verdade, pelo que consta dos autos, esta reclamação parece ser um prosseguimento da conturbada relação familiar existente entre as partes, as quais chegaram até às vias de fato."

2. Inconformado, interpõe recurso a Reclamante, alegando violação dos Arts. 3º e 844, da CLT, e 334, do CPC, e divergência jurisprudencial com os arestos transcritos às fls. 72/73.

3. Os arestos tidos como divergentes não se prestam a ensejar o conhecimento da revista, pois são por demais genéricos, não confrontando a tese específica esposada pelo acórdão revisando. Incidente, pois, a Súmula 23/TST.

Quando à alegada violação dos artigos supracitados, verifico que o acórdão regional julgou o feito à luz dos fatos confessados pelo próprio Reclamante, ora Recorrente. Rever tais fatos importaria em reexame da prova, vedado nesta instância extraordinária (Súmula 126).

Reconsidero, pois, o entendimento que adotei no julgamento do agravo em apenso e não conheço.

4. Usando da faculdade que me é concedida pelo Art. 9º, da Lei 5584/70, c/c o Art. 67, inciso V, do RITST, nego prosseguimento ao presente apelo.

Publique-se.

Brasília, 24 de abril de 1989

MINISTRO JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA
Relator

RR-4367/88.9

Recorrente: MANOEL OSÉAS FERREIRA.
Advogada: Drª Maria de Lourdes B. Gonçalves.
Recorrida: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL.
Advogado: Dr. Deoclésio Sousa.

D E S P A C H O

PROCESSO DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO.

1. Decidiu o Eg. Regional, às fls. 158, verbis: "Através da presente ação, o reclamante está pretendendo executar parte da sentença prolatada no processo nº 24 J CJ/DF-596/81. É juridicamente impossível, através de processo de conhecimento, pretender fazer cumprir sentença transitada em julgado de outro processo. Isto porque são diferentes as naturezas jurídicas do processo de conhecimento e do processo de execução, cada um deles tendo uma finalidade própria. Se no processo de conhecimento busca-se a aplicação do direito material ao caso concreto, solucionando a lide, no processo de execução a meta é fazer cumprir o título executório judicial oriundo daquele. É por isto que a legislação processual trabalhista estabelece forma própria para a execução das decisões passadas em julgado (CLT, art. 876). Não preenchida uma das condições da ação, o reclamante dela é carecedor, pelo que, dando provimento ao recurso oficial, declaro nula a sentença de primeiro grau e, de ofício, extingo o processo sem julgamento de mérito (CPC, art. 267-VI e parágrafo terceiro, combinado com o art. 769/CLT)" (Grifos acrescentados).

2. Sustenta o Reclamante, na revista, tratar-se de um novo processo de conhecimento, no qual se pleiteia o pagamento dos salários devidos no período de 26/04/84 a 16/07/85, pedido este não abrangido na decisão anterior. Alega violação do Art. 153, § 3º, da CF de 1969, e divergência jurisprudencial com o aresto de fls. 163.

4. Após melhor exame, verifico que a tese do acórdão revisando é no sentido de que o Reclamante está pretendendo executar matéria que foi apreciada em outro processo por sentença que transitou em julgado. Sustenta o Recorrente tratar-se de um novo processo de conhecimento (fls. 162), porque nele pleiteia parcela não reclamada na ação anterior. O acórdão recorrido, porém, não se refere ao fato ora alegado na revista. Embargos declaratórios deveriam ter sido opostos, a fim de prequestionar a matéria. Não tendo isto sido feito, acha-se preclusa a oportunidade de fazê-lo, a teor da Súmula 297/TST, que assentou: "Diz-se prequestionada a matéria quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito. Incumbe à parte interessada interpor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de preclusão."

5. Usando da faculdade que me é concedida pelo Art. 9º, da Lei 5584/70, c/c o Art. 67, inciso V, do RITST, nego prosseguimento ao presente apelo.

Publique-se.

Brasília, 24 de abril de 1989

MINISTRO JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA
Relator

PROC. 5064/88.8

Recorrente: JOSÉ EDIVALDO SANTANA NASCIMENTO
Advogado: Dr. S. Riedel de Figueiredo
Recorrido: ALFREDO FERREIRA BISPO
Advogado: Dr. José Maria dos Santos Coelho

2a. Região

D E S P A C H O

1. Homologo o acordo celebrado às fls. 113/114, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, julgando extinto o processo, na forma do art. 269, III, do CPC.

2. Baixem os autos à instância de origem.
3. Publique-se.

Brasília, em 10 de abril de 1989

MINISTRO AURÉLIO M. DE OLIVEIRA
Relator

PROC. Nº. TST-RR-6348/88.4

3ª. Região

Recorrente: MANNESMANN AGRO FLORESTAL LTDA
 Advogado: DR. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL (fls. 82).
 Recorrido: JURACY JULIO DOS SANTOS
 Advogado: DR. WALDEMAR DE MENEZES FILHO (fls. 112)

D E S P A C H O

1. Assino o prazo de 10 (dez) dias ao Dr. José Alberto Couto Maciel subscritor da petição de fls. 136, a fim de que seja regularizada a representação processual, eis que o ilustre advogado que firmou o substabelecimento de fls. 137, não possui mandato nos autos.

2. Publique-se.

Brasília, 19 de abril de 1989

MINISTRO AURÉLIO M. DE OLIVEIRA
 Relator

RR-6502/88.7

6ª Região

Recorrente: BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A - BRADESCO
 Advogado: Dr. José Alberto P. da Silva
 Recorrido: FRANCISCO LINO DE FREITAS BARBOSA
 Advogado: Dr. Raimundo Quintal

D E S P A C H O

Através da petição de fls. 380 a 390, as partes transacionaram mediante as condições elencadas.

Nada havendo em contrário à lei, na forma regimental, homologo o presente acordo em todos os seus termos, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Após o competente registro, baixem os autos.

Brasília, 14 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
 Relator

RR-6674/88.9

Recorrente: RAIMUNDO DE SOUZA.
 Advogado: Dr. Clóvis C. Salgado.
 Recorrida: CASA BAHIA COMERCIAL LTDA.
 Advogado: Dr. Jorge Yokoyama.

D E S P A C H O

DO ESTORNO DAS COMISSÕES DA LEI 3207/57, ARTIGO 7º. O Eg. TRT, às fls. 146, deixou expressamente registrado que, verbis: "Com relação aos estornos efetuados, não restou suficientemente provado pelo recorrido, que tivessem sido efetuados por vendas efetivadas ou confirmadas. Ele próprio, o recorrido, confirma as alegações de defesa, que estornos se davam quando por alguma razão as vendas não se concretizavam ou mesmo quando havia a emissão de nota fiscal com algum erro e que por essa razão tinham que ser anuladas. Para estes estornos, evidentemente, permissa venia, não há necessidade da concordância do vendedor, pois que se trata de um valor estornado que sequer deveria ter sido lançado, o que é feito, certamente, apenas por uma questão de controle fiscal". E deu provimento ao recurso ordinário da empregadora.

O Reclamante, no presente recurso, aponta violado o Art. 7º, da Lei 3207/57, que diz: "Verificada a insolvência do comprador, cabe ao empregador o direito de estornar a comissão que houver pago."

Não tenho como configurada esta hipótese, já que em momento algum ficou consignado tratar-se de insolvência do comprador.

Os dois primeiros arestos transcritos às fls. 151 não tratam especificamente da hipótese dos autos, pois fazem alusão a hipótese de insolvência, e o último tem o seguinte teor, verbis (fls. 151): "É ilegal o estorno de comissões decorrente do cancelamento de venda por causas inerentes ao risco do negócio e após decorrido o prazo previsto no art. 3º da Lei 3207 de 18/07/57." Aplico as Súmulas 23, 126 e 221, deste C. TST.

Com supedâneo no Art. 9º, da Lei 5584/70, c/c o Art. 63, § 1º, do RITST, nego prosseguimento ao presente recurso.
 Publique-se.

Brasília, 18 de abril de 1989

MINISTRO JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA
 Relator

RR 1483/89.7

2a. Região

Recorrente: JAIRO DE SÁ
 Advogado: Dr. Petrónio José Affonso
 Recorrido: BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS S/A
 Advogado: Dr. Paulo Roberto B. Rossi

D E S P A C H O

O Eg. TRT da Segunda Região, através de sua Primeira Turma, pelo v. acórdão de fls. 185/186, negou provimento ao recurso ordinário do Reclamante sob a alegação de que, in verbis:

"O recorrente fazia jus a uma complementação de aposentadoria, esta passou a ser devida por uma fundação, conforme fls. 26, e o recorrente está recebendo essa complementação. Ocorre que, antes da criação dessa fundação, o benefício era dado sem onus para os empregados, e, depois, se tornou devida uma quantia mensal para a tal fundação. Se era certo ou não que se criasse dita mensalidade, é matéria estranha ao presente feito. Se dessa mensalidade poderia resultar ou não uma complementação a mais, a matéria escapa também a esta lide, e à competência desta Justiça, pois se trata de assunto a ser resolvido entre segurador e seguradora, já que essa é a situação jurídica do recorrente em relação à fundação. O certo é que a complementação prometida pelo recorrido está sendo paga através da fundação, e que esta é a única matéria que pode ser decidida nestes autos."

Inconformado, recorreu de revista o Reclamante, pelas razões de fls. 189/191, perseguindo o recebimento da complementação de aposentadoria, na forma postulada, alegando, para tanto, que o v. acórdão revisando atentou contra o disposto no art. 468 da CLT, contrariou o Enunciado nº 51 e, por fim, divergiu do aresto juntado às fls. 192/195.

Todavia, afigura-se-me inviável a pretendida revisão, pois a matéria envolve interpretação de regulamento patronal (Circular nº CC 220/64, Circular nº 92 - Resolução nº 3/68 - e Circular nº 9/70), não chegando a comprometer a literalidade do disposto no art. 468 consolidado, nem havendo como se considerar ferido o Enunciado nº 51, dada a constatação regional, de natureza fática, de que a complementação prometida está sendo paga através da Fundação. Ademais, o acórdão paradigma oferecido pelo Recorrente traduz conflito em torno do alcance de norma regulamentar empresarial, não servindo, por isso, ao fim colimado. Veda a revista, pois, a jurisprudência predominante deste Eg. Tribunal, na forma consubstanciada nos Enunciados nºs. 221, 126 e 208 da Súmula.

A vista do exposto, invocando a faculdade prevista no art. 9º da Lei nº 5.584/70, c/c o art. 63, § 1º, do RITST, nego prosseguimento ao recurso de revista, com base nos aludidos verbetes.

Publique-se.

Brasília, 11 de abril de 1989

MINISTRO AURÉLIO M. DE OLIVEIRA
 Relator

RR - 1620/89.6 -

1ª Região

Recorrente - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ
 Advogado - Dr. Sérvulo José Drummond Francklin
 Recorrido - LAFAYETTE SILVEIRA MARTINS RODRIGUES PEREIRA
 Advogado - Dr. Jorge de Moraes

D E S P A C H O

Ao deparar-se com o recurso ordinário do reclamante, o Egrégio Primeiro Regional, através de sua Quinta Turma, deu-lhe provimento para reformar a respeitável sentença de origem e determinar a baixa dos autos à MM. JCJ de origem, para apreciação da restante matéria de mérito, em acórdão sintetizado pela seguinte ementa:

"A não complementação da aposentadoria a que o Empregador se teria obrigado, não constitui ato único ou positivo, prescrevendo, apenas, as prestações periódicas, não o direito de postulá-las, nos termos do Enunciado nº 168."

Irresignada com essa decisão, vem de revista a empresa com fulcro em ambas as alíneas do art. 896 da CLT, alegando dissenso pretoriano com o Enunciado nº 198 desta Corte e divergência jurisprudencial com os arestos trazidos à colação.

A revista foi admitida pelo despacho de fls. 48, mereceu contrariedade às fls. 49/53.

Ocorre que o presente apelo não merece prosperar face o óbice do Enunciado nº 214 desta Corte, pois o Egrégio Regional ao afastar a prescrição total do direito de ação do reclamante, determinando o retorno dos autos à MM. JCJ de Origem, para que a mesma julgue o mérito, proferiu decisão meramente interlocutória, a qual não dá ensejo ao cabimento de recurso de revista.

Ante o exposto e com base no Enunciado nº 214 desta Casa, e no uso das atribuições que me confere o § 5º da nova redação do art. 896 da CLT, dada pelo art. 12 da lei nº 7701/88, denego seguimento ao presente recurso de revista.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
 Relator

RR-1651/89.8

2ª Região

Recorrente: COMPANHIA VIDRARIA SANTA MARINA
 Advogado: Dr. Camillo Ashcár
 Recorrido: WILSON ROBERTO SERRATT PIFFER
 Advogado: Dr. Antonio Rosella

D E S P A C H O

O Egrégio Tribunal Regional da Segunda Região, através de sua Segunda Turma, negou provimento ao recurso da reclamada, ao fundamento de que é inadmissível o tratamento desigual entre empregados exercentes da mesma função e por isso devido o pagamento de horas calor.

Insurge-se a demandada, contra essa decisão, via de revista, às fls. 116/124, com fulcro em ambas as alíneas do artigo 896 da CLT, alegando violação dos artigos 461, 192, § 2º, da CLT, acostando arestos para confronto.

O recurso foi recebido pelo despacho de fls. 126, merecendo contrariedade às fls. 129/32.

O Regional assim posicionou em seu acórdão: "Por primeiro, é de se assentar que o fato de ter sido o reclamante despedido por ter participado de movimento grevista julgado ilegal, não tem qualquer pertinência com a reclamatória formulada, já que esta objetiva o pagamento de horas calor, em condições de igualdade com o empregado CELSO PEDRO DA SILVA, também exercente das funções de operador de máquinas."

O laudo técnico de fls. 52/56 comprovou que o reclamante, ora recorrido, laborava em caráter permanente em local de altíssimas temperaturas, assim ficando exposto durante toda a jornada.

Se é certo que o recorrido percebia (como também é afirmado na inicial) adicional de insalubridade de grau médio, tal fato não poderia impedir que também percebesse "horas calor", que obviamente é outro adicional compensador, já que o Perito afirmou em seu laudo: "Sim, pagam horas calor a eletricitistas e mecânicos".

Portanto, não são vantagens compensadoras antagônicas, já que somente o adicional de insalubridade não é de molde a compensar, pelo menos em parte, a agressão à saúde proveniente de "altíssimas temperaturas".

Inadmissível o tratamento desigual entre empregados exercentes da mesma função, maxime quando se trata de preservar e defender a saúde dos obreiros.

E o doc. de fls. 06 prova que o recorrido era tratado desigualmente, no que se refere a "horas calor" em comparação com já referido CELSO PEDRO DA SILVA."

Entretanto, observa-se que o recorrente pretende o reexame de fatos e provas vedado pelo Enunciado nº 126 do TST, eis que a decisão ora recorrida baseou-se no laudo técnico para concluir devido o pagamento de horas calor.

Diante do exposto, e com base no verbete sumular nº 126 desta Corte, e usando da faculdade que me confere o artigo 12, § 5º, da Lei nº 7701/88, que deu nova redação ao artigo 896 da CLT, denego seguimento ao presente recurso de revista.

Brasília, 13 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

RR-1661/89.6

2ª Região

Recorrente : BANCO AUXILIAR S/A
Advogada : Dra. Eliana Covizzi
Recorrido : JOÃO FERREIRA DE ARAÚJO
Advogado : Dr. Marco Rogério de Paula

D E S P A C H O

Trata-se de recurso de revista interposto pelo demandado, através do qual postula a exclusão de juros e correção monetária do débito apurado na fase executória.

Não obstante o respeitável despacho de admissibilidade, o recorrente, em suas razões de fls. 127/133, apesar de afirmar o prequestionamento expresso da matéria constitucional que diz ser pertinente, não indicou qual preceito da Carta Magna teria sido transgredido, expondo suas alegações tão-somente com base na jurisprudência das Cortes Trabalhistas, inclusive, apontando contrariedade aos Enunciados nºs 185 e 284 da Súmula do TST.

Ex positis, com fundamento no Enunciado nº 266, denego prosseguimento à revista, valendo-me da faculdade que me confere o parágrafo 5º, do art. 896 da CLT, em sua atual redação.

Publique-se.

Brasília, 18 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

TST - RR - 1697/89.0

1ª Região

Recorrente: MARCO ANTONIO GUIMARÃES
Advogado: Dr. Wellington Basílio Costa
Recorrida: J. MADRUGA CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA
Advogado: Dr. Laudelino da Costa Mendes Neto

D E S P A C H O

Do exame dos autos, verifica-se que o Recurso de Revista foi interposto a destempo.

Com efeito, o v. Acórdão regional foi publicado no Diário Oficial de Justiça do Estado em 14/12/88, quarta-feira (fl. 97 verso), iniciando-se o prazo recursal no dia 15/12/88 - quinta-feira. A partir do dia 20 teve início o recesso natalino dos Tribunais Federais, prolongando-se até o dia 09/01/89, segunda-feira, por força do disposto no art. 62, inciso I, da Lei nº 5.010/66, a qual explicita que o período compreendido entre tais dias representa feriado na Justiça.

Por outro lado, o parágrafo único, do art. 775 da CLT estabelece que os prazos que se vencerem em sábado, domingo ou dia de feriado, terminarão no primeiro dia útil seguinte.

Portanto, não houve interrupção ou mesmo suspensão do prazo recursal, coincidindo o seu término com o dia feriado, ficando, tão-somente, projetado o termo para o primeiro dia útil, que se verificou em 09/01/89, tendo sido interposto o Recurso de Revista, entretanto, somente no dia 10/01/89, irremediavelmente, a destempo.

À vista do exposto, invocando a faculdade prevista no art. 896, § 5º, in fine, da CLT (Lei nº 7.701 de 21/12/88), nego prosseguimento ao Recurso de Revista, em face da intempestividade verificada.

Publique-se.

Brasília, 19 de abril de 1989

MINISTRO AURÉLIO M. DE OLIVEIRA
Relator

RR - 1699/89.4 -

1ª Região

Recorrente - A. MICHALSKI E COMPANHIA LTDA
Advogado - Dr. César Marques Carvalho
Recorrido - JOSÉ PEREIRA DA SILVA
Advogado - Dr. Valter Ribeiro da Silva

D E S P A C H O

O Egrégio Primeiro Regional, através de sua Quarta Turma, negou provimento ao recurso ordinário da Empresa, em acórdão sintetizado pela seguinte ementa:

"Indenização referente ao tempo anterior à opção pelo regime do Fundo de Garantia é devida, por tratar-se de patrimônio do empregado estável. Pagamento em dobro."

Insurge-se a reclamada contra essa decisão, via revista, com fulcro em ambas as alíneas do art. 896 da CLT, alegando violação aos parágrafos 2º e 3º do art. 153 da Lei Maior, aos artigos 477 da CLT e 16, § 2º da Lei 5.107/66 e divergência jurisprudencial com os arestos trazidos à colação.

Argumenta a recorrente que não faz jus o reclamante à indenização anterior à opção pelo FGTS porque o mesmo desligou-se da empresa por aposentadoria voluntária.

Ocorre entretanto, que em nenhum momento o acórdão revisando consignou que o reclamante havia se aposentado voluntariamente, limitou-se a afirmar que o mesmo fazia jus a referida indenização, porque a mesma está prevista no § 1º, do art. 16 da Lei 5.107/66.

Portanto, a matéria está preclusa, deveria, a empresa ter se recorrido dos embargos declaratórios visando sanar a omissão quanto o tema da aposentadoria voluntária do reclamante, sobre a qual a decisão atacada não emitiu qualquer juízo.

À hipótese, por conseguinte, atrai a incidência do Enunciado nº 184 desta Casa.

Ante o exposto, e com base no verbete sumular nº 184 desta Corte, e no uso da faculdade que me atribui o § 5º, da nova redação do art. 896 da CLT, dada pelo art. 12 da Lei nº 7701/88, denego seguimento ao presente recurso de revista.

Intime-se.

Publique-se.

Brasília, 14 de abril de 1989

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator

RR-1801/89.8

Recorrentes: ADILSON GONÇALVES FONTES e OUTROS.

Advogado: Dr. Alino da Costa Monteiro.

Recorrida: REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A.

Advogado: Dr. Eduardo Sérgio de Lima.

D E S P A C H O

1. Entendeu o Eg. TRT da 1ª Região que não há que se falar em indenização pelo tempo de serviço anterior à opção pelo regime do FGTS quando o empregado se aposenta espontaneamente (fls. 136).

2. Os Reclamantes, na revista, às fls. 144/153, apontam violado o Art. 16, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei 5107/66, e transcrevem arestos que entendem divergentes.

3. Todavia, a Súmula 295/TST, publicada no DJU de 14/04/89, as sentou, verbis: "A cessação do contrato de trabalho em razão de aposentadoria espontânea do empregado exclui o direito ao recebimento de indenização relativa ao período anterior à opção. A realização de depósito na conta do FGTS, cogitada no § 2º do artigo 16 da Lei 5107/66, localiza-se no campo das faculdades atribuídas ao empregador."

4. Com supedâneo no citado verbete desta Casa e na forma do Art. 9º, da Lei 5584/70, c/c o Art. 63, § 1º, do RITST, nego prosseguimento ao presente apelo.

Publique-se.

Brasília, 24 de abril de 1989

MINISTRO JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA
Relator

RR-2082/89.6

1ª Região

Recorrente: REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A

Advogado : Dr. Eduardo Sérgio de Lima

Recorrido : WALMOR DE SOUZA DUTRA

Advogado : Dr. Manuel Maria Pereira

D E S P A C H O

O Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, através de sua Quarta Turma, negou provimento ao recurso ordinário da ré, que se rebelava contra a inclusão dos adicionais por tempo de serviço para o cálculo das horas extras. Entendeu o Regional que: "Os adicionais por tempo de serviço têm natureza jurídica salarial e, portanto, integram o salário para todos os efeitos."

Daí a revista de fls. 64, em que se sustenta a má aplicação do Enunciado nº 203, pela circunstância de que os quinquênios foram restituídos mediante resolução da empresa que vedou tal repercussão. Fundamenta, ainda, sua revista nos Enunciados nºs 66, 79 e 70, apresentando, ainda, divergência às fls. 67.

A revista é admitida pelo respeitável despacho de fls. 72, e sem contestação sobem os autos a esta Egrégia Corte, onde às fls. 74 me são distribuídos.

Ocorre que, como já o fizera a Instância Originária, o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho recorrido nada mais fez do que aplicar à hipótese o contido no Enunciado nº 203 desta Colenda Corte, que expressamente determina que os adicionais por tempo de serviço têm natureza salarial e, portanto, integram o salário para todos os efeitos.

O argumento central da Revista de que referidos quinquênios teriam sido restituídos mediante resolução da empresa, que teria vedado tal repercussão implica em se analisar o regulamento da empresa e, consequentemente, as decisões nele calcadas, o que, absolutamente, é impossível nesta altura diante do que se contém no Enunciado nº 208 desta Colenda Corte. Realmente, para se analisar se o regulamento da empresa vedaria ou não tal inclusão, deveríamos analisar o regulamento na sua íntegra, o que realmente fere o entendimento consubstanciado no Enunciado referido.

Quanto às divergências com os Enunciados 66, 79 e 70, que são realmente inespecíficos, é de se notar que esta matéria não foi prequestionada perante o Egrégio Regional, ou, pelo menos não constou do acórdão atacado, não tendo sido opostos, a propósito, os necessários embargos declaratórios para prequestionar a matéria. Tal matéria acha-se, consequentemente, preclusa. Como se vê, a aplicação do Enunciado 203 em combinação com o Enunciado nº 208, ambos da Súmula desta Egrégia Corte, afasta a possível divergência que possa ter sido demonstrada e leva à aplicação do disposto no § 5º do artigo 896 da CLT com a sua atual redação, razão pela qual nego prosseguimento ao recurso.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 24 de abril de 1989.

MINISTRO C. A. BARATA SILVA
Relator